

Processo: 50300.000244/2007-61 Data: 5/02/2007 Volume: 1

Interessado: GOF

Área: Administração

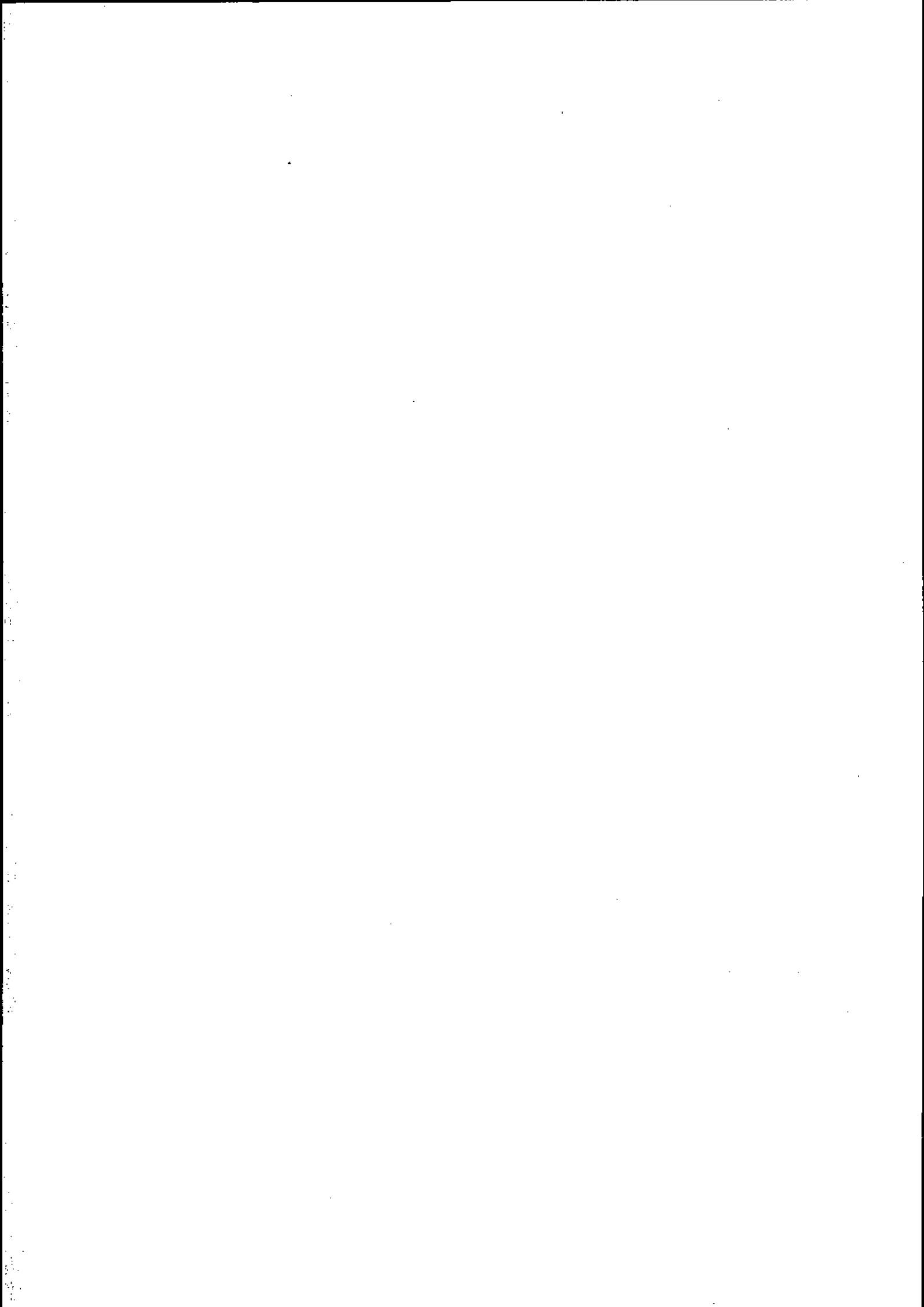
Ação: Prestação de contas

Objeto: Despesas

CD: 6.152

Resumo: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANTAQ REFERENTE
AO EXERCÍCIO DE 2006.

CL: 057





Ofício nº 115 /2007 -DG

PROTOCOLO	
Fl. nº	01
Proc. nº	249107
Data	05/02/07
Rubrica	K

Brasília, 27 de fevereiro de 2007

A Sua Senhoria o Senhor
VALDIR AGAPITO TEIXEIRA

Secretário da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União
Brasília – DF

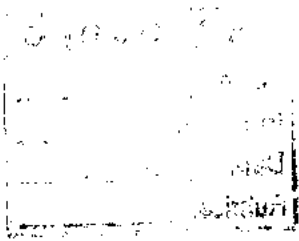
Assunto: Prestação de Contas – Exercício de 2006

Senhor Secretário,

1. Conforme dispõe a Decisão Normativa nº 81, de 06 de dezembro de 2006, e Instrução Normativa nº 47, de 27 de outubro de 2004, ambas do Tribunal de Contas da União, e a Norma de Execução nº 03, de 28 de dezembro de 2006, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, encaminho a Vossa Senhoria duas vias do processo que constitui a Prestação de Contas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ referente ao exercício de 2006.

Atenciosamente,


FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Geral



FS



CCT	
Nº da Folha	02
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	efb

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2006**PRESTAÇÃO DE CONTAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ****ANTAQ****RECURSOS GERIDOS R\$ 51.554.990,00**

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS(art. 14, INTCU 47/2004)	LOCALIZAÇÃO (FOLHAS)
1. UNIDADE	
I – Rol de Responsáveis	07 a 15
II – Relatório de Gestão	17 a 76
III – Demonstrativos Contábeis	
- Balanço Orçamentário	78 a 80
- Balanço Financeiro	81 a 83
- Balanço Patrimonial	84 a 85
- Demonstrações das Variações Patrimoniais	86 a 87
- Demonstrações das Variações Patrimoniais por Natureza	89 a 90
- Demonstrações das Variações Patrimoniais por Natureza e Função	91 a 92
- Notas Explicativas	93 a 94
IV- Declaração da unidade de pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas	95 a 111
V – Relatório e parecer da entidade que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão	
- Parecer da auditoria interna da entidade	112 a 123
- Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção	124 a 127
Brasília – DF, 27/02/2007	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL  Wilson Alves de Carvalho Superintendente de Administração e Finanças

2. ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

- | | |
|---|--|
| VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente | |
| VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente | |
| VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente | |

SITUAÇÃO

- 1 () A Prestação de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU Nº 81/2006, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.
2. () Ausente(s) na Prestação de Contas a(s) peças(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU Nº 81/2006, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

LOCAL/DATA

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

3. ASSESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

- | | |
|---|--|
| IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente | |
|---|--|

LOCAL/DATA

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

11-11-77

11-11-77

11-11-77

11-11-77

11-11-77



CCT	
Nº da Folha	03
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	FE

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2006



ÍNDICE

I. IDENTIFICAÇÃO.....	05
II. ROL DE RESPONSÁVEIS.....	07
III. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	17
IV. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, BALANÇO FINANCEIRO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA, DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO E NOTAS EXPLICATIVAS.....	77
V. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS.....	95
VI. PARECER DA AUDITORIA INTERNA.....	112
VII. RELATÓRIO DE CORREIÇÃO.....	124





CCT	
Nº da Folha	05
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	45

I

IDENTIFICAÇÃO

7-11-61
10-11-61
11-11-61

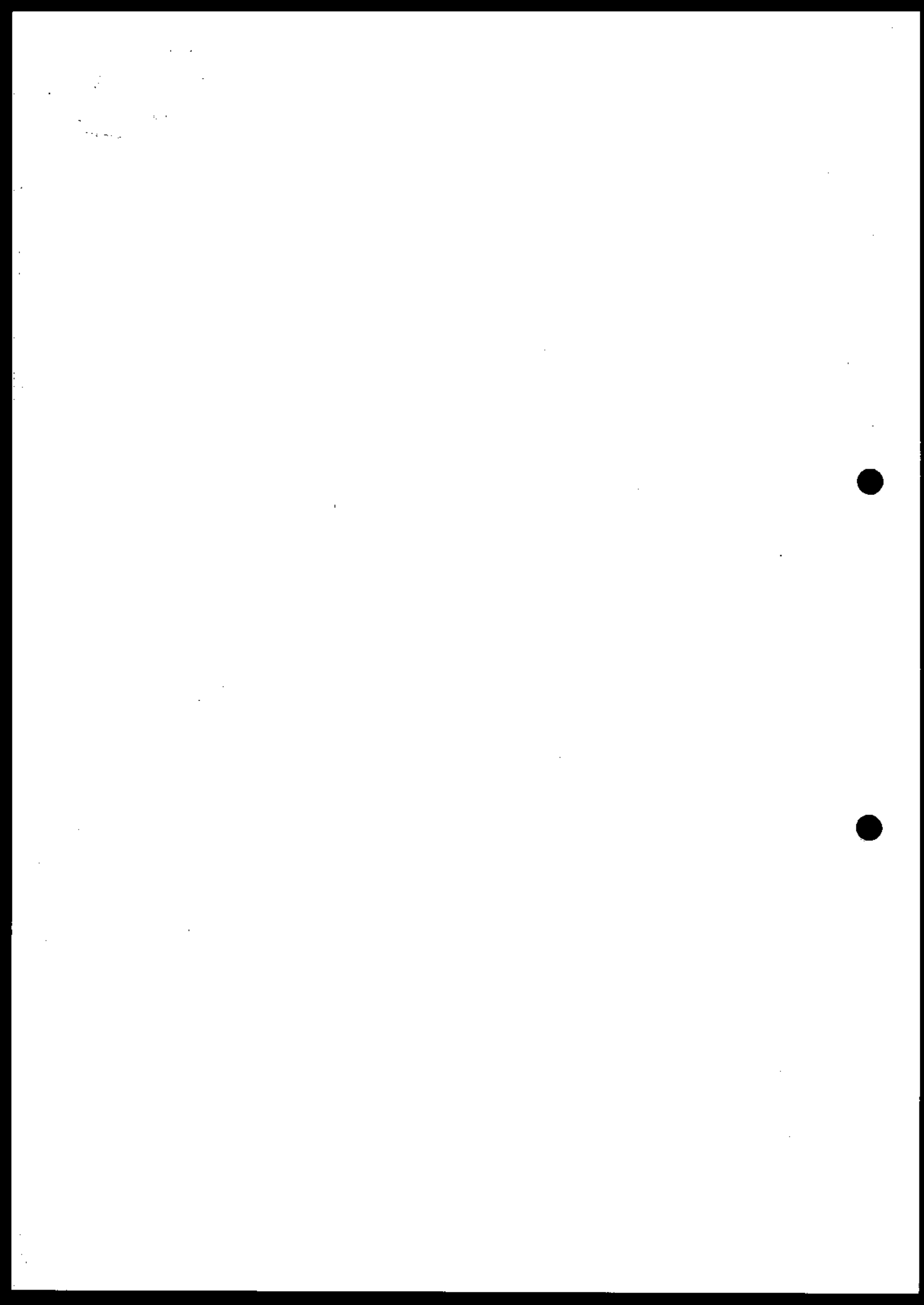




CCT	
Nº da Folha	06
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	AB

IDENTIFICAÇÃO

- Denominação: **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS – ANTAQ**
- CNPJ - MF: **04.903.587/0001-08**
- Endereço: **SEPN – Quadra 514 Conjunto “E” Lote 10
Asa Norte Brasília - DF
CEP 70.760-545
site : www.antaq.gov.br**
- Telefone: **PABX (0xx) 61 – 3447-2549 e 3447 -1118**





CCT	
Nº da Folha	07
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	AB

II

ROL DE RESPONSÁVEIS

Nome:	Carlos Alberto Wanderley Nóbrega
Cargo/Função:	Diretor-Geral
Carteira de Identidade:	1.286.744 - SSP/DF
CPF:	256.509.397-72
Endereço Residencial:	SQS 309 Bloco "F" Apto. 401 Asa Sul - Brasília - DF. CEP: 70.362-060
Natureza da Responsabilidade:	Dirigente Máximo - Titular
Ato de Nomeação:	Decreto: S/Nº, de 15/02/2002.
Data da Nomeação:	DOU Nº 032, de 18/02/2002.
Período de Gestão:	Início : 18/02/2002 Término : 17/02/2006

Nome:	Fernando Antonio Brito Fialho
Cargo/Função:	Diretor Geral
Carteira de Identidade:	590981 - SSP/CE
CPF:	256.509.397-72 214178143-49
Endereço Residencial:	Rua dos Bicudos Q 14 A Apto. 100, Renascença II, São Luis - MA CEP: 65075 - 090
Natureza da Responsabilidade:	Dirigente Máximo - Titular
Ato de Nomeação:	Decreto S/Nº, de 06/07/2006.
Data da Nomeação:	DOU Nº 129, de 07/07/2006.
Período de Gestão:	Início : 07/07/2006
e-mail:	fernando.fialho@antag.gov.br



CCT	
Nº da Folha	09
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	645

Nome:	Murillo de Moraes Rego Correa Barbosa
Cargo/Função:	Diretor
Carteira de Identidade:	204029 - C-MAR/2001
CPF:	033.168.317-20
Endereço Residencial:	SQS 112, Bloco B, Apto. 403 Asa Sul, Brasília - DF CEP: 70375-020
Natureza da Responsabilidade:	Membro da Diretoria
Ato de Nomeação:	Decreto S/Nº, de 18/07/2006.
Data da Nomeação:	DOU Nº 137, de 19/07/2006.
Período de Gestão:	Início : 19/07/2006
e-mail:	murillo.barbosa@antag.gov.br

SITEM
SUBST

Nome:	Décio Mauro Rodrigues da Cunha
Cargo/Função:	Diretor
Carteira de Identidade:	157730 - MM/2004
CPF:	012.302.637-72
Endereço Residencial:	Rua Ipanema, 75 Apto. 801 Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ CEP: 22631-390
Natureza da Responsabilidade:	Membro da Diretoria
Ato de Nomeação:	Decreto S/Nº, de 18/07/2006.
Data da Nomeação:	DOU Nº 137, de 19/07/2006.
Período de Gestão:	Início : 19/07/2006
e-mail:	decio.cunha@antag.gov.br

SITEM
SUBST

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

ORDENADA E RESP. P/CONFORMA.

Nome:	Wilson Alves de Carvalho
Cargo/Função:	Superintendente de Administração e Finanças
Carteira de Identidade:	3.169.827 - IEP/RJ
CPF:	103.503.226-00
Endereço Residencial:	SHIN QI 03 Conjunto 04 Casa 15 Lago Norte - Brasília - DF CEP: 71.505-240
Natureza da Responsabilidade:	Superintendente
Ato de Nomeação:	Portaria nº 02, de 05/03/2002.
Data da Nomeação:	DOU Nº 50, de 14/03/2002.
Período de Gestão:	Início : 14/03/2002
e-mail :	wilson.carvalho@antag.gov.br

SOARES ✓
SOARES ✓

Nome:	José Soares de Sousa
Cargo/Função:	Gerente de Orçamento e Finanças
Carteira de Identidade:	223.175 - SSP/DF.
CPF:	067.664.631-04
Endereço Residencial:	SQS 215 Bloco "B" Apto. 502 Asa Sul - Brasília - DF. CEP: 70.294-020
Natureza da Responsabilidade:	Gerente
Ato de Nomeação:	Portaria nº 46, de 20/03/2002.
Data da Nomeação:	DOU Nº 055, de 21/03/2002.
Período de Gestão:	Início : 21/03/2002
e-mail :	jose.sousa@antag.gov.br

Subst ✓
Dado ✓
CONF. ✓



CCT	
Nº da Folha	11
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	et

Nome:	Sérgio Antonio Garcia Alves
Cargo/Função:	Gerente de Recursos Logísticos
Carteira de Identidade:	Nº 290.144 - SSP/DF
CPF:	Nº 087.527.536-20
Endereço Residencial:	SQN 415 Bloco "A" Apto. 105 Asa Norte - Brasília - DF. CEP: 70.878-010
Natureza da Responsabilidade:	Gerente
Ato de Nomeação:	Portaria nº 35, de 05/03/2002
Data da Nomeação:	DOU nº 50, de 14/03/2002
Período de Gestão:	Início : 14/03/2002
e-mail :	sergio.alves@antag.gov.br

ALEXANDRE✓

Nome:	Nelson Elias Chaiben
Cargo/Função:	Gerente de Licitações e Contratos
Carteira de Identidade:	Nº 233063 - IFP/RJ
CPF:	Nº 330.599.427-49
Endereço Residencial:	SQN 305, Bloco "J", Apto. 510 Asa Norte, Brasília - DF CEP: 70737- 100
Natureza da Responsabilidade:	Gerente
Ato de Nomeação:	Portaria nº 149, de 19/10/2006
Data da Nomeação:	DOU nº 50, de 19/10/2006
Período de Gestão:	Início : 19/10/2006
e-mail :	nelson.chaiben@antag.gov.br

ELISETEV✓

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud.

2. The second part of the document outlines the specific requirements for record-keeping. It states that all transactions must be recorded in a clear and concise manner, and that the records must be maintained for a minimum of five years.

3. The third part of the document discusses the role of the auditor in verifying the accuracy of the records. It states that the auditor must conduct a thorough review of the records and must report any discrepancies to the appropriate authorities.

4. The fourth part of the document discusses the consequences of failing to maintain accurate records. It states that individuals who fail to comply with the requirements may be subject to fines and penalties.

5. The fifth part of the document discusses the importance of training and education for individuals involved in record-keeping. It states that individuals must be properly trained and educated in order to ensure the accuracy of the records.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud.

2. The second part of the document outlines the specific requirements for record-keeping. It states that all transactions must be recorded in a clear and concise manner, and that the records must be maintained for a minimum of five years.

3. The third part of the document discusses the role of the auditor in verifying the accuracy of the records. It states that the auditor must conduct a thorough review of the records and must report any discrepancies to the appropriate authorities.

4. The fourth part of the document discusses the consequences of failing to maintain accurate records. It states that individuals who fail to comply with the requirements may be subject to fines and penalties.

5. The fifth part of the document discusses the importance of training and education for individuals involved in record-keeping. It states that individuals must be properly trained and educated in order to ensure the accuracy of the records.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud.

2. The second part of the document outlines the specific requirements for record-keeping. It states that all transactions must be recorded in a clear and concise manner, and that the records must be maintained for a minimum of five years.

3. The third part of the document discusses the role of the auditor in verifying the accuracy of the records. It states that the auditor must conduct a thorough review of the records and must report any discrepancies to the appropriate authorities.

4. The fourth part of the document discusses the consequences of failing to maintain accurate records. It states that individuals who fail to comply with the requirements may be subject to fines and penalties.

5. The fifth part of the document discusses the importance of training and education for individuals involved in record-keeping. It states that individuals must be properly trained and educated in order to ensure the accuracy of the records.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud.

2. The second part of the document outlines the specific requirements for record-keeping. It states that all transactions must be recorded in a clear and concise manner, and that the records must be maintained for a minimum of five years.

3. The third part of the document discusses the role of the auditor in verifying the accuracy of the records. It states that the auditor must conduct a thorough review of the records and must report any discrepancies to the appropriate authorities.

4. The fourth part of the document discusses the consequences of failing to maintain accurate records. It states that individuals who fail to comply with the requirements may be subject to fines and penalties.

5. The fifth part of the document discusses the importance of training and education for individuals involved in record-keeping. It states that individuals must be properly trained and educated in order to ensure the accuracy of the records.

Nome:	Paulo Raineri
Cargo/Função:	Coordenador de Contabilidade
Carteira de Identidade:	300.786 - SSP/DF.
CPF:	376.670.338-20
Endereço Residencial:	SHIN QI 03 Conj. 11 Casa 01 Lago Norte - Brasília - DF CEP: 71.505-310
Natureza da Responsabilidade:	Contador
Ato de Nomeação:	Portaria nº 200, de 24/10/2002.
Data da Nomeação:	DOU Nº 209, de 28/10/2002.
Período de Gestão:	Início : 05/11/2002 Término : 03/11/2006

Nome:	Carlos Augusto Andrade Silva
Cargo/Função:	Coordenador de Contabilidade
Carteira de Identidade:	1.143.296 - SSP/CE.
CPF:	139.619.853-91
Endereço Residencial:	SQS 416 Bloco "F" Apto. 208 Asa Sul - Brasília - DF CEP: 70.299-060
Natureza da Responsabilidade:	Contador
Ato de Nomeação:	Portaria nº 277, de 12/12/2006.
Data da Nomeação:	DOU Nº 237, de 12/12/2006.
Período de Gestão:	Início : 12/12/2006
e-mail :	carlos.silva@antag.gov.br

JULIO ✓

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and the role of the accounting department in ensuring the integrity of the financial data. It emphasizes the need for transparency and accountability in all financial reporting.

2. The second part of the document outlines the various methods used to collect and analyze financial data, including the use of spreadsheets, databases, and specialized accounting software. It also discusses the importance of regular audits and the role of external auditors in verifying the accuracy of the financial statements.

3. The third part of the document focuses on the importance of communication and collaboration between the accounting department and other departments within the organization. It highlights the need for clear lines of communication and the importance of sharing financial information with management and other stakeholders.

4. The fourth part of the document discusses the importance of staying up-to-date with the latest accounting standards and regulations. It emphasizes the need for continuous learning and the importance of seeking professional advice when needed.

5. The fifth part of the document concludes by reiterating the importance of maintaining accurate records and the role of the accounting department in ensuring the integrity of the financial data. It also provides a summary of the key points discussed throughout the document.

6. The sixth part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and the role of the accounting department in ensuring the integrity of the financial data. It emphasizes the need for transparency and accountability in all financial reporting.

7. The seventh part of the document outlines the various methods used to collect and analyze financial data, including the use of spreadsheets, databases, and specialized accounting software. It also discusses the importance of regular audits and the role of external auditors in verifying the accuracy of the financial statements.

8. The eighth part of the document focuses on the importance of communication and collaboration between the accounting department and other departments within the organization. It highlights the need for clear lines of communication and the importance of sharing financial information with management and other stakeholders.

9. The ninth part of the document discusses the importance of staying up-to-date with the latest accounting standards and regulations. It emphasizes the need for continuous learning and the importance of seeking professional advice when needed.

10. The tenth part of the document concludes by reiterating the importance of maintaining accurate records and the role of the accounting department in ensuring the integrity of the financial data. It also provides a summary of the key points discussed throughout the document.



CCT	
Nº da Folha	13
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	88

Nome:	Wilton Antunes Franca
Cargo/Função:	Coordenador de Orçamento
Carteira de Identidade:	1.423.311 - SSP/DF.
CPF:	249.470.915-68
Endereço Residencial:	QI 06 Conj. "Q" Casa 94 - Guará I - Brasília - DF CEP: 71.010-174
Natureza da Responsabilidade:	Responsável Execução do Orçamento
Ato de Nomeação:	Portaria nº 038, de 13/03/2002.
Data da Nomeação:	DOU Nº 27, de 14/03/2002.
Período de Gestão:	Início : 14/03/2002
e-mail :	wilton.franca@antag.gov.br

MARCOS ✓

Nome:	Edir José de Sá Leitão
Cargo/Função:	Coordenador de Finanças
Carteira de Profissional:	CRA/DF nº 1917 DF.
CPF:	097.688.237-04
Endereço Residencial:	SQS 315 Bloco "J" Apto. 203 Asa Sul - Brasília - DF CEP: 70.384-100
Natureza da Responsabilidade:	Chefe Seção Adm. Finanças
Ato de Nomeação:	Portaria nº 045, de 20/03/2002.
Data da Nomeação:	DOU Nº 55, de 21/03/2002.
Período de Gestão:	Início : 21/03/2002
e-mail :	edir.leitao@antag.gov.br

NILVARDOS ✓

Nome:	José Francisco Matos Carvalho
Cargo/Função:	Coordenador de Patrimônio e Almojarifado
Carteira de Identidade:	108.377 - SSP/DF.
CPF:	066.607.111-04
Endereço Residencial:	SQN 108 Bloco "B" Apto. 202 Asa Norte - Brasília - DF CEP: 70.744-20
Natureza da Responsabilidade:	Responsável Patrimônio e Almojarifado
Ato de Nomeação:	Portaria nº 185/DG, de 24/09/2002.
Data da Nomeação:	Apostilamento: 15/12/2002
Período de Gestão:	Início : 24/12/2002 Término : 23/06/2006

Nome:	Alexandre Dutra Maia
Cargo/Função:	Coordenador de Patrimônio e Almojarifado
Carteira de Identidade:	1348075 - SSP/DF.
CPF:	768.523.691-53
Endereço Residencial:	CCSW 03 Lote 05 Bloco A Apto. 204 Res. Porto Feliz, Sudoeste, Brasília-DF
Natureza da Responsabilidade:	Respons. pelo Patrimônio e Almojarifado
Ato de Nomeação:	Portaria 151/DG de 19/10/2006
Data da Nomeação:	DOU Nº 201 - 19/10/2006
Período de Gestão:	Início: 19/10/2006
e-mail :	alexandre.maia@antag.gov.br

MARCAS/5
MANEISS/5

2000

2000



Nome:	José Nivaldo de Oliveira
Cargo/Função:	Coordenador de Finanças - Substituto
Carteira de Identidade:	283664 - SSP/DF.
CPF:	066.413.341-04
Endereço Residencial:	QNL 15 Conjunto G Casa 16 Taguatinga Norte - Brasília - DF CEP: 72150-150
Natureza da Responsabilidade:	Substituto - Coordenador de Finanças
Ato de Nomeação:	Portaria nº 152/DG, de 26/06/2002.
Data da Nomeação:	DOU Nº 124 - 01/07/2002
Período de Gestão:	Início: 01/07/2002
e-mail :	josen.oliveira@antag.gov.br

Nome:	Hailton Ferreira de Andrade
Cargo/Função:	Ger. de Recursos Logísticos - Substituto
Carteira de Identidade:	374732 - SSP/DF.
CPF:	112.592.561-20
Endereço Residencial:	SHIN Ql 14 Conjunto 1, Casa 06 Lago Norte - Brasília - DF CEP: 71530 - 010
Natureza da Responsabilidade:	Subst. - Gerente de Recursos Logísticos
Ato de Nomeação:	Portaria nº 150/DG, de 26/06/2002
Data da Nomeação:	DOU Nº 124 - 01/07/2002
Período de Gestão:	Início: 01/07/2002
e-mail :	hailton.andrade@antag.gov.br

The first part of the report discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the success of any business or organization. The report then outlines the various methods used to collect and analyze data, including interviews, surveys, and focus groups. The results of the study are presented in a clear and concise manner, highlighting the key findings and their implications for practice. The report concludes with a series of recommendations for future research and for the implementation of the findings in the field.



The second part of the report provides a detailed analysis of the data collected during the study. It examines the patterns and trends in the data, identifying the factors that are most closely associated with the outcomes of interest. The analysis is supported by a series of statistical tests and models, which are used to quantify the relationships between the variables. The results of the analysis are presented in a series of tables and graphs, which are designed to be easy to interpret and understand. The report also includes a discussion of the limitations of the study and the potential for bias or error. Finally, the report provides a series of conclusions and recommendations based on the findings of the study.



III

RELATÓRIO DE GESTÃO

7



CCT	
Nº da Folha	17
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	AB

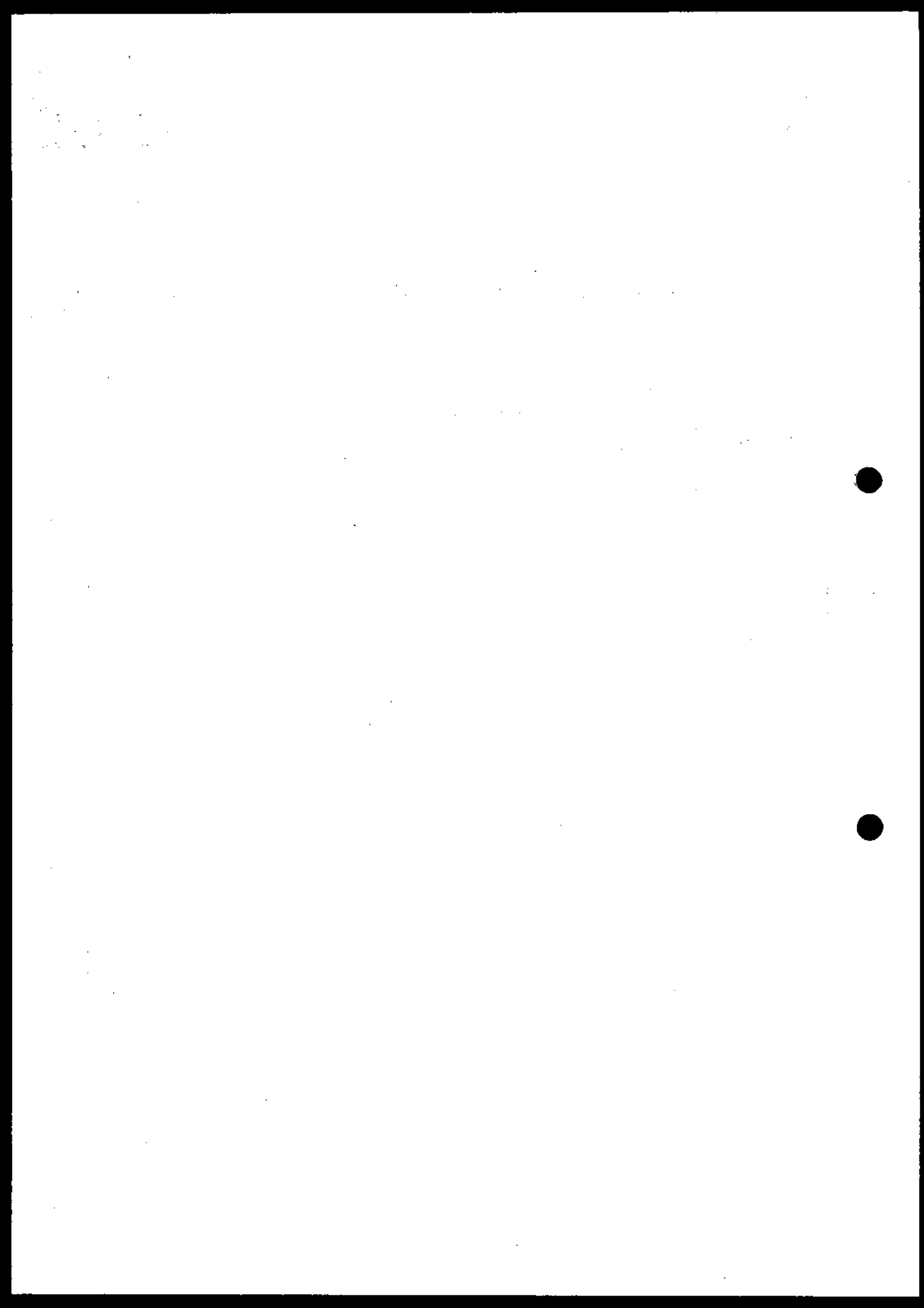
Relatório de Gestão - 2006

Agência Nacional de Transportes Aquaviários



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA.....	4
1.1. Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional.....	4
1.2. Público Alvo dos Processos Gerenciais.....	5
1.3. Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática.....	5
1.4. Indicadores Relevantes.....	5
1.5. Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais.....	6
1.6. Resultados – Incidência Social.....	7
1.6.1. Síntese do Significado das Ações Operacionais Realizadas.....	7
1.6.2. Ações Operacionais (descrições sintética).....	8
1.6.2.1. Área Internacional.....	8
1.6.2.2. Ações Operacionais na Área de Navegação Interior.....	13
1.6.2.3. Ações Operacionais na Área de Navegação Marítima.....	18
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	37
3. GESTÃO PATRIMONIAL E LICITAÇÕES.....	44
4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	47
4. GESTÃO NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	55



INTRODUÇÃO

O Setor Transportes reveste-se de importância estratégica no conjunto das políticas públicas, com vistas à promoção da integração nacional, da melhor circulação interna de bens e pessoas e bem assim da maior competitividade dos produtos nacionais nos mercados globalizados.

Nos últimos anos o Setor Transportes experimentou profundas mudanças em sua organização, caracterizadas basicamente pelo fortalecimento do papel do Estado como indutor de ações privadas relacionadas à implantação, ampliação e exploração do Setor, por meio da regulação, em detrimento da função tradicional de provedor único ou principal da infra-estrutura e de serviços de transporte.

Conforme já se verificava na área dos serviços de transportes aquaviários, nesse novo contexto de atuação do Estado destaca-se a descentralização a outros entes da federação e, especialmente, a transferência à iniciativa privada da exploração da infra-estrutura portuária nacional, responsável por cerca de 95% do comércio exterior do País.

O novo papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e na administração da infra-estrutura e de serviços do Setor Transportes ensejou a criação das agências reguladoras do Setor, destinadas a garantir a prestação mais eficiente dos serviços outorgados e, em especial, a defesa do interesse dos usuários.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, nos termos da Lei nº 10.233/2001 e do Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, recebeu por competência as atividades de regulação, de outorga e de fiscalização da exploração da infra-estrutura portuária e aquaviária e dos serviços de transportes aquaviários.

Durante o ano de 2006, importa registrar a situação completamente atípica experimentada pela ANTAQ, que se distinguiu pela ausência total de diretores ao longo de quase a metade do exercício. De fato, a Agência esteve impedida de deliberar, por falta de quórum legal, desde o final do ano anterior, somente recuperando a capacidade deliberativa e, conseqüentemente, o pleno domínio de suas competências legais com a nomeação de uma nova Diretoria, ocorrida apenas no segundo semestre do exercício.

Em que pesem as circunstâncias altamente desfavoráveis vivenciadas no exercício, a ANTAQ, mediante a implementação de uma nova dinâmica operacional, que envolveu desde uma ampla reestruturação organizacional à implantação e definição das atribuições das unidades administrativas regionais, logrou atualizar o atendimento às demandas represadas, notadamente na área de outorgas, e, inclusive, incrementar as atividades na área de fiscalização.

O presente relatório, estruturado em conformidade com as orientações da Secretaria Federal de Controle Interno, apresenta de forma sintética as principais ações desenvolvidas no exercício de 2006.



1. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA

1.1. Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional

A ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, criada pela Lei nº 10.233 de 5/6/2001, alterada pela MP nº 2.217-3 de 4/9/2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.122 de 13/2/2002, foi constituída com o objetivo de regular, outorgar e fiscalizar a exploração de serviços públicos de operação portuária e transportes aquaviários, estabelecidos constitucionalmente como de titularidade federal.

A Lei nº 10.233, no seu art. 20, define os objetivos da Agência:

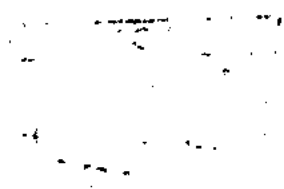
- I. implementar, em sua esfera de atuação, as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT;
- II. regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração das infra-estruturas portuária e aquaviária a cargo de terceiros, com vistas a:
 - garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficácia, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas;
 - harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, autorizadas e arrendatárias, preservando o interesse público;
 - arbitrar conflitos de interesses e impedir atuações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.

A esfera de atuação da ANTAQ, tal como definida no art. 23 da Lei nº 10.233, inclui:

- a navegação fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem, e de longo curso;
- os portos organizados;
- os terminais portuários privativos;
- o transporte aquaviário de cargas especiais e perigosas;
- a exploração da infra-estrutura aquaviária federal.

As atribuições da ANTAQ, listadas no art. 27 da Lei Nº 10.233, podem ser agrupadas em quatro processos-tipo, relativos às atividades definidas no Art. 20, da mesma Lei, como finalísticas da Agência:

- **Regulação:** ação de interferência no mercado via edição de normas orientadoras de condutas e procedimentos;
- **Outorga:** ação contratante, de outorga e gestão da outorga;



- **Fiscalização:** ação executiva de acompanhamento e de repressão às condutas violadoras da legislação ou de contratos em vigor;
- **Informação:** ação subsidiária de conhecimento do mercado, por meio da produção de estudos, pesquisas e levantamento de dados e informações.

Desta forma, a Missão Institucional da ANTAQ pode ser enunciada como:

"Regulamentar, promover, fiscalizar e informar a atividade econômica de exploração dos serviços e da infra-estrutura de transporte aquaviário, estabelecidos constitucionalmente como de titularidade da União, mantendo o foco na competição, na eficiência e na defesa do usuário."

1.2. Público-alvo dos Processos Gerenciais

Diretamente, os processos gerenciais da ANTAQ têm como público-alvo o conjunto dos agentes econômicos envolvidos na exploração dos serviços de transporte aquaviário e da infra-estrutura portuária e, em especial, os usuários desses serviços.

Indiretamente, esses processos refletem a sua ação no conjunto da atividade econômica do país, especialmente sobre a sua cadeia logística de transportes, incluindo também outras modalidades de transporte não afetadas à competência da Agência.

1.3. Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

A atividade-fim da ANTAQ, a regulação da exploração dos serviços e da infra-estrutura do transporte aquaviário, insere-se nas ações de médio e longo prazo do Estado, visando à satisfação do usuário dos serviços públicos, à redução do custo logístico e ao aumento do investimento privado em infra-estrutura e serviços de transporte aquaviários no País.

Assim sendo, esta atividade, por sua natureza regulatória, não contempla a execução de projetos de investimentos de duração limitada e produtos perfeitamente mensuráveis, mas tão-somente ações de natureza continuada.

As atividades desenvolvidas pela ANTAQ estão contempladas no PPA nos seguintes programas: 0221 SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS e 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES.

1.4. Indicadores Relevantes

A relevância das saídas operacionais de qualquer organização é avaliada, em última instância, por seu público-alvo. No caso da ANTAQ, como de qualquer Agência Reguladora, o público-alvo envolve todos os agentes públicos e privados atuantes no setor regulado.

12

12



Dentro dessa perspectiva, os principais indicadores que poderiam ser considerados para mensurar quantitativamente as saídas operacionais da ANTAQ são apresentados na Tabela abaixo:

ATIVIDADE FINALÍSTICA	AÇÕES-TIPO (INDICADORES)
1.Regulação: ação de preparação de normas	Colocação de minutas de Normas em audiência pública Edição e publicação de Normas
2.Outorga: ação contratante, de outorga e gestão da outorga	Publicação de contratos de outorga Publicação de revisões de contratos de outorga
3.Fiscalização: ação executiva, de repressão às violações à Lei ou a contratos em vigor	Denúncias acolhidas Fiscalizações realizadas Processos administrativos instaurados Autos de infração aplicados
4.Informação	Levantamento, tratamento e disseminação de dados e informações Estudos e/ou pesquisas desenvolvidos Participações em fóruns de discussão, organismos ou eventos, nacionais ou internacionais

1.5. Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais

As metas formalmente estabelecidas para efeito de elaboração da proposta orçamentária mostram-se, em determinadas situações, notadamente no desenvolvimento de atividades continuadas, inadequadas à mensuração de resultados e de produção.

Como exemplo, a ação de "Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário", cuja meta de realização encontra-se traduzida na programação orçamentária em termos de outorgas a conceder. Neste caso, ainda que produzidos, os quantitativos refletiriam mais a demanda do mercado do que a efetividade da ação empreendida pela Agência.

Considerando, além da edição de normas orientadoras da organização e funcionamento do mercado, exclusivamente as emissões de outorgas para a exploração dos serviços portuários e de transporte aquaviário, resultantes da demanda do mercado, constata-se a superação do quantitativo de 40 (quarenta) outorgas emitidas, conforme demonstrado no item específico.

Relativamente às metas da ação de "Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário", e excluindo o acompanhamento mensal não quantificável das ações relativas aos Acordos Operacionais homologados entre empresas brasileiras e estrangeiras de navegação, a meta de 100 (cem) empresas fiscalizadas foi também amplamente superada, conforme demonstrado no item específico.

Importa mencionar que a ação de fiscalização pôde ser significativamente ampliada no exercício, fundamentalmente em decorrência do reforço de quadro de servidores da Agência que, por meio de concurso público, iniciou o provimento de seu quadro efetivo. O provimento de 193 vagas, distribuídas entre os cargos de carreira



específicos (Especialista em Regulação de Transportes Aquaviários, Técnico em Regulação de Transportes Aquaviários, Analista Administrativo e Técnico Administrativo), possibilitou a implantação e a efetiva atuação das unidades administrativas regionais de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Florianópolis-SC, Recife-PE, Belém-PA, Manaus-AM e Porto Velho-RO.

No entanto, importa também mencionar que a capacidade de atuação da ANTAQ, especialmente na área de fiscalização, encontra-se ainda aquém da plenitude desejada em razão da insuficiência de pessoal para a complementação da implantação das unidades administrativas regionais, previstas para instalação, como as demais, junto a localidades de interesse estratégico para as atividades de exploração da infra-estrutura portuária e de serviços de transportes aquaviários: Corumbá-MS, Porto Alegre-RS, Salvador-BA, Fortaleza-CE, São Luís-MA e Vitória-ES. Desenvolvem-se gestões junto aos Ministérios dos Transportes e do Planejamento, Orçamento e Gestão com vistas à autorização para a realização de um novo concurso público, visando o preenchimento de cerca de 150 vagas ainda disponíveis dentro do quadro de 470 cargos estabelecidos para a Agência na Lei nº 10.871/2004.

Quanto às demais metas constantes na programação orçamentária, relativas ao desempenho das atividades administrativas, mais sinalizadoras de limites orçamentários do que de indicadores de desempenho, observam-se realizações inferiores aos quantitativos e valores estabelecidos na lei orçamentária em função da situação atípica experimentada pela ANTAQ ao longo do exercício que, inclusive, restringiu a capacidade de programação e realização de despesas.

1.6. Resultados – Incidência Social

No subitem 1.6.1 apresenta-se uma síntese da amplitude e do significado das principais ações desenvolvidas pela ANTAQ em 2006 e bem assim alguns resultados econômicos para os quais essas ações contribuíram em conjunto com outros setores da economia. No subitem 1.6.2 são discriminadas de forma sintética as principais ações desenvolvidas no exercício.

1.6.1. Síntese do Significado das Ações Operacionais Realizadas

Relativamente às atividades de fiscalização, apesar da estrutura de pessoal da ANTAQ ainda não possibilitar o seu desenvolvimento na amplitude que o acompanhamento da exploração da infra-estrutura portuária e dos serviços de transporte aquaviário requer, constata-se um significativo incremento nas ações realizadas durante o exercício de 2006. Conforme mencionado, o incremento nas ações de fiscalização resultou fundamentalmente do provimento inicial do quadro de pessoal efetivo da Agência, o que permitiu a instalação das unidades administrativas regionais já relacionadas. A par das ações desenvolvidas, procurou-se ainda o estabelecimento ou aperfeiçoamento de sistemas informatizados de coleta e tratamento de informações. Destacam-se, portanto, as seguintes ações desenvolvidas:

...and the

●

- Realização de cerca de 170 (cento e setenta) procedimentos de inspeção/fiscalização, com vistas inclusive a apurar denúncias ou indícios de práticas comerciais irregulares ou violação de dispositivos legais e regulamentares;
- Implementação do Sistema de Desempenho Operacional, com a integração ao sistema de todas as Administrações Portuárias.

As ações da ANTAQ no acompanhamento e fiscalização do mercado de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infra-estrutura portuária, buscando sobretudo identificar e coibir práticas operacionais e comerciais lesivas ao interesse dos usuários, por certo contribuíram para a maior eficiência na prestação desses serviços, com reflexos positivos na cadeia logística de transportes do País.

Com relação à ação outorgante da Agência, importa registrar a agilização no processamento, juntamente com o atendimento de solicitações de liberação de carga prescrita à bandeira brasileira, de autorizações/registros de afretamentos, que contribuíram para a maior eficácia e eficiência na movimentação de cargas nos portos brasileiros.

Ainda com relação às outorgas, vale destacar, no exercício de 2006, a emissão de 56 (cinquenta e seis) outorgas de autorização para a construção/ampliação e exploração terminais de uso privativo exclusivo ou misto e de serviços de transporte aquaviário, conforme discriminado nos itens específicos.

A ação efetiva da ANTAQ, em conjunto com outras políticas públicas, por certo contribuiu para os significativos aumentos de 5% e de 7,4%, respectivamente na movimentação geral de cargas em toneladas e em unidades de contêineres, verificados nos portos nacionais no ano de 2006.

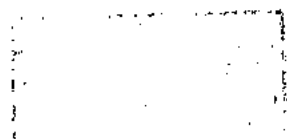
1.6.2. Ações Operacionais

1.6.2.1. Área Internacional

No desenvolvimento dos seus trabalhos relativos às relações setoriais com o exterior, a ANTAQ busca coordenar suas atividades com as demais entidades governamentais envolvidas no assunto, consultando, cooperando e harmonizando posições, no objetivo de colaborar para a unicidade da posição brasileira a ser levada à consideração dos parceiros de comércio do país. Desse modo, esses trabalhos implicam, como implicaram em diferentes oportunidades, na elaboração de documentos, na troca de correspondências e em reuniões de coordenação com outras entidades governamentais brasileiras.

IMO

A ANTAQ integrou a delegação brasileira para participar da 55ª reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho - MEPC, realizada em Londres,



oportunidade em que foram tratados assuntos relacionados às Convenções de Água de Lastro e MARPOL. Entre outros, se destacam aqueles os que interessam diretamente as Autoridades Portuárias:

- Desenvolvimento e aprovação das diretrizes para implantação uniforme da Convenção de Água de Lastro e Sedimentos de Navios.
- Debatidas e aprovadas diretrizes que tratam respectivamente da recepção de sedimentos e da água de lastro em portos ou instalações terrestres.
- Facilidades de recepção de resíduos de navios nos portos
- Adoção de medidas que agilizem a oferta de instalações adequadas nos portos, obrigatórias para as partes signatárias da Convenção MARPOL.

Destaca-se ainda participação da Antaq, representada por sua Diretoria, na Reunião do Conselho da IMO.

MERCOSUL

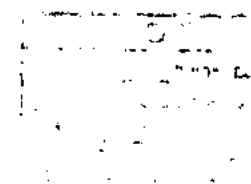
No âmbito do SGT-5 (Subgrupo de Trabalho nº 5 – Transportes), em 2006 prosseguiram-se as negociações com vistas ao Acordo Multilateral de Transporte Marítimo do MERCOSUL. A ANTAQ teve participação na assistência da 7ª Reunião da Comissão de Especialistas do SGT-5, realizada nos dias 18, 19 e 20 de outubro em Florianópolis. A referida reunião teve como objetivo a continuidade da revisão de proposta de acordo multilateral visando o incremento das marinhas mercantes e política comum de transporte marítimo para os países membros do MERCOSUL.

No GS (Grupo de Serviços) também prosseguiram as negociações intra-MERCOSUL com vistas à integração dos mercados de Serviços dos quatro Estados Partes, tendo a ANTAQ, em coordenação com o Ministério dos Transportes e por solicitação do Itamaraty, preparado novos subsídios para a composição da lista de compromissos específicos do Brasil, no que tange ao sub-setor de transporte marítimo (sem prejuízo das negociações relativas ao referido Acordo Multilateral). Em 2006 o GS continuou as suas negociações, visando o objetivo final de integração dos mercados, ao mesmo tempo em que as suas tarefas tiveram em conta as negociações do MERCOSUL com terceiros blocos econômicos e terceiros países (e.g., com a União Européia, a Venezuela e a Índia).

As conversações MERCOSUL/Chile, com vistas à transformação daquele país em sócio pleno do Bloco, contaram com novas seções de trabalho em 2006 (mantida, não obstante, a participação chilena no SGT-5, por exemplo, dentre os demais Subgrupos ou instâncias de trabalho dos quais já participa). Para a preparação brasileira dessas negociações, a ANTAQ foi igualmente chamada a prestar a sua colaboração, no que tange ao setor dos transportes aquaviários. As últimas providências tomadas referem-se a critérios a serem adotados nas reuniões de trabalho.

OMC/GATS

Em 2005 a participação do Brasil nas negociações do GATS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços galgou um novo patamar com a apresentação de novas

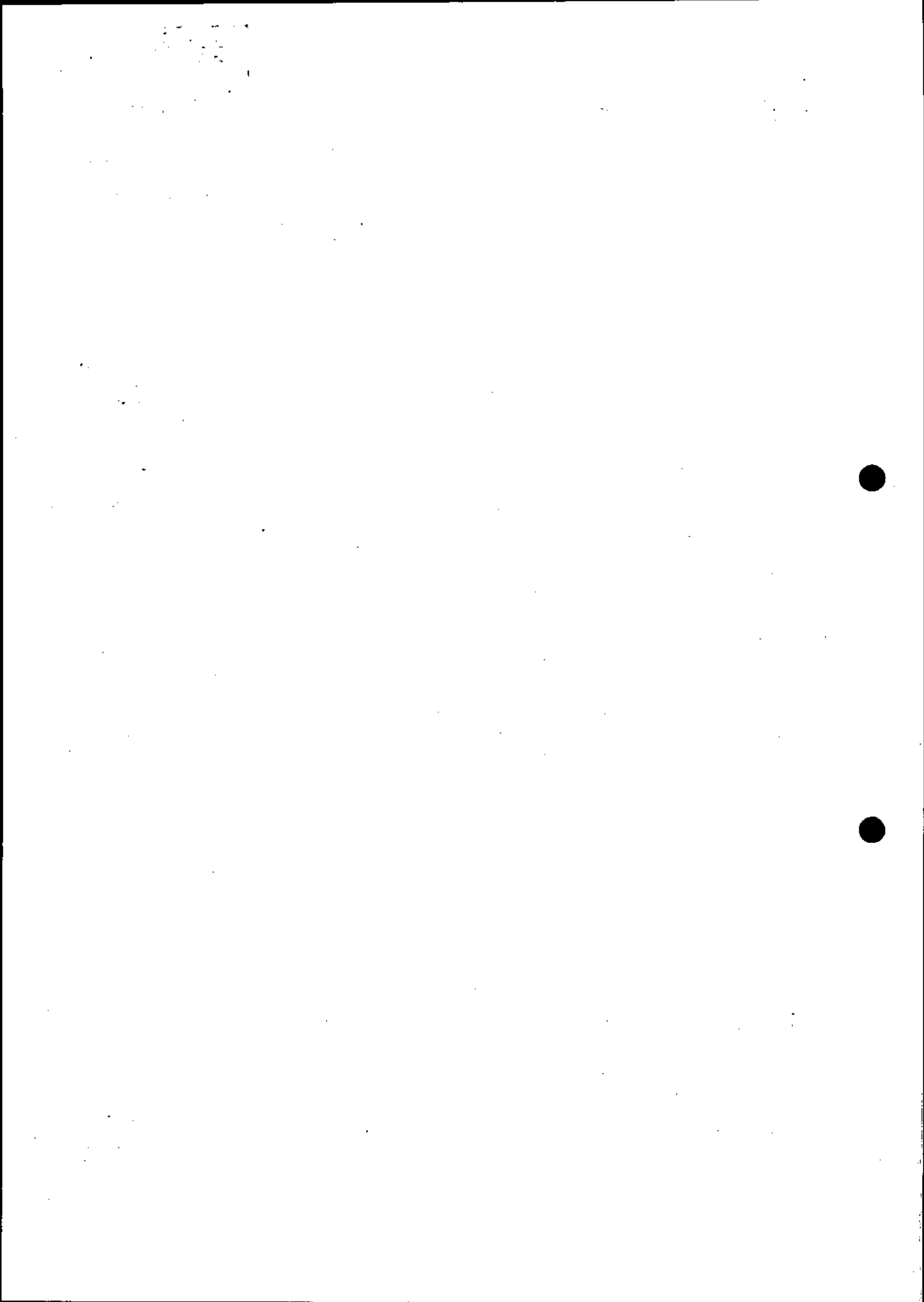


ofertas de compromissos setoriais e, desse modo, o país prestou a sua cooperação na OMC – Organização Mundial do Comércio para a almejada conclusão das negociações da denominada Rodada de Doha. Aqui também a ANTAQ, em coordenação com o Ministério dos Transportes e atendendo à solicitação das Relações Exteriores, manteve ativa participação nos preparativos brasileiros para a composição da oferta do Brasil sobre o comércio de serviços de transporte marítimo internacional (a qual foi apresentada pelo MRE àquela Organização em junho/2005). No entanto, em 2006 as negociações foram paralisadas em decorrência da falta de acordo na Rodada sobre as modalidades de negociação agrícola.

Ainda na OMC, o governo brasileiro também tem sido ativo no denominado Grupo de Trabalho sobre Regulamentação Doméstica, que tem a incumbência de preparar um projeto de resolução ministerial para a plena aplicação do item 4 do Art. VI (Legislação Nacional), do GATS. Esse artigo versa sobre os princípios que devem ser obedecidos por todos os países membros nas suas respectivas legislações internas, relativas ao comércio internacional de serviços para os setores em que se assumem compromissos específicos. Dentre os princípios previstos pelo GATS figuram a adoção de critérios objetivos e transparentes, isentos de agravos desnecessários, assim como de procedimentos em si restritivos, devendo guardar compatibilidade com as normas internacionais correlatas, etc. Assim, no caso do Brasil, a matéria teria implicações para as atividades regulatórias das Agências Nacionais e, por essa razão, desde cedo a ANTAQ buscou participar das discussões preparatórias da posição brasileira no Itamaraty. Ciente, não obstante, de que a legislação brasileira para o setor transportes, via de regra, adota ou abona aqueles princípios gerais previstos pelo GATS, a ANTAQ tem visto com certa reserva, até o momento, o projeto brasileiro preparado pelo MRE/MDIC e levado para discussão no referido GT. Essa reserva decorre de dois aspectos principais: (i) a falta de clareza na distinção entre pessoas físicas e pessoas jurídicas nas definições e procedimentos propostos e (ii) a possível desvantagem que decorreria para o Brasil (pelo menos no setor transportes) do tratamento benevolente prometido aos países menos desenvolvidos. As reservas adiantadas pela ANTAQ, embora não tenham sustado a iniciativa e atuação do Brasil no GT de Regulamentação Doméstica, foram adicionadas de outras reservas ou objeções apresentadas por outras Agências brasileiras. O tema continua em pauta na OMC, recebendo o GT novas contribuições de outros países e grupos de países para a implementação do referido Artigo VI. Todavia, ainda não se vislumbra um texto de consenso que o GT pudesse elevar à decisão do plenário ministerial.

União Européia

Desde 1980, o Brasil mantém com a União Européia um Acordo-quadro de Cooperação para a discussão de temas de natureza econômica e tecnológica de interesse comum para as relações entre as duas Partes. Esse Acordo veio a ser renovado em 1992, entrando em vigor em 1995. O transporte marítimo consta dentre aqueles temas de interesse comum, tendo sido objeto das reuniões da Comissão Mista bilateral do Acordo. Na última reunião dessa Comissão Mista, realizada em Bruxelas em abril de 2005, foi acertado o exame da criação de um foro permanente de diálogo sobre transporte marítimo. Nesse sentido, a Comissão Européia encaminhou ao MRE, em março/2006, uma minuta de “termos de referência para o diálogo” à consideração da Parte brasileira. Em maio/2006 o MRE reencaminhou tal minuta à apreciação desta ANTAQ, do Ministério dos Transportes e do EMA/Ministério da Defesa. No Ministério dos Transportes esse assunto foi tratado pelas



Assessorias Internacional e Especial do Gabinete do Ministro, tendo a ANTAQ prestado a sua colaboração. A resposta do MT foi encaminhada pelo seu Secretário-Executivo ao MRE, o qual, acatando a proposta europeia, apresentou contribuições para uma versão final dos termos de referência então propostos. Nesse sentido, em setembro de 2006, foram realizadas duas apresentações pertinentes ao sistema aquaviário da União Europeia e do Brasil, sob gerência da Assessoria Internacional da ANTAQ, do Diretor-Geral, do Diretor de Energia e Transporte da Comissão Europeia, bem como do Diretor-Geral de Relações Exteriores daquele continente. Foi então acordado entre as duas partes firmar os termos de referência para o Diálogo Regular de Política marítima EC-Brasil.

Estados Unidos

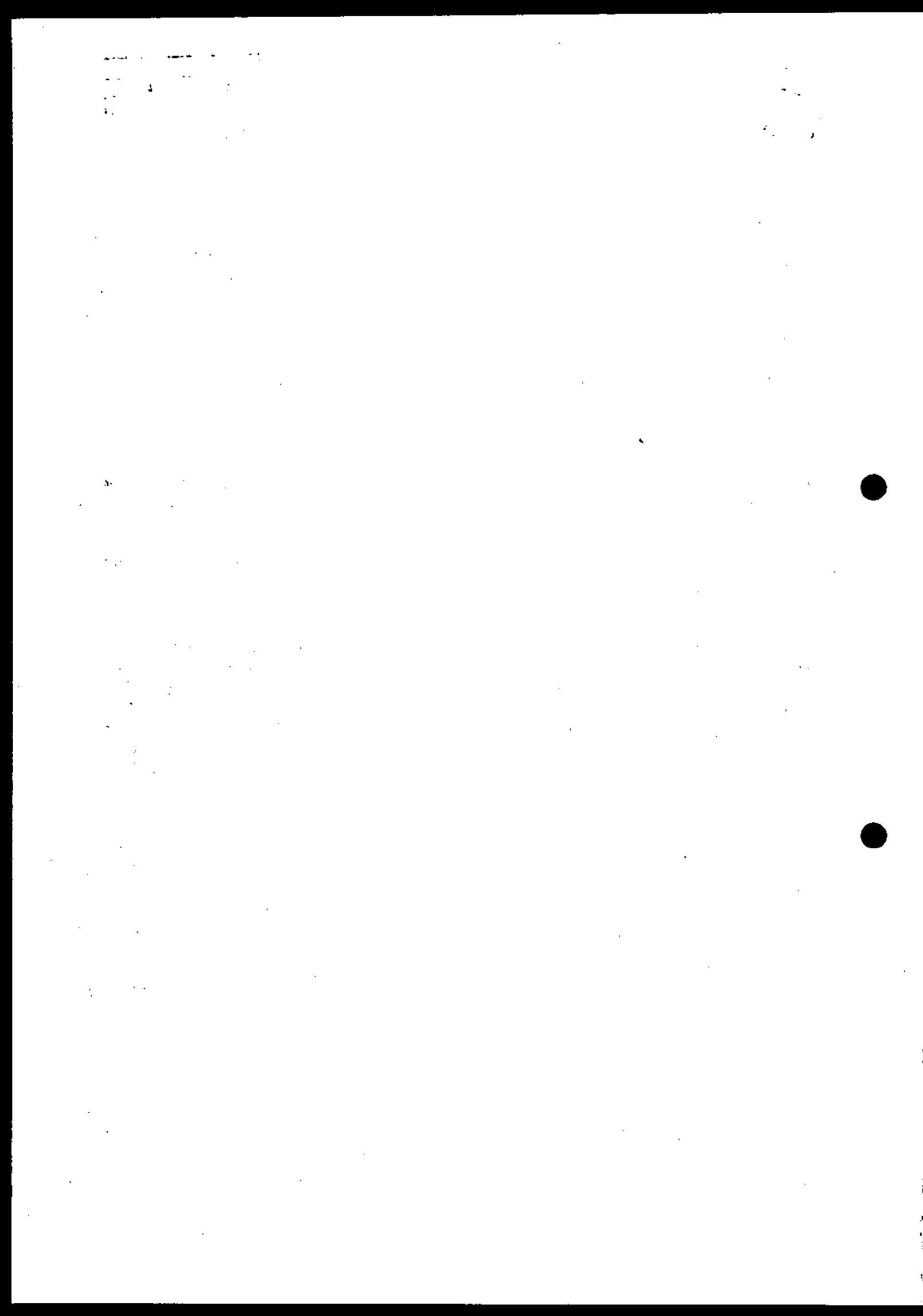
Em reunião realizada em abril de 2004, no Itamaraty, foram concluídas no nível técnico (i.e., entre as Autoridades Setoriais) as negociações Brasil/Estados Unidos do novo Acordo bilateral de transporte marítimo, em substituição àquele firmado entre as duas Partes em 1999 (o qual, todavia, não chegara a ter o seu trâmite concluído no Congresso Nacional brasileiro). Naquela reunião o Brasil esteve representado pela ANTAQ (Diretor-Geral), pelo Ministério dos Transportes (Secretário de Fomento) e pelo MRE (Chefe do Departamento Econômico), enquanto os Estados Unidos estiveram representados pelo Chefe da MARAD – Administração Marítima, do Departamento de Transportes.

De relevância maior, nesse Acordo, é o artigo que trata da igualdade de acesso às cargas reservadas dos dois países. Assim, naquela mesma oportunidade, a par de concluírem o texto do novo Acordo, as autoridades competentes (ANTAQ e MARAD) firmaram uma Ata, deixando registro do mútuo compromisso de, dentro dos limites estabelecidos pelas leis das duas Partes, colaborarem para a facilitação do tráfego marítimo bilateral no espírito dos termos do novo Acordo. Essa intenção firmada em Ata decorre do fato de que um demorado trâmite no Legislativo do Brasil (tal como sucedeu com o Acordo de 1999) poderá trazer dificuldades para o tráfego de cargas reservadas entre os dois países, face às respectivas legislações nacionais.

Embora finalizado no nível técnico em abril de 2004, a conclusão dos trâmites nas Chancelarias dos dois países ainda demandou acertos adicionais no texto. Desse modo, somente em outubro de 2005 o novo Acordo bilateral de transporte marítimo veio a ser firmado - o que teve lugar em Washington DC, pelo Embaixador do Brasil naquela capital e o Secretário de Transportes dos Estados Unidos. Tendo em conta a importância desse instrumento para a regularização do tráfego de cargas reservadas entre os dois países, a ANTAQ solicitou ao MRE as providências cabíveis àquele Ministério para o pronto envio do novo texto à Casa Civil, com vistas à obtenção da aprovação Legislativa. No segundo semestre de 2006, foi então enviado, da Casa Civil à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Índia & África do Sul

O foro tripartite de cooperação Brasil/Índia/África do Sul – IBAS realizou na Cidade do Cabo, em 2005, um novo encontro ministerial, oportunidade em que também foram abordados os entendimentos com vistas à conclusão de um acordo tripartite de transporte marítimo, assim como de um memorando de entendimento para a cooperação



técnica setorial entre os três países. Em coordenação com o Ministério dos Transportes e demais entidades governamentais envolvidas nesses dois projetos, a ANTAQ participou ativamente dos preparativos brasileiros, inclusive na elaboração da minuta de proposta de Acordo que foi levada à mesa de negociações na Ministerial da Cidade do Cabo. Essa proposta brasileira constitui, na verdade, uma contra-proposta de acordo tripartite às proposições apresentadas separadamente pela Índia e pela África do Sul. Recebendo essa contra-proposta brasileira, a Ministerial determinou que um Grupo de trabalho se reunisse para concluir os entendimentos, tendo fixado que tal encontro de autoridades competentes dar-se-ia em maio/2005, em Brasília. Contudo, esse encontro do GT não pode ser realizado em 2005, uma vez que as Chancelarias das três partes não conseguiram acertar uma data mutuamente viável. Uma nova Ministerial do IBAS teve lugar no Rio de Janeiro, em fins de março último, acertando-se então uma nova data e local para a reunião do GT sobre transportes. Essa reunião veio a ser realizada em Joanesburgo, no último dia 5 de junho, com a participação do Ministério dos Transportes. Para os preparativos dessa participação do MT, assim como da representação do MRE, a ANTAQ prestou a sua colaboração, mantendo-se o projeto e as demais proposições anteriormente já apresentadas por esta Agência. O Acordo sobre Transporte Marítimo no âmbito do IBAS foi assinado em 13 de setembro de 2006, naquela capital.

Argélia

Em encontro bilateral, realizado paralelamente à Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul, em Brasília, deu-se início em 2005 às conversações propostas pelo governo argelino com vistas à atualização do Acordo Brasil/Argélia sobre Transporte Marítimo. Acatando o pedido argelino, o governo brasileiro apresentou à mesa de negociações uma minuta para o novo texto, cuja elaboração contou com os trabalhos da ANTAQ, do Ministério dos Transportes e das demais entidades governamentais envolvidas no instrumento. Dificuldades de última hora apresentadas pela Parte argelina, todavia, teriam impedido a sua assinatura, conforme veio a relatar o MRE. Tendo em conta a Visita Presidencial brasileira àquele país em fevereiro/2006, foram então retomados os entendimentos entre as duas Chancelarias, oportunidade em que mais uma vez a ANTAQ prestou a sua colaboração. O novo Acordo foi então firmado no dia 08 de fevereiro/2006, em Argel, pelos Chanceleres dos dois países. Concluída essa etapa, o texto terá de ser submetido à apreciação do Legislativo brasileiro.

Outros países

Ao longo dos últimos anos o Brasil recebeu, de um bom número de países, diferentes propostas de acordos bilaterais de transporte marítimo. Essas propostas encerram, via de regra, proposições de abertura de mercados no setor do transporte marítimo e, por vezes, de concessão de tratamentos preferenciais ou de tratamento de nação mais favorecida. Nesse mesmo período, o governo brasileiro preparava e implementava a sua política de abertura de mercado no setor serviços junto à OMC (em conjugação com as suas demandas apresentadas aos demais governos membros da Organização). Achando-se incluído no setor serviços, o tema transporte marítimo internacional também veio integrar aqueles preparativos brasileiros, formulando-se então a correspondente oferta condicional brasileira (apresentada à OMC em junho de 2005, conforme acima mencionado). Ou seja, o Brasil procurou privilegiar as negociações

177



multilaterais conduzidas naquela Organização Mundial, alternativamente a Acordos bilaterais diversos, cujos efeitos poderiam, inclusive, levar a compromissos generalizados perante a todos os países membros da OMC (em consequência de dispositivos do GATS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços). Essa posição de se privilegiar as negociações multilaterais e, como decorrência, a decisão de não se dar início a compromissos bilaterais que não respondessem a um estrito interesse setorial brasileiro, constituiu uma diretriz de atuação que a ANTAQ vem mantendo para a consideração de proposições e questionamentos sobre o assunto.

A título de atualização do rol de países que apresentaram propostas de acordos bilaterais de transportes marítimo ao Brasil, caberia mencionar o recente projeto de acordo encaminhado pelo governo da Itália ao MRE. Esse projeto foi, por sua vez, remetido à apreciação do Ministério dos Transportes e da ANTAQ, valendo lembrar que os dois países já dispõem de um mecanismo de consultas sobre assuntos de transporte marítimo.

Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia

Atendendo solicitação do MRE, a ANTAQ manifestou-se sobre a proposta de reformulação da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia. Foi proposta a adequação do "Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Brasil e a Colômbia", de 1930, ao estágio atual de intercâmbio comercial entre os dois países e, ainda, a inclusão da ANTAQ na Subcomissão existente, quando da abordagem sobre a regulação do transporte hidroviário interior.

Hidrovia Paraguai-Paraná

No âmbito das negociações desta hidrovia, a ANTAQ, juntamente com o MRE e o MT, participou ativamente dos entendimentos mantidos no segundo semestre do ano. Os principais temas discutidos referiram-se à dragagem, praticagem, segurança na navegação e o *status quo* das empresas que operam na hidrovia no que se refere à adequação às legislações vigentes. Foram realizadas reuniões preparatórias da delegação brasileira no MRE, em Brasília, e do Comitê da Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai nas cidades de Rosário (Argentina) e Montevideu (Uruguai).

1.6.2.2. Ações Operacionais na Área de Navegação Interior

DESENVOLVIMENTO E REGULAÇÃO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR

Promoção do Seminário: "Hidrovias da Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste – Os Desafios da Intermodalidade"

Objetivo: Estudar formas de fomentar e viabilizar ainda mais a navegação interior.

Resultado Alcançado: Conhecimento dos gargalos existentes nas hidrovias e foram sugeridas possíveis soluções para viabilização de um maior uso da navegação nas hidrovias.

PL 100-100

Promoção da Reunião de Trabalho: "Hidroviás Araguaia e Tocantins"

Objetivo: Estudar formas de fomentar e viabilizar ainda mais a navegação interior.

Resultado Alcançado: Conhecimento dos gargalos existentes e sugestão de possíveis soluções para viabilização de um maior uso da navegação nas hidroviás Araguaia e Tocantins. Com o debate, foram consensuadas ações, que foram encaminhadas, pela ANTAQ, à Casa Civil e demais órgãos federais interessados.

Participação do processo de reconhecimento dos impedimentos a navegação regular no Rio Paraná (Lago de Itaipú)

Objetivo: Reconhecer quais os gargalos que estariam levando a interrupção da navegação a montante de Itaipú

Resultado alcançado: Foi feito um acompanhamento da operação do sistema hidrelétrico no sentido de monitorar e apoiar a navegação de comboio que transportou trigo do Paraguai para São Paulo.

Criação de Grupo Técnico de Assessoramento - GTA

Objetivo: Acompanhar e viabilizar condições mínimas de operação da navegação interior, principalmente em rios que possuem aproveitamento hidrelétrico.

Resultado alcançado: Foi feito convite a órgãos do governo para compor o GTA.

Levantamento de informações sobre a Hidrovia do Parnaíba

Objetivo: Conhecer os gargalos existentes e as possíveis soluções para implantação da hidrovia do Parnaíba.

Resultado Alcançado: Compilação de documentos sobre a hidrovia do Parnaíba e elaboração de apresentação no SEBRAE do Estado do Maranhão.

Resultado Alcançado: Compilação de documentos sobre a hidrovia dos Jesuítas.

Relatório sobre a Hidrovia Tietê-Paraná

Objetivo: Conhecer os gargalos existentes e as possíveis soluções para viabilização de um maior uso da navegação na hidrovia Tietê-Paraná.

Resultado Alcançado: Elaboração de documento sobre os gargalos existentes e as possíveis soluções para viabilização de um maior uso da navegação na hidrovia Tietê-Paraná, que será debatido no âmbito da GDI.

Relatório sobre o Corredor de Escoamento da Produção Agrícola do Rio Madeira

Objetivo: Conhecer os gargalos existentes e as possíveis soluções para viabilização de um maior uso da hidrovia rio Madeira para o escoamento da produção agrícola da região Centro-Oeste.

77



Resultado Alcançado: Elaboração de documento sobre os gargalos existentes e possíveis soluções para viabilização de um maior uso da hidrovía rio Madeira para o escoamento da produção agrícola da região Centro-Oeste.

Acompanhamento do Andamento das Audiências Públicas realizadas pelo IBAMA, sobre a construção de UHEs no Rio Madeira, em cidades do estado de Rondônia

Objetivo: Conhecer o andamento do processo para possível atuação da ANTAQ, no sentido de chamar a atenção do governo para a necessidade da construção de eclusas junto à construção das UHEs.

Resultado Alcançado: Conhecimento do andamento do processo.

Revisão e sugestão de alteração da Proposta de Norma de Outorga para Estação de Transbordo de Cargas - ETC

Objetivo: Sugerir adequações na proposta da norma de ETC.

Resultado Alcançado: Elaborada minuta de proposta que foi encaminhada a Procuradoria Geral.

Estudos das afluições e defluências de água nos reservatórios de Tucuruí

Objetivo: acompanhar o nível do reservatório de Tucuruí no sentido de auxiliar a descida do primeiro comboio que transportaria minério de ferro pelo Rio Tocantins.

Resultado alcançado: através da leitura de tabelas de afluições e defluências da operadora do sistema elétrico -ONS, constatou-se a manutenção do nível de geração (defluência), viabilizando o deslocamento do comboio.

Participação em Reuniões e Seminários

Palestra ministrada no Instituto Brasileiro de Petróleo – Petrobras, sobre "O Corredor Centro Norte e a Hidrovía Tocantins Araguaia". Rio de Janeiro – RJ, 24/10/2006.

Palestra ministrada no "Encontro Sobre Infra Estrutura de Transportes", promovido pela Federação das Industriais do Mato Grosso – FIEMT, sobre a Hidrovía Tocantins Araguaia. Cuiabá – MT, 31/10/2006.

Participação no Work Shop Nacional sobre o "Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT". Ministério dos Transportes. 08/11/2006.

Participação no Seminário "BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – Oportunidades e Desafios". Câmara dos Deputados. 28/11/2006.

Participação no Seminário "Desenvolvimento de Infra-estrutura de Transporte no Brasil – Perspectivas e Desafios". Tribunal de Contas da União. 28 e 29/11/2006.

Participação em reunião INPH com técnicos do Instituto. Rio de Janeiro – RJ, 24/11/2006.

[illegible]

FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR

As ações tiveram como objetivo o desenvolvimento de ferramentas adequadas ao melhor exercício da atividade de fiscalização na Navegação Interior. Neste sentido, foram executadas as seguintes atividades:

Análise das metodologias do cálculo tarifário em uso, com o objetivo de recomendar a mais adequada a ser empregada pela ANTAQ na avaliação das tarifas praticadas na Navegação Interior.

Análise da composição dos custos das empresas da Navegação Interior, de modo a determinar a forma de obtenção e tratamento de valores e parâmetros de custos empregados no cálculo tarifário.

Elaboração do manual visando à padronização de rotinas e de procedimentos a serem adotados pelas equipes de fiscalização na Navegação Interior.

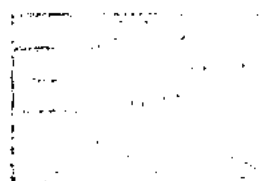
Elaboração de versão preliminar do "Mapa de Travessias/ANTAQ/SNI", para orientar a programação de fiscalização.

Fiscalização

As ações de fiscalização visaram à promoção da regularização das empresas de navegação e à adequada prestação de serviço de transporte aquaviário na Navegação Interior.

Foram instaurados procedimentos de fiscalização em:

- 25 empresas para fins de outorga;
- 3 empresas bolivianas para apurar denúncia de irregularidade, tendo como consequência a proposição de instauração de processo administrativo contencioso;
- 1 empresa para aferir parâmetros técnicos-operacionais na travessia sobre o rio Piquiri, na diretriz da rodovia BR-272, no Estado do Paraná;
- 1 empresa, que encontra-se sob jurisdição da ANTAQ por liminar judicial, para aferir parâmetros técnicos-operacionais na travessia entre Itajaí e Navegantes, no Estado de Santa Catarina;
- 1 empresa para apurar denúncia de irregularidade na travessia sobre o Rio Uruguai entre Barra do Guarita/RS e Itapiranga/SC;
- 1 empresa para apurar denúncia de irregularidade no serviço do transporte de passageiros na linha Belém (PA) – Macapá (AP);
- 19 empresas para apurar denúncia de irregularidade no serviço do transporte na travessia entre Penedo (AL) e Neópolis (SE), apresentada pelo Ministério Público Federal em Penedo (AL);
- 2 empresas para apurar denúncia de irregularidades na concessão de benefícios às pessoas com deficiência, conforme Portaria Interministerial nº 003/2001 e aos idosos, conforme Resolução-ANTAQ nº 260/2004, apresentada pelo Ministério Público Federal em Santarém (PA);



- Foram também fiscalizadas 68 empresas do transporte de passageiros na Região Amazônica, para a aferição da qualidade dos serviços ofertados e para a obtenção dos dados cadastrais das empresas e técnicos-operacionais das linhas interestaduais com origem em Belém (PA), Manaus (AM), Porto Velho (RO) e Santarém (PA);

Informação

- Participação no Grupo de Trabalho, coordenado pelo INMETRO, para o atendimento aos artigos 40 e 41 do Dec. nº 5.296 de 02/12/2004, que estabelecem critérios e prazos para elaboração das normas técnicas de fabricação e de adaptação para o sistema de transporte aquaviário, de forma a garantir o seu uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Participação no Grupo de Trabalho, coordenado pela ABNT, para elaboração da Norma Técnica para fabricação de embarcações e terminais.

OUTORGAS E AFRETAMENTO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR

Com vistas à implantação do marco regulatório, foi elaborada proposta de norma para regulamentar o afretamento de embarcações estrangeiras por Empresa Brasileira de Navegação Interior.

Encontra-se em análise para publicação a Norma para Outorga de Autorização para Prestação de Serviço de Transporte de Passageiro e Serviço de Transporte Misto na Navegação Interior de Percurso Longitudinal.

Outorga

Em 2006, foram emitidas 18 outorgas de autorização (Termos de Autorização) na navegação interior, sendo 17 para o transporte de cargas na navegação interior de percurso longitudinal e 1 para o transporte de passageiros e carga na navegação interior de travessia, conforme indicado na tabela abaixo:

No intuito de se conhecer o universo das empresas que prestam serviços de transporte na navegação interior, a GOI enviou correspondência a todas as empresas, que estão inseridas no seu banco de dados, que tenham sido autorizadas por órgãos da

1	Navegação Cunha Ltda.	Res. ANTAQ	548 / 06	01.08.06	Transp. Long. Der. e Gr. Lq.	Bc. Amaz. Ocidental
2	Navegação Rio Negro S/A	Res. ANTAQ	549 / 06	01.08.06	Transp. Long. Derivados	Bc. Amaz. Ocidental
3	Caramuru Alimentos Ltda.	Res. ANTAQ	556 / 06	01.08.06	Transp. Long. Cg. e Gr. Sólidos	Bacia do Paraná
4	R. Batista da Silva Agropecuária	Res. ANTAQ	558 / 06	01.08.06	Transp. Long. Cargas	Bc. Amaz. Ocidental
5	Waldemir P. Lustoza & Cia. Ltda.	Res. ANTAQ	562 / 06	01.08.06	Transp. Long. Der. e Gr. Lq.	Bc. Amaz. Ocidental
6	Derivados de Petróleo Machado Ltda.	Res. ANTAQ	563 / 06	01.08.06	Transp. Long. Derivados	Bc. Amaz. Oriental
7	F. H. de Oliveira Peixoto	Res. ANTAQ	564 / 06	01.08.06	Transp. Long. Cargas	Bc. Amaz. Ocidental
8	Serviço de Navegação da Bacia do Prata S/A - SNBP	Res. ANTAQ	565 / 06	01.08.06	Transp. Long. Cg. Der. e Gr. Lq.	Bacia do Paraguai / Bacia do Paraná
9	Delma Comércio e Navegação Ltda. - CONASA	Res. ANTAQ	566 / 06	01.08.06	Transp. Long. Cg. Der. e Gr. Lq.	Bc. Amaz. Ocidental
10	Ozel Mustafa dos Santos & Cia. Ltda.	Res. ANTAQ	577 / 06	01.08.06	Transp. Long. Derivados	Bc. Amaz. Ocidental
11	Atlantis da Amazônia Comércio Ltda.	Res. ANTAQ	578 / 06	01.08.06	Transp. Long. Der. e Gr. Lq.	Bc. Amaz. Ocidental
12	Nordeste Navegações Ltda.	Res. ANTAQ	594 / 06	22.08.06	Transp. Transv. Carg. e Pas.	Bacia do Nordeste
13	Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo	Res. ANTAQ	596 / 06	22.08.06	Transp. Long. Derivados	Bc. Amaz. Ocidental
14	Francis José Chehuan & Cia. Ltda.	Res. ANTAQ	603 / 06	29.08.06	Transp. Long. Cg. e Gr. Líquidos	Bc. Amaz. Ocidental
15	Socorro Carvalho & Cia. Ltda.	Res. ANTAQ	606 / 06	29.08.06	Transp. Long. Carg. e Der.	Bc. Amaz. Ocidental
16	Transportadora Planalto Ltda.	Res. ANTAQ	640 / 06	27.09.06	Transp. Long. Derivados	Bc. Amaz. Ocidental
17	TRANSFLU - Transp. Fluviais da B. Amazônica	Res. ANTAQ	667 / 06	01.12.06	Transp. Long. Cargas	Bc. Amaz. Ocidental
18	Batista Navegação e Comércio Ltda-ME	Res. ANTAQ	691 / 06	14.12.06	Transp. Long. Derivados	Bc. Amaz. Ocidental

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Lichtenthaler and Whistler (1973). The total chlorophyll content was determined by the method of Arar and Cook (1980). The carotenoid content was determined by the method of Lichtenthaler and Whistler (1973). The total phenolic content was determined by the method of Singleton and Rossi (1965). The total flavonoid content was determined by the method of Zhishen et al. (1999). The total protein content was determined by the method of Lowry et al. (1951). The total lipid content was determined by the method of Folch et al. (1957). The total carbohydrate content was determined by the method of Dubois and Gilles (1950). The total ash content was determined by the method of AOAC (1990). The total acid content was determined by the method of AOAC (1990). The total base content was determined by the method of AOAC (1990). The total nitrogen content was determined by the method of Kjeldahl (1900). The total phosphorus content was determined by the method of Molybdenum blue (1900). The total sulfur content was determined by the method of Barium sulfate (1900). The total calcium content was determined by the method of Oxalate (1900). The total magnesium content was determined by the method of Magnesia (1900). The total potassium content was determined by the method of Potassium dichromate (1900). The total sodium content was determined by the method of Sodium chloride (1900). The total iron content was determined by the method of Iron(III) chloride (1900). The total copper content was determined by the method of Copper(II) sulfate (1900). The total zinc content was determined by the method of Zinc sulfate (1900). The total manganese content was determined by the method of Manganese sulfate (1900). The total cobalt content was determined by the method of Cobalt(II) chloride (1900). The total nickel content was determined by the method of Nickel(II) sulfate (1900). The total chromium content was determined by the method of Chromium(III) chloride (1900). The total boron content was determined by the method of Boric acid (1900). The total molybdenum content was determined by the method of Molybdenum trioxide (1900). The total selenium content was determined by the method of Selenium dioxide (1900). The total tellurium content was determined by the method of Telluric acid (1900). The total iodine content was determined by the method of Iodine (1900). The total bromine content was determined by the method of Bromine (1900). The total fluorine content was determined by the method of Hydrofluoric acid (1900). The total chlorine content was determined by the method of Hydrochloric acid (1900). The total oxygen content was determined by the method of Oxygen (1900). The total hydrogen content was determined by the method of Hydrogen (1900). The total carbon content was determined by the method of Carbon (1900). The total nitrogen content was determined by the method of Nitrogen (1900). The total phosphorus content was determined by the method of Phosphorus (1900). The total sulfur content was determined by the method of Sulfur (1900). The total calcium content was determined by the method of Calcium (1900). The total magnesium content was determined by the method of Magnesium (1900). The total potassium content was determined by the method of Potassium (1900). The total sodium content was determined by the method of Sodium (1900). The total iron content was determined by the method of Iron (1900). The total copper content was determined by the method of Copper (1900). The total zinc content was determined by the method of Zinc (1900). The total manganese content was determined by the method of Manganese (1900). The total cobalt content was determined by the method of Cobalt (1900). The total nickel content was determined by the method of Nickel (1900). The total chromium content was determined by the method of Chromium (1900). The total boron content was determined by the method of Boron (1900). The total molybdenum content was determined by the method of Molybdenum (1900). The total selenium content was determined by the method of Selenium (1900). The total tellurium content was determined by the method of Tellurium (1900). The total iodine content was determined by the method of Iodine (1900). The total bromine content was determined by the method of Bromine (1900). The total fluorine content was determined by the method of Fluorine (1900). The total chlorine content was determined by the method of Chlorine (1900). The total oxygen content was determined by the method of Oxygen (1900). The total hydrogen content was determined by the method of Hydrogen (1900). The total carbon content was determined by the method of Carbon (1900).

Journal of Management Education 30(6)

•

•

administração federal anteriores à ANTAQ, solicitando a atualização de sua autorização e de seus dados cadastrais.

Afretamento

Atendimento a solicitações de autorizações/registros de afretamentos de embarcações estrangeiras, sendo:

- 9 para a navegação interior de percurso longitudinal;
- 5 para a navegação interior de travessia

Emissão de 14 Certificados de Autorização de Afretamento Interior de embarcações estrangeiras para operação na navegação interior, atendendo as solicitações citadas acima.

EMPRESA	ITRECHO	EMBARCACAÇÃO	TIPO	CAAI (No.)
Barcas S.A. Transportes Marítimos	Baía da Guanabara (RJ)	Express Brasil	Catamarã	11
Barcas S.A. Transportes Marítimos	Baía da Guanabara (RJ)	Express Macaé	Catamarã	10
Barcas S.A. Transportes Marítimos	Baía da Guanabara (RJ)	Avatares	Catamarã	12
Navegação Guarita Ltda.	Triunfo a Rio Grande (RS)	Anatolian	Navio Tanque	3
Navegação Guarita Ltda.	Triunfo a Rio Grande (RS)	NT Zeugman	Navio Tanque	13
Navegação Guarita Ltda.	Triunfo a Rio Grande (RS)	NT Gizemdeniz Sultan	Navio Tanque	14
Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A.	Cáceres (MT) a Nueva Palmira (URU)	Candoi	Empurrador	4
Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A.	Cáceres (MT) a Nueva Palmira (URU)	Marinheiro Gustavo	Empurrador	5
Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A.	Cáceres (MT) a Nueva Palmira (URU)	Don Hernan	Empurrador	6
TRANSTUR	Baía da Guanabara (RJ)	Jumbo Cat I	Catamarã	1
TRANSTUR	Baía da Guanabara (RJ)	Jumbo Cat II	Catamarã	2
NAVERIVER	Brasil, Argentina e Paraguai nos rios Paraná e Paraguai	BIN 09, 10, 11 e 16	Barcaças	9
NAVERIVER	Brasil, Argentina e Paraguai nos rios Paraná e Paraguai	TN 1164	Barcaça	8
NAVERIVER	Brasil, Argentina e Paraguai nos rios Paraná e Paraguai	TN 801, TN 802, TN 803 e TN 805	Barcaças	7
TOTAL		20	5 Catamarãs, 3 Navios Tanque, 3 Empurradores e 9 Barcaças.	14

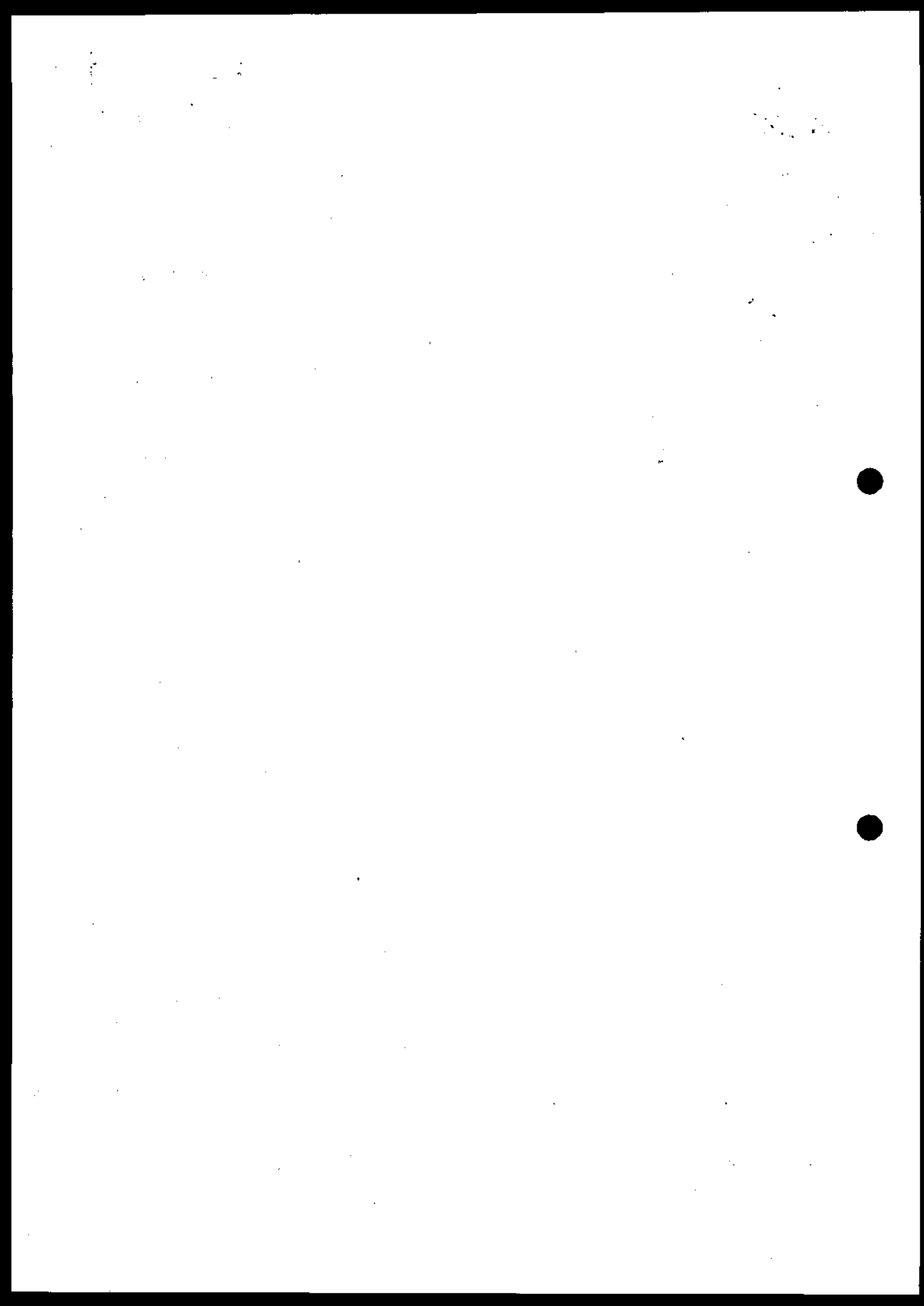
Informação

Participação no Seminário "Inland Waterways Transport", realizado em Antuérpia-Bélgica, de 22/09/06 a 05/10/06. O Seminário abrangeu todos os aspectos e tendências da navegação interior, dentre outros: legislação, normas técnicas, padrões de embarcações, infraestrutura portuária, infraestrutura hidroviária, posição governamental, laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, etc;

Participação na 6ª Reunião do Comitê de Estruturação da Mapoteca Nacional Digital, realizado no Ministério da Fazenda, em Brasília-DF, de 6 a 10 de novembro de 2006. A reunião teve como objetivo, conceber e analisar uma modelagem de dados geoespaciais, com vistas ao desenvolvimento de norma para a cartografia nacional.

1.6.2.3. Ações Operacionais na Área de Navegação Marítima

FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E DE APOIO



- Atualização cadastral da frota de embarcações das empresas brasileiras autorizadas a operar nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário;
- Acompanhamento de empresas de navegação que tiveram suas autorizações cassadas ou extintas, como também das empresas que tiveram seus pedidos de autorização indeferidos pela ANTAQ, verificando se as mesmas estão operando;
- Levantamento das operações das empresas de navegação autorizadas pela ANTAQ, nas Navegações de Longo Curso e Cabotagem, no exercício de 2006, com vistas a atender o artigo 11 da Resolução nº 52/ANTAQ;
- Visita de inspeção ao Estaleiro EISA – Ilha S/A para verificar a construção de embarcação da empresa Cia de Navegação Norsul, em março de 2006;
- Visita de inspeção ao Estaleiro NAVSHIP S/A – Navegantes/SC para verificar a construção de embarcação da empresa Alfanave Transportes Marítimos Ltda;
- Visita a Cia das Docas do Estado da Bahia/BA para obtenção de informações de embarcações e empresas de navegação que operam na navegação de apoio portuário;
- Visita de inspeção à empresa SDBJ – Locação de Veículos e Serviços Marítimos Ltda – Salvador/BA para apurar as atividades de navegação da mesma;
- Visita de inspeção à empresa Pélagos Agência Marítima Ltda/BA para apurar as atividades de navegação da mesma;
- Visita de inspeção ao Porto de Salvador/BA para apurar as atividades de navegação desenvolvidas pelas empresas Brisamar Serviços Marítimos Ltda, Marinav Marítima Ltda, Pélagos Agência Marítima Ltda e Speedboat Serviços de Transporte Ltda, em maio de 2006;
- Visita de inspeção ao Porto de Aratu/BA para apurar as atividades de navegação desenvolvidas pelas empresas Brisamar Serviços Marítimos Ltda, Marinav Marítima Ltda, Pélagos Agência Marítima Ltda e Speedboat Serviços de Transporte Ltda;
- Visita de inspeção ao Terminal Madre de Deus -TEMADRE/BA para apurar as operações da empresa SDBJ – Locação de Veículos e Serviços Marítimos Ltda na navegação de apoio portuário;
- Visita à Capitania dos Portos de Salvador/BA para obtenção de informações de embarcações e empresas de navegação;
- Visita de inspeção à empresa Logmar Logística, Equipamentos e Transportes Ltda para apurar possível operação irregular da empresa na navegação de apoio portuário, nos portos de Itaguaí e Angra dos Reis, sem autorização da ANTAQ;



- Visita de inspeção à empresa Coroa Grande Apoio Marítimo Ltda que encontra-se em processo de regularização na navegação de apoio portuário nos portos de Itaguaí e Angra dos Reis;
- Visita ao Porto de Itaguaí para reunião técnica com a Autoridade Portuária sobre empresas prestadoras dos serviços de navegação de apoio portuário;
- Visita ao Porto de Angra dos Reis para reunião técnica com a Autoridade Portuária sobre empresas prestadoras dos serviços de navegação de apoio portuário;
- Visita a Cia das Docas do Estado da Bahia/BA - CODEBA para obtenção de informações de embarcações e empresas de navegação que operam na navegação de apoio portuário, para apurar denúncia encaminhada à ANTAQ;
- Visita de inspeção ao Porto de Salvador/BA para obtenção de informações de embarcações e empresas de navegação que operam na navegação de apoio portuário, para apurar denúncia encaminhada à ANTAQ;
- Visita à Agência Marítima Brandão Filhos Ltda, em Salvador, para apurar possível operação de armador estrangeiro na navegação de cabotagem;
- Visita à empresa Marítima de Agenciamento e Representações Ltda, em Salvador, para apurar possível operação de armador estrangeiro na navegação de cabotagem.

Instauração de 25 Procedimentos de Fiscalização para apurar denúncias, má prática comercial e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares, conforme segue:

- Empresas: Maranil Transporte Comércio e Serviços de Limpeza Marítima Ltda. e Trans-mar Transportes Marítimos Ltda. - Apurar operação, sem autorização da ANTAQ, das empresas na navegação de apoio portuário, no porto de São Sebastião
Nº Processo: 50301.000035/2006-26
- Apurar regularidade operacional das Empresas Brasileiras de Navegação autorizadas pela ANTAQ, nas navegações de longo curso e de cabotagem, no exercício de 2006.
Nº Processo: 50301.000036/2006-71
- Apurar operação de empresas de navegação estrangeiras na navegação de cabotagem
Nº Processo: 50301.000175/2006-02
- Empresas: Margill Transportes Marítimos e Vencedor Serviços Marítimos – Apurar denúncia de embarcações de esporte e recreio atuando na navegação de apoio portuário, no porto de São Sebastião.



Nº Processo: 50301.000319/2006-12

- Empresa: Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A – Apurar possível irregularidade da empresa no transporte de carga prescrita.
Nº Processo: 50301.000395/2006-28
- Empresa: P&O Nedlloyd Lines – Apurar denúncia de operação da empresa, que não é autorizada, no tráfego coberto pelo acordo bilateral Brasil/Chile.
Nº Processo: 50301.000540/2006-71
- Apurar denúncia de operação irregular da lancha "Frank Gilson", de propriedade do Sr. João Saul da Silva, na navegação de apoio portuário, em São Francisco do Sul.
Nº Processo: 50301.000473/2006-94
- Empresa: Aliança Navegação Ltda. & Cia. - Apurar possíveis irregularidades na circularização do pedido de afretamento da embarcação estrangeira "BBC Germany" e do procedimento de oposição de bloqueio e oferta da referida embarcação por parte da empresa.
Nº Processo: 50301.000594/2006-36
- Empresas de navegação operando sem autorização da ANTAQ, em diversas atividades da navegação de apoio portuário, no Porto de Santos
Nº Processo: 50301.000923/2006-49
- Apurar possível operação irregular do "Catamarã Senhor do Bonfim" na navegação de Apoio portuário/apoio marítimo, em Salvador
Nº Processo: 50301.001096/2006-19
- Empresa: Hermasa Navegação da Amazônia S/A – Apurar situação da regularidade operacional nas navegações de cabotagem e apoio portuário.
Nº Processo: 50301.001102/2006-20
- Empresa: Serviporto – Serviços Portuários Ltda. - Apurar situação da regularidade operacional na navegação de cabotagem.
Nº Processo: 50301.001103/2006-74
- Empresa: Superpesa Cia. de Transportes Especiais e Intermodais S/A. - Apurar situação da regularidade operacional nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário.
Nº Processo: 50301.001101/2006-85
- Empresa: Navegação São Miguel Ltda. - Apurar situação da regularidade operacional nas navegações de cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário.



Nº processo: 50301.001100/2006-31

- Empresa: Metalnave S/A – Apurar situação da regularidade operacional nas navegações de longo curso e apoio portuário.
Nº Processo: 50301.001099/2006-44
- Empresa: Navegação Guarita Ltda. - Apurar situação da regularidade operacional nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário.
Nº Processo: 50301.001098/2006-08
- Empresa: Frota Oceânica e Amazônica S/A – Operar situação da regularidade operacional na navegação de longo curso.
Nº Processo: 50301.001105/2006-63
- Apurar denúncia de operação irregular na navegação de apoio portuário/marítimo, na Baía de Todos os Santos e Baía de Camamu das embarcações. Bavi, Vida, Bem do Mar, Haru Maru, Saveiro Tur, Ester, El Reis e Resistência;
Nº Processo: 50301.001199/2006-71
- Empresa: Perfecta Projetos, Comércio e Serviços Ltda. - Apurar se a citada empresa, que não é autorizada, está operando irregularmente nas navegações de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário
Nº do Processo: 50301.001297/2006-16
- Empresa: Sertema Serv. de Transp. Terrestres e Marítimos Ltda. - Apurar se a empresa, que não é autorizada, está operando irregularmente na navegação de apoio portuário
Nº do Processo: 50301.001360/2006-14
- Empresa: Tupi Rio Transportes S/A. - Apurar se a empresa, que não é autorizada, está operando irregularmente na navegação de apoio portuário.
Nº do Processo: 50301.001361/2006-51
- Apurar denúncia postulada pela empresa Oceânica Empresa de Apoio à Navegação Ltda de operação irregular da Empresa de Praticagem da Barra, Terminais e Portos do Rio São Francisco do Sul na navegação de apoio portuário;
Nº do Processo: 50301.001469/2006-43
- Empresa Triunfo Operadora Portuária Ltda. - apurar se a citada empresa, que não é autorizada, está operando irregularmente na navegação de Apoio Portuário, no porto do Rio de Janeiro.
Nº do Processo: 50301.001505/2006-79



- Apurar denúncia da Superpesa Transportes Especiais e Intermodais, de operação irregular das empresas Manobras Serviços Marítimos Ltda. e Brasimar Serviços Marítimos Ltda., sem autorização da ANTAQ.
Nº do Processo: 50301.001373/2006-85
- Apurar denúncia por parte das empresas Comercial Navemar Navegação Marítima Serviços Ltda. e Servmar Serviços Marítimos Ltda. de operação da empresa de Praticagem do Estado do Ceará Ltda (Ceará Marine Pilots), sem autorização da ANTAQ, na navegação de apoio portuário nos portos de Mucuripe (Fortaleza/Ce) e Pecem.
Nº do Processo: 50301.001787/2006-12

Instauração de 11 Processos Administrativos Contenciosos para apurar denúncias, má prática comercial e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares:

SDC do Brasil – Serviços Ltda. - Apurar se a empresa atende às condições fixadas na Norma vigente para continuar operando como empresa de navegação na navegação de apoio portuário, na execução de serviços de dragagem.
Processo nº 50301.001128/06-78

Petromarítima Ltda - Apurar se a empresa atende às condições fixadas na Norma vigente para continuar operando como empresa de navegação na navegação de apoio portuário
Processo nº 50301.001113/06-18

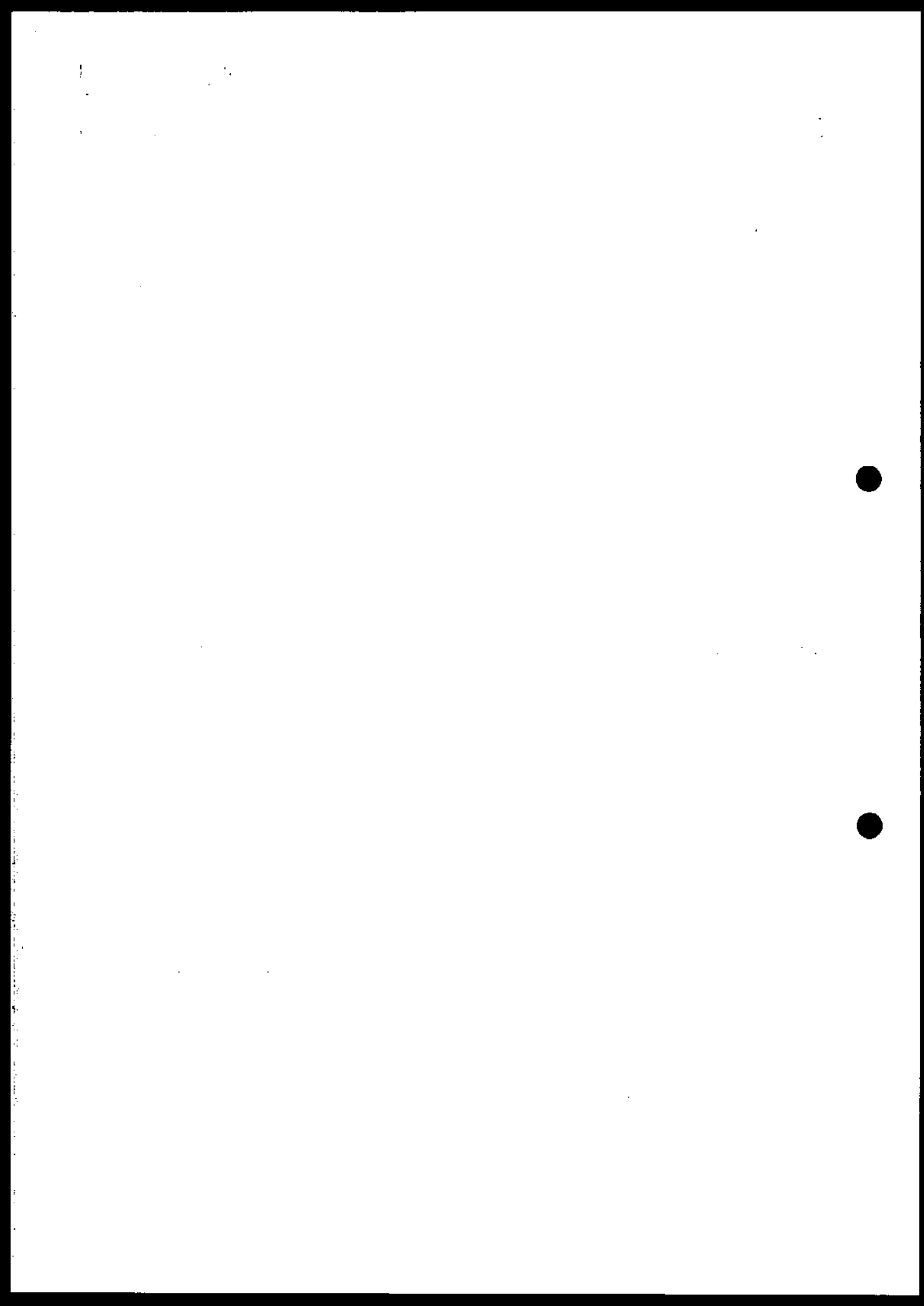
Marines Comercial e Distribuidora de Serviços Ltda - Apurar operação irregular da empresa na navegação de apoio portuário.
Processo nº 50301.001095/06-66

Comercial Marítima Oceânica Ltda – Apurar operação irregular da embarcação garantidora da outorga da empresa nas navegações de longo curso e de cabotagem
Processo nº 50301.001192/06-59

Mercovias Marítima Ltda.- Apurar operação irregular da empresa na navegação de cabotagem
Processo nº 50301.001336/06-77

Interportos Ltda - Apurar se a empresa atende às condições fixadas na Norma vigente para continuar operando como empresa de navegação na navegação de apoio portuário
Processo nº 50301.001296/06-63

Burra Leiteira Transporte Marítimo Ltda - Apurar operação irregular da empresa na navegação de cabotagem
Processo nº 50301.001329/06-85





CCT	
Nº da Folha	40
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	efb

Brasimar Serviços Marítimos Ltda - Apurar operação irregular da empresa na navegação de apoio portuário.
Processo nº 50301.001627/06-65

Orion Serviços Portuários Ltda - Apurar operação irregular da empresa na navegação de apoio portuário.
Processo nº 50300.001569/06-80

Aliança Navegação e Logística Ltda & Cia - Apurar denúncia da empresa Comercial Marítima Oceânica Ltda. de possíveis irregularidades na circularização do pedido de afretamento da embarcação estrangeira "BBC Germany" e do procedimento de oposição de bloqueio e oferta da referida embarcação por parte da empresa Aliança Navegação Ltda & Cia.
Processo nº 50300.001738/06-71

Jasmart Serviços de Transportes Marítimos Ltda - Apurar o cumprimento das disposições que regulam o exercício da outorga de autorização para continuar operando como empresa brasileira de navegação, na navegação de Apoio Portuário.
Processo nº 50301.001800/06-25

AFRETAMENTO DA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E DE APOIO

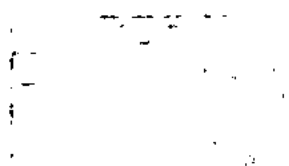
No que concerne à autorização / registro de afretamento de embarcações estrangeiras foram analisadas e processadas as solicitações a seguir:

- 1054 na navegação de longo curso;
- 1635 na navegação de cabotagem;
- 254 na navegação de apoio marítimo;
- 42 na navegação de apoio portuário, e
- 19 afretamentos a casco nu de embarcação estrangeira, com suspensão da bandeira de origem.

Foram, ainda, analisadas e processadas 509 solicitações de liberação de carga prescrita à bandeira brasileira, para embarcações estrangeiras pertencentes às empresas estrangeiras de navegação, que operaram no tráfego entre portos brasileiros e portos estrangeiros.

Realizado o acompanhamento mensal dos 04 Acordos Operacionais homologados, firmados entre empresas brasileiras e estrangeiras de navegação, com registro das embarcações participantes dos Acordos e inclusão das embarcações nos tráfegos, de acordo com seus escopos geográficos.

Foi analisada a documentação e realizado o cadastramento de 1346 embarcações e 60 portos no Sistema Mercante/MT, bem como o cadastramento "on-line", no Sistema Mercante/MT, de 3748 empresas de navegação/NVOCC ("non-vessel operators common carriers").



DESENVOLVIMENTO E REGULAÇÃO

- Elaboração e atualização da versão preliminar do Manual de Fiscalização, com base na normatização das UAR.
- Elaboração do documento sobre a legislação internacional de cabotagem, tomando como base países como: Argentina, Brasil, EUA, China, Austrália e União Européia.
- Sistematização e ordenamento dos "sites" de acesso para monitoramento de informações sobre navegação marítima e sua legislação.
- Monitoramento das mudanças ocorridas na legislação da navegação marítima e na regulamentação dos órgãos reguladores mundiais.
- Acompanhamento do estudo sobre cabotagem que está sendo realizado pela USP - Universidade de São Paulo.
- Participação nas reuniões do Comitê Brasileiro de Regulamentação - CBR/INMETRO e na realização das ações deliberadas pelo comitê.
- Participação como membro da Câmara Temática do Agronegócio da Ministérios da Agricultura.
- Atualização dos Termos de Referência para os estudos sobre dragagem, apoio marítimo, apoio portuário, construção naval e plano de ação da GGMA.
- Elaboração do Guia de Boas Práticas de Regulamentação do CBR/INMETRO
- Levantamento, tradução e adaptação ao sistema jurídico brasileiro da legislação e normas americanas sobre intermediários de transporte marítimo (subsídios para estudo comparativo).
- Elaboração de documento com sugestões de critérios para a aplicação de penalidades a regulados inadimplentes com suas obrigações, inclusive quantitativo.
- Revisão e apresentação de sugestões de alteração do texto da Resolução nº 52/02 – Normas de Outorga da Navegação Marítima e Apoio.
- Participação em reuniões mensais do Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade, no Inmetro.
- Participação em reuniões mensais do Grupo de Trabalho para a elaboração da norma de acessibilidade de passageiros no transporte aquaviário, na ABNT.
- Preparação do Material produzido na reunião do SGT-5 do MERCOSUL, em Bariloche e Florianópolis, para disponibilização no site da ANTAQ.
- Elaboração de estudo preparatório sobre Regulação de Empresas NVOCC – Non-Vessel Operating Common Carrier e Transitários de Carga Marítima – Ocean Freight Forwarder.

OUTORGA DA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E DE APOIO – GOM



Elaboração de sugestões à proposta de alteração da Norma para Outorga de Autorização à Pessoa Jurídica Brasileira para Operar como Empresa Brasileira de Navegação de Longo Curso, de Cabotagem, de Apoio portuário e de Apoio Marítimo;

Atualização do cadastro de empresas brasileiras de navegação com outorga em vigor, bem como daquelas que ainda estão pleiteando autorização;

Atualização cadastral da documentação da frota de embarcações operadas pelas empresas brasileiras autorizadas nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário;

Visita a Anatel para verificação de sistema de cadastro das empresas autorizadas a utilizar sistemas de radiofrequência, a fim de subsidiar a Antaq com informações sobre as empresas/embarcações que estão atuando no mercado.

Análise de Processos

Empresas Autorizadas em 2006.

Processo	Empresa	Tipo de Navegação
503010002152005	AGS FRETES MARÍTIMOS LTDA	Cabotagem
503010013262004	BAY SERVICE SERVIÇOS PORTUÁRIOS LTDA. - ME	Apoio Portuário
50300000411200692	BELOV ENGENHARIA LTDA	Apoio Portuário
50300000589200633	BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA	Apoio Marítimo
50301001398200506	BRAVAMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.	Apoio Portuário
503000001682003	CASA NOVA ENGENHARIA LTDA	Apoio Portuário
50301001240200528	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A	Apoio Portuário
50301000905200667	DEME BRAZIL SERVIÇOS DE DRAGAGEM LTDA	Apoio Portuário
50300000988200602	DOFCON DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA	Apoio Marítimo
50300000921200660	FAUSTO DE SOUZA ENGENHARIA LTDA.	Apoio Portuário
50301000889200611	FINARGE NAVEGAÇÃO DO BRASIL LTDA	Apoio Marítimo
50301000141200618	GASTRADE E TRANSPORTE LTDA	Cabotagem
50300000986200613	GEO DO BRASIL NAVEGAÇÃO E PEQUISA LTDA	Apoio Marítimo
50300000469200636	IBERÁ TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	Apoio Portuário
50301000737200529	KALIFA -EXTRAÇÃO, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -ME	Apoio Portuário
50301000586200690	MERCOSUL LINE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA	Cabotagem
503010010462003	MULICEIRO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário
503010000022004	NARVAL SERVIÇOS DE TRANSPORTE LTDA	Longo Curso
503000007442003	NAVEGAÇÃO VALE DO RIO DOCE S.A. - DOCENAVE	Apoio Portuário
50301000899200567	NORTE MAR NAVEGAÇÃO E TURISMO LTDA.	Apoio Marítimo

100-100000-100000

1

50300000378200609	PASSOS & PASSOS TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário
503000005882003	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	Apoio Portuário
50301001094200531	SANTOS SHIPPING LTDA.	Apoio Portuário
50301000185200630	SDBJ SERVIÇOS E APOIO MARÍTIMO LTDA ME	Apoio Portuário
503000002942002	SKANNOR OFFSHORE LTDA	Apoio Marítimo
50301000821200542	TERRA - MAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA	Apoio Marítimo
50301001169200583	WERTHER EMPRESARIAL LTDA	Apoio Portuário
503000008482003	MARÍTIMA PETRÓLEO E ENGENHARIA LTDA	Apoio Marítimo
50300001058/200668	PORTO LOPES TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA	Apoio Portuário
503000007632003	MILMARES EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário
50300001221/2006-92	SERVMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário
50300001050200600	MUNDIAL SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário e Apoio Marítimo
50301001351200534	MRB ENGENHARIA LTDA	Apoio Portuário
50300001436200611	STARNORT COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	Apoio Portuário
50300000828200655	SUB MARINE SERVIÇOS LTDA-EPP	Apoio Portuário
50300000508200603	MÁRCIA DOMINGOS DOS SANTOS LEANDO-ME	Apoio Marítimo
50301001397200553	PANAGUIA TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário

Fonte: CORPORATIVO

74 Processos em Análise para concessão de Outorga.

Processos	Empresas	Tipo de Navegação Pretendida
50301.001134/2004	ASTEOMAR - ASSESSORIA TEC DE OP MARITIMAS LTDA	Apoio Marítimo
50301.000277/2004	BIGMAR NAVEGAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Apoio Portuário
50300.000464/2003	SPEED BOAT SERVIÇOS DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA	Apoio Portuário
50301001449/2004	MANOBRASSO SER MARITIMOS LTDA	Apoio Portuário
50300.000464/2006-11	SIMONE M. M. DOS SANTOS TRANSPORTES	Apoio Portuário, Apoio Marítimo e Cabotagem
50301.001499/2004	CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE	Apoio Portuário, Cabotagem
50301.000184/2006-95	TRANS MAR	Apoio Portuário até 800 HP
50300.001385/2006-10	MARUJO	Apoio Marítimo
50300.000465/2002	CONTROL	Apoi Portuário
50300.001527/2006-49	GREEN WORLD	Apoio Portuário, Apoio Marítimo
50300.001662/2006-94	ANTENOR	Apoio Marítimo até 800



		HP
50300.001663/2006-39	CALLCHECK	Apoio Portuário e Apoio Marítimo 800HP
50301.000841/2006	MARANIL – TRANSPORTE COMÉRCIO SERVIÇO LIMPEZA MARÍTIMA LTDA	Apoio Marítimo Apoio Portuário
50301.000867/2006	SMTM TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário
50301.000149/2005	SERTEMA SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRE E MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário
50301.001317/2004	ACQUA MARÍTIMA TECNOLOGIA SUB. COM. E NAV. LTDA	Cabotagem
50300.001205/2006	SOLANA NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA	Apoi Marítimo
50301.001315/2004	J. F. OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA	Cabotagem
50301.001316/2004	CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.	Cabotagem
50300.000613/2006	DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA	Apoio Portuário
50300000292/2006-78	ANCOBRAX INDUSTRIA E SERV.	Apoio Portuário e Apoio Marítimo
50301000932/2005-59	CG APOIO MARITIMO LTDA	Apoio Portuário
50301000164/206-14	GRANÉIS DO BRASIL LTDA	Longo Curso, Cabotagem, Apoio Portuário e Apoio Marítimo
50300001742/2006-40	MAGALLANES NAV. BRAS. S/A	Apoio Marítimo (FMM)
50301000194/2005	OCEANBOAT SERVIÇOS MAR. LTDA	Apoio Portuário
50301000163/2006-70	SERVI-PORTO SERV. PORT. LTDA	Apoio Portuário
50300000430/2006-19	SERVI PORTO-SERV.PORT.LTDA	Apoio Portuário
50300000495/2006-64	SS NAVAL COMÉRCIO E SERVIÇOS	Apoio Portuário
50300000480/2006-04	TZT ENGENHARIA E P. LTDA	Apoio Portuário
50301.001068/2005-11	TRANSMAR DE ITAGUAÍ	Apoio Portuário
50301.001392/2004	3 GOLF LTDA	Apoio Portuário
50301.001112/2005-84	CBR APOIO PORTUÁRIO	Apoio Portuário
50300.001249/2006-20	PAPIMAR MARINER	Apoio Marítimo
50301.000389/2005-90	EBTE LTDA	Apoio Portuário (Dragagem)
50301.000778/2005-15	CONSTRAN S/A	Apoio Portuário
50300.000420/2006-83	DRAGAMAZON LTDA	Apoio Portuário (Dragagem)
50300.0001352/2006-70	LUA NOVA LTDA	Apoio Marítimo e Apoio Portuário
50300.001383/2006	DRACARES E APOIO MARÍTIMO SHIP SUPPLY LTDA.	Apoio Marítimo e Apoio Portuário
50301.001088/2005	EQUIPEMAR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.	Cabotagem
50301.000911/2005	FUGRÃOS – FUMIGAÇÃO DE GRÃOS LTDA.	Apoio Portuário
50301.000973/2005	SERMAPRA- SERV. MAR. DE APOIO A PRATICAGEM LTDA.	Apoio Portuário



50300.000487/2006	TUGBRASIL APOIO PORTUÁRIO S.A.	Apoio Marítimo
50300.001291/2006	W. M. TRANSPORTES MARÍTIMOS	Apoio Portuário e apoio marítimo
50301.001158/2005-01	B & B	Apoio Portuário (Dragagem)
50300.000494/2006-10	CODRASA	Apoio Portuário (Dragagem)
50300.000762/2005-12	CODESA	Apoio Portuário (Dragagem)
50301.000006/2006-64	COSTA SUL	Apoio Portuário (Dragagem)
50300.001586/2006-17	DEME BRAZIL	Apoio Portuário
50301.000796/2005-05	DRAG-SUB	Apoio Portuário (Dragagem)
50301.000023/2006-00	DUOTEC	Apoio Portuário (Dragagem)
50301.001095/2005-85	MDM	Apoio Portuário (Dragagem)
50300.000328/2006-13	OAS	Apoio Portuário (Dragagem)
50300.001687/2006-98	OIKOS ENGENHARIA	Apoio Portuário (Dragagem)
50301.000054/2004	NAVERIVER	Apoio Portuário e Apoio Marítimo
50301.001413/2004	BRASILNAVY TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA	Apoio Portuário
50301.001032/2005-29	ERIVAN NASCIMENTO DA SILVA	Apoio Marítimo
50300.000631/2006-16	AQUA PORT REPAROS NAVAIS E MERGULHOS LTDA	Apoio Portuário e apoio Marítimo
50301.000186/2006-84	FLUVIALMAR NAVEGAÇÃO LTDA	Apoio Marítimo, Apoio Portuário e Cabotagem
50300.000432/2006-16	FABIANA TRANSPORTES MARITIMOS LTDA	Apoio Portuário até 800HP
50301.001457/2004	JAQUELINE SEGUNDO EMPREENDIMENTOS E TRANSPÓ	Cabotagem
50301.000834/2006-01	LAURIN DO BRASIL NAVEGAÇÃO SA	Cabotagem – FMM
50300.000984/2006-16	NEN NAVEGAÇÃO LOGÍSTICA LTDA	Apoio Portuário
50301.001323/2004	MERCOVIAS MARITIMAS	Cabotagem
50300.000072/2003	SUDESTE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA	Apoio Marítimo, Apoio Portuário
50300.000965/2006	NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO	Apoio Marítimo, Apoio Portuário
50301.001339/2004	TUPI RIO TRANSPORTES SA	Apoio Portuário
50301.000338/2005-68	BRASIMAR SERVIÇOS MARITIMOS	Apoio Portuário
50300001751200631	EVERALDO JOÃO DOS REIS	Apoio Portuário
503000017882200669	SISTEC SISTEMAS DE ACESSO LTDA	Apoio Marítimo
50300001804200613	MULLER CONSTRUÇÕES E REPAROS NAVAIS	Apoio Portuário



50300001812200660	MARINER SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS LTDA	Apoio Portuário
50301001819200671	THYSSENKRUPP CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA	Apoio Portuário e Dragagem

No que se refere aos controles inerentes aos portos públicos, continuaram sendo mantidos os cadastros dos portos explorados sob o regime de concessão e daqueles explorados por meio de convênios de delegação. Além disso, foi dada continuidade aos levantamentos dos arrendamentos celebrados pelas administrações portuárias.

Foram examinadas solicitações de baixa e alienação de bens adquiridos com recursos da União, que resultaram nas seguintes autorizações:

- 4 (quatro) no Porto de Santos – SP;
- 2 (duas) no Porto de São Francisco do Sul – SC;
- 1 (uma) no Porto de Paranaguá – PR;
- 1 (uma) no Porto de Rio Grande – RG;
- 1 (uma) no Porto de Itajaí – SC.

No que se refere às atividades de fomento voltada aos portos, esta Superintendência procedeu análises referentes à pretensão do Governo do Estado de São Paulo de obter a delegação da administração e exploração do Porto de São Sebastião, tendo inclusive sugerido ajustes na minuta de convênio proposta pelo Ministério dos Transportes.

De forma a melhorar a atratividade para o arrendamento de áreas destinadas à movimentação de grãos líquidos foi examinada a proposta de modificação do programa de arrendamento do Porto de Itaguaí.

No ano de 2006 foi dado curso às análises de projetos de arrendamentos de áreas e instalações portuárias, contemplando os editais, as minutas de contrato, os termos de referência, os estudos de viabilidade e demais documentos relativos às respectivas licitações.

Após a conclusão da modelagem para estudos de viabilidade de projetos de arrendamento, acordada em reuniões com representantes do Tribunal de Contas da União - TCU, estão em fase de conclusão para o ano seguinte as análises de 5 (cinco) projetos:

- arrendamento do Lote II do TEGRAM no Porto de Itaquí, MA;
- arrendamento do Terminal de Grãos Sólidos do Porto de São Francisco do Sul/Berço 401, SC;
- arrendamento do Terminal de Fertilizantes do Porto de Imbituba, SC;
- arrendamento do Terminal de Grãos Sólidos do Porto de Itaguaí, RJ.

Tais projetos representam o investimento de R\$ 459 milhões em novas infra-estruturas portuárias para movimentação de mercadorias.

Foi concluída a análise do arrendamento do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, o qual tem um investimento esperado da ordem de R\$50 milhões.



Ainda no tocante a fomento, foram submetidas ao Ministério dos Transportes duas propostas para alteração das áreas dos Portos Organizados de Imbituba-SC e Cachoeira do Sul-RS, como forma de melhor aproveitamento dos terrenos desses portos para fins de exploração comercial.

Nas outorgas para construção e exploração de terminal de uso privativo, foram analisados 32 (trinta e duas) solicitações de autorização, culminando com a edição de 9 (nove) termos de autorização, para as seguintes empresas:

- Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A;
- Porto do Rio Iguaçu Terminal Fluvial & Com. Ltda;
- Estinave Operador Portuário e Logística Ltda;
- Consórcio de Alumínio do Maranhão – Consórcio Alumar;
- Petrobrás Transportes S.A. - Transpetro;
- CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico;
- Prefeitura Municipal de Santa Helena;
- Wellstream do Brasil Indústria e Comércio;
- MITA Ltda.

Cabe ressaltar que somente essas empresas cumpriram integralmente as exigências constantes da Norma específica aprovada pela Resolução nº 517-ANTAQ e que as mesmas pretendem investir cerca de R\$145 milhões nesses terminais.

Da mesma maneira de que nos portos, vem sendo atualizado o cadastro das outorgas dos terminais de uso privativo autorizados, contendo os respectivos registros de dados gerais, como nome, endereço, telefone, fax; registros de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, como provas de regularidade com o Estado e certidões de propriedade de imóveis; e registros técnicos, de descrição das características e destinações das instalações físicas dos terminais, além dos dados físicos e de movimentação de cargas, disponibilizados na internet, no sítio da ANTAQ. No corrente exercício já foram atualizados dados de 75 (setenta e cinco) terminais.

Foi desenvolvido programa de sistematização das informações constantes dos cadastros dos terminais de uso privativo para composição de banco de dados, que constará no sítio corporativo da ANTAQ.

O acompanhamento do desempenho portuário vem sendo materializado no Sistema Desempenho Portuário, ao qual, no ano de 2006, se incorporaram 23 (vinte e três) Administrações Portuárias, que correspondem a 34 (trinta e quatro) portos. Os indicadores de desempenho abrange a frequência de navios, quantidades movimentadas, atendimento ao tráfego, consignação média, produtividade média, tempo de espera, *imbalance/desembalance*, contêineres cheios/vazios e, são calculados por porto, terminal e produto, e este último, de acordo com a tabela da NCM vigente.

No caso dos preços dos serviços portuários, o cálculo ainda foi realizado utilizando pesquisa de campo realizada com agentes marítimos, operadores portuários e OGMO, tendo em vista que estas entidades ainda não se encontram integradas ao Sistema de Desempenho Portuário.

100



As informações proporcionadas pelo Sistema Desempenho Portuário, são publicadas no sítio da ANTAQ e se constituem em ferramenta para avaliação do desempenho e do planejamento portuário, assim como instrumento à ação regulatória.

Com vistas a marcar a comemoração dos cinco anos de criação da ANTAQ, foi elaborada minuta de Caderno Técnico que contém indicadores de preços, de desempenho operacional e de estatística, bem como, *ranking* dos portos brasileiros quanto a preços praticados, indicadores de desempenho e movimentação de mercadorias.

Neste ano foi iniciada a coleta eletrônica das estatísticas portuárias. A base de dados da ANTAQ está sendo alimentada pelo envio de dados de 23 (vinte e três) administrações de portos organizados. Estes dados, além de sua utilização na elaboração do Anuário Estatístico Portuário, são disponibilizados na página da ANTAQ na internet, com atualização frequente.

Também foi iniciada a integração dos Terminais de Uso Privativo – TUP, com o cadastramento de 30 (trinta) terminais.

Ainda, foram concluídas a produção e divulgação do Anuário Estatístico Portuário de 2005 e encontra-se em elaboração o Anuário Estatístico de 2006. Esses anuários estão estruturados em nova formatação, com informações ajustadas às necessidades demandadas pelas atividades de regulação e de fiscalização da Agência.

No que se refere a dragagem, foi iniciada estruturação e montagem de procedimento para obtenção de informações sobre a execução dos respectivos serviços com dados relativos aos quantitativos físicos e financeiros da execução destes serviços nos portos.

Essa estruturação possibilitará o controle pela ANTAQ de informações como a periodicidade da execução destes serviços em cada área; registro das profundidades de projeto e efetivas; taxa de assoreamento anual e volume de dragagem necessário.

Teve início, no mês de novembro, o Projeto CAP, que tem por objetivo valorizar a atuação dos Presidentes dos Conselhos de Autoridade Portuária, com a finalidade mais ampla de se alcançar a melhoria da gestão portuária. As principais atividades relacionadas ao projeto foram a participação na elaboração do Manual de Procedimentos para Presidentes de CAP e a formatação, programação e realização de oficinas temáticas sobre legislação portuária básica, no âmbito do Programa de Capacitação de Presidentes de CAP.

A fiscalização portuária dedicou especial atenção neste ano aos terminais portuários de uso privativo, realizando vistorias técnicas para verificação do efetivo cumprimento dos dispositivos dos instrumentos de outorga de autorização.

Foram fiscalizados 61 (sessenta e um) terminais de uso privativo, em trabalhos de vistoria técnica, nos quais os fiscais são orientados para a conferência das instalações físicas do terminal com as plantas e informações prestadas que compõem o respectivo processo de autorização na ANTAQ; a conferência e atualização da documentação que compõe esse processo de autorização de construção e exploração do TUP; a verificação do cumprimento pela Autorizada das obrigações estabelecidas no art. 12

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

da Resolução Nº 517-ANTAQ; a verificação da adequação na prestação de serviços e a comprovação da movimentação de cargas próprias e de cargas de terceiros.

As irregularidades verificadas nessas vistorias foram prontamente corrigidas pelas autorizadas mediante simples notificação, não tendo sido necessária a aplicação de penalidade aos entes fiscalizados, o que significa que o mercado compreende e respeita as normas da ANTAQ, considerando-as de valia para a regulação.

Não obstante, a ANTAQ vem trabalhando na análise de competência dos agentes de fiscalização e, notadamente, na questão referente ao desenvolvimento de modelo de auto de infração, bem como de sua inserção na esfera do Processo Administrativo Contencioso.

O Plano Anual de Fiscalização (PAF) encontra-se em fase final de elaboração, tendo-se já prevista para o início do próximo exercício sua implantação, a ser executada pelas Unidades Administrativas Regionais, no âmbito de suas competências, sob o acompanhamento da sede.

Para a execução desse plano, foram estabelecidos procedimentos e diretrizes de fiscalização portuária mediante reuniões sucessivas realizadas na sede, para as quais concorreram tanto servidores de Brasília quanto outros das diversas UAR, logrando-se elaborar o documento intitulado Projeto de Fiscalização Portuária.

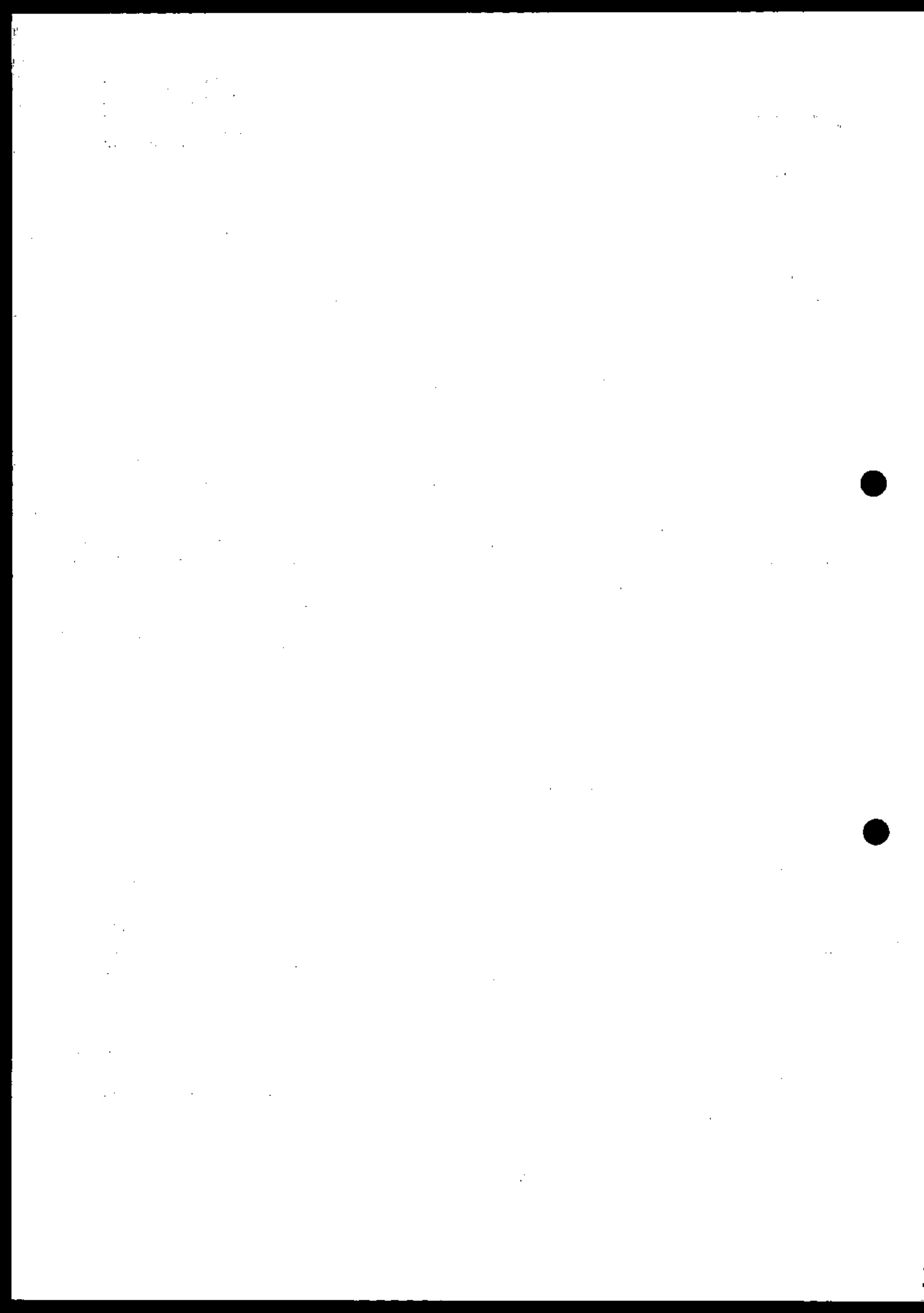
Nos portos públicos, foram instaurados 11 (onze) processos de procedimento de fiscalização, referentes à CODESA e aos portos de:

- Rio Grande-RS;
- Porto Alegre – RS;
- São Francisco do Sul – SC;
- Paranaguá -PR;
- São Sebastião – SP;
- Forno – RJ;
- Recife – PE;
- Suape – PE;
- Natal – RN;
- Fortaleza – CE.

Na área de estudos e desenvolvimento, foi iniciado, mediante contratação de empresas especializadas, o Estudo de Avaliação da Capacidade de Movimentação de Cargas nos Portos e Terminais, em Atendimento à Demanda de Mercado das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

Os resultados desses estudos possibilitarão à ANTAQ avaliar as necessidades de expansão para o atendimento às demandas atuais e futuras, formular o Plano Geral de Outorgas e subsidiar ao Ministério dos Transportes com informações concretas para formulação de políticas de transportes e ainda contribuir para determinar a real eficiência do subsetor portuário.

Foram elaboradas as seguintes propostas de normas:



- Procedimentos para supervisão e fiscalização das atividades desenvolvidas pelas administrações portuárias nos portos organizados.
- Estabelece critérios para cobrança de tarifas na movimentação e armazenagem de contêineres e volumes em instalações de uso público nos portos organizados.
- Sobre a caracterização, o registro e o tratamento de usuário com elevado grau de dependência do serviço de movimentação e armazenagem de cargas nos portos organizados;
- Outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de terminal portuário de uso privativo de turismo, em virtude da alteração da Lei dos Portos pela Lei nº 11.314/2006, com a inclusão da alínea c no inciso II, § 2º do art. 4º da Lei nº 8.630, de 1993;

Quanto à avaliação da gestão dos portos, encontra-se em desenvolvimento o estudo Avaliação de Desempenho da Gestão Portuária, como parte do Programa de apoio à Agenda de Crescimento Equitativo e Sustentável - PACE contratado entre o Governo Federal e o Banco Mundial e assinado em novembro de 2005, o qual possibilitará à ANTAQ a aferição do desempenho operacional e a qualidade dos serviços prestados, bem como o aprimoramento de metodologia para apuração de reajustes e revisões das tarifas portuárias das Administrações Portuárias.

Foram apresentadas três propostas técnicas para a execução do projeto, cujo teor foi analisado pela Comissão de Licitação constituída para este fim. As propostas financeiras serão abertas após o vencimento dos prazos para contestação da avaliação das propostas técnicas por parte do Banco Mundial.

Para a capacitação técnica da área de portos, foi assinado em 06/12/2006 contrato aos moldes do Banco Mundial-Programa PACE de estudo intitulado Diretrizes para a Promoção e Defesa da Concorrência no Subsetor Portuário, que tem por objetivo oferecer condições à Agência de identificar as falhas de mercado e se preparar para as eventuais externalidades que venham a comprometer o funcionamento eficiente da atividade portuária, propor autorização para construção, exploração e ampliação de terminal portuário de uso privativo de turismo, em virtude da alteração da Lei dos Portos pela Lei nº 11.314/2006, com a inclusão da alínea c no inciso II, § 2º do art. 4º da Lei 8.630, de 1993; regras de regulação compatíveis com o mercado e com a legislação em vigor, e ainda, realizar ações na promoção e defesa da concorrência por meio de mecanismos de cooperação estabelecidos com outros órgãos como SEAE/MF, SDE/MJ e CADE.

Na regulação portuária, foram analisados e propostos os seguintes níveis de reajuste de tarifas dos serviços portuários.

- 33,33% e inclusão de novos itens de cobrança na estrutura tarifária dos Portos do Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba/Itaguaí e Angra dos Reis, administrados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ;
- 34,37% para os Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, administrados pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA;
- Incorporação de reajuste tarifário concedido em 2001 e aprovação do novo reajuste de 21,30% para as tarifas dos Portos de Paranaguá e Antonina,



controlados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA;

- 31,64% para os Portos de Vitória/Capuaba e Barra do Riacho, administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA;

Nas questões relacionadas com a arbitragem de conflitos foram examinados os seguintes assuntos:

- Reclamação da AMA BRASIL – Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil sobre reajuste de preços dos serviços portuários prestados pela FERTIMPORT S/A, “concessionária” responsável pela exploração do Terminal de Fertilizantes – TEFER do Porto de Santos;
- Representação impetrada pela Associação Comercial de Pernambuco, na 21ª Vara Civil do Estado de Pernambuco, para que seja garantido o direito de utilizar o TECON do Porto de Suape, mediante o pagamento de taxas em consonância com a política tarifária vigente para o porto;
- Indagação da Associação Comercial de Santos sobre a procedência da cobrança pelos operadores portuários do Porto de Santos para os serviços de pesagem de caminhões e contêineres;
- Denúncia da Associação Nacional dos Usuários dos Transportes de Carga – ANUT quanto à prática de preço, entendido como abusivo, pela LIBRA Terminais para a prestação de serviços de descarga de navios de granéis líquidos que operam em terminal por ela arrendado no Porto do Rio de Janeiro;
- Recurso interposto pela operadora LIBRA Terminais contra decisão da ANTAQ a respeito da cobrança da taxa de ISPS Code pelos operadores portuários do Porto de Santos aos recintos alfandegados situados fora da zona primária do porto, objeto de denúncia efetuada pela MARIMEX – Despachos, Transportes e Serviços Ltda;
- Recurso administrativo, com efeito suspensivo, impetrado pela DEICMAR S/A contra decisão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, referente à rescisão unilateral de contrato de arrendamento firmado com tal operadora para exploração de armazéns do Porto de Paranaguá;
- Representação promovida pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – CECAFÉ junto à Secretaria de Direito Econômico – SDE acerca de condutas consideradas anti-concorrenciais que são praticadas por empresas ligadas ao Centro Nacional de Navegação Transatlântica – CNNT;
- Reclamação da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF quanto à cobrança de taxa, pelos arrendatários LIBRA 37 e SANTOS BRASIL do Porto de Santos, para entrega e recebimento de contêineres pelo modo ferroviário (Processo nº 50300.001755/2006-19).

Quanto ao meio ambiente houve o acompanhamento da elaboração, da implantação e do desenvolvimento dos planos de gestão ambiental. Foram feitas aplicações nos seguintes portos do formulário SIGA – Sistema de Informações de Gestão Integrada:

1. *Staphylococcus aureus* (ATCC 12228) was grown in tryptic soy broth (TSB) (Difco) supplemented with 0.5% yeast extract (Difco) and 0.5% glucose (Difco) at 37°C. Cells were harvested at mid-log phase (OD₆₀₀ = 0.5) and washed with phosphate buffered saline (PBS) (pH 7.4) containing 0.1% bovine serum albumin (BSA) (Sigma). Cells were then resuspended in PBS containing 0.1% BSA and 0.1% penicillin (100 U/ml) (Sigma). Cells were then washed with PBS containing 0.1% BSA and 0.1% penicillin (100 U/ml) (Sigma). Cells were then washed with PBS containing 0.1% BSA and 0.1% penicillin (100 U/ml) (Sigma).



- Vitória e Barra do Riacho - ES;
- Salvador e Aratu - BA;
- Porto do Recife - PE; e
- Fortaleza - CE.

Além da aplicação do SIGA, foram feitas avaliações completas da gestão ambiental no Porto de Santos e nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí. Foi aplicado o treinamento do Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária - PNCAP nos seguintes locais:

- CODESA, para os portos de Vitória e Barra do Riacho/ES;
- CODEBA, para os Porto de Salvador e Aratu/BA;
- CDP e Porto de Pecém/CE;
- Florianópolis/SC, para os portos de Itajaí, Imbituba e São Francisco do Sul.

Constou também da pauta de realizações na área de meio ambiente o treinamento e discussão acerca dos Planos de Emergência Individuais - PEI, obrigatórios por força de lei, e que são preparatórios para a revisão da Resolução CONAMA 293/97.

Encontram-se em desenvolvimento estudos e acordos internacionais nas áreas de gestão ambiental que vêm sendo acompanhados, por meio da participação ou da coordenação das reuniões, como os da Comissão Permanente de Meio Ambiente - CPMA do MT; do Plano Geral para Prevenção de Pandemia de Influenza para os portos; do evento Abertura dos Portos - 200 Anos de História; do Foro da IMO sobre a Comitê MPEC da MARPOL e na Convenção de Água de Lastro; do procedimento de gestão da água de lastro, em trabalho junto ao Ministério Público, em apoio ao Porto de Santos - SP, da redação de documento endereçado à Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei de Água de Lastro juntamente com a comunidade portuária; da revisão da Resolução CONAMA 293/01 (Plano de Emergência Individual), junto ao Ministério do Meio Ambiente; a participação nas reuniões do GI-GERCO sobre a Agenda Ambiental Portuária; na elaboração e apresentação nos eventos de Água de Lastro em Arraial do Cabo - RJ, ECOBRASIL, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Gestão de Material Dragado em Antonina - PR; nas discussões das conformidades ambientais com o MT, CODESP e IBAMA acerca do projeto de dragagem de aprofundamento para os portos de Santos - SP, Rio de Janeiro - RJ e Rio Grande - RS; na elaboração de minuta de Termo de Cooperação Técnica com o IBAMA para procedimentos de facilitação da atuação dos gestores ambientais portuários públicos e privados.

Foram desenvolvidas, também, as diretrizes para nortear a inserção da Agência nos aspectos ambientais diretamente relacionados com suas decisões e atuações, que incluíram o início das atividades para construir:

- Os procedimentos ambientais para manuseio de cargas perigosas e outras, com vistas ao gerenciamento de riscos de poluição (a ser trabalhado com o IBAMA);
- A proposta de uma nova Agenda Ambiental Portuária;
- A cartilha de licenciamento ambiental (a ser trabalhada com o IBAMA).

F-2

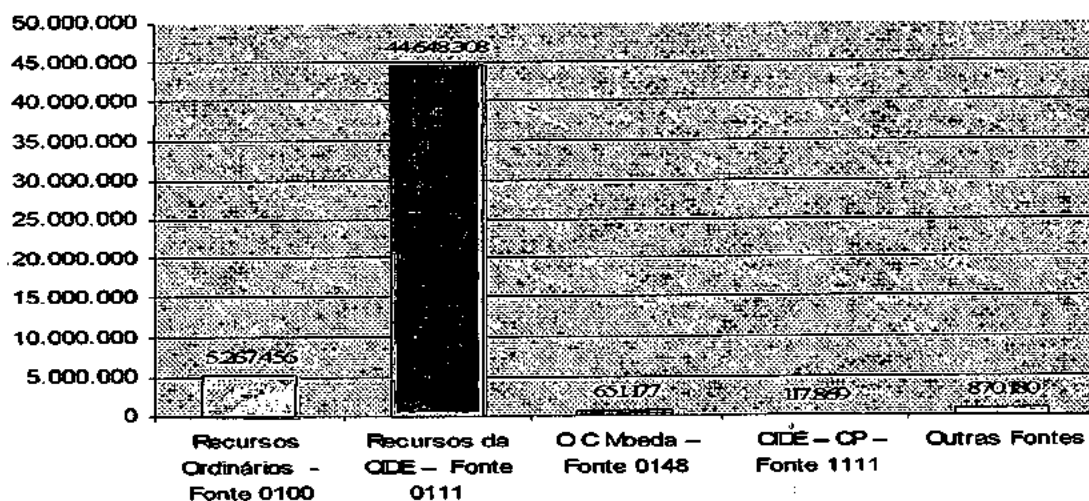


2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei nº. 11.306, de 16 de maio de 2006, e alterações decorrentes de créditos adicionais, consignou à ANTAQ um montante de recursos no valor de R\$ 51.554.990,00, distribuídos nas seguintes fontes:

Em R\$ 1,00		
Fonte	Descrição	Valor
0100	Recursos do Tesouro – Exercício Corrente - Ordinários	5.267.456
0111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis	44.648.308
0148	Operações de Crédito Externas – em Moeda - BIRD	651.177
1111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis – Contrapartida - BIRD	117.869
0250	Recursos de Outras Fontes – Próprios não Financeiros	180
0311	Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores CID – Combustíveis	870.000
Total		51.554.990

Despesa Autorizada por Fontes de Recursos



Os recursos aprovados para o exercício (Lei + Créditos) destinavam-se à cobertura dos seguintes grupos de despesas:

Em R\$ 1,00			
Descrição	Fonte	Valor	%
- Pessoal e Encargos Sociais		20.410.619	39,59
	0100	3.005.248	5,83
	0111	17.405.371	33,76

1954

1954



Descrição	Fonte	Valor	%
- Outras Despesas Correntes		29.704.408	57,62
	0100	2.164.708	4,20
	0111	25.900.474	50,23
	0148	651.177	1,27
	1111	117.869	0,23
	0250	180	0,00
	0311	870.000	1,69
- Investimentos		1.439.963	2,79
	0100	97.500	0,19
	0111	1.342.463	2,60
TOTAL		51.554.990	100,00

O orçamento aprovado em 2006 apresentou um crescimento de 14,05% em relação ao exercício de 2005, embora tenha se verificado um decréscimo nas "Despesas de Capital – Investimento".

Em R\$ 1,00

Descrição	Orçamento Aprovado		Variação %
	Exercício 2005	Exercício 2006	
- Pessoal e Encargos Sociais	18.583.522	20.410.619	9,83
- Outras Despesas Correntes	24.510.819	29.704.408	21,18
- Investimentos	2.108.314	1.439.963	(31,70)
TOTAL	45.202.655	51.554.990	14,05

O crescimento do volume de recursos destinados a pessoal e encargos sociais está relacionado à admissão de 193 novos servidores através de concurso público. Observa-se, também, um aumento na dotação de recursos para despesas de custeio decorrente do aumento da força de trabalho que, invariavelmente, demanda recursos dessa natureza sob forma de diárias, passagens, material de consumo e outros bens e serviços que, em conjunto, irão contribuir para a realização das ações finalísticas da Agência. Há de se considerar, ainda, que o crescimento dessas despesas também foi influenciado pela criação e instalação das Unidades Administrativas Regionais – UAR's de Belém, Manaus, Porto Velho, Florianópolis e Recife.





Para as despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” foi destinada uma dotação orçamentária correspondente a em torno de 40% do valor total alocado no orçamento incluindo-se nesta categoria os ressarcimentos de despesas com pessoal requisitado de outros Órgãos.

Nos grupos de despesas “Outras Despesas Correntes” e “ Investimentos” foram alocados cerca de 60% do valor dotação da orçamentária que se destinavam basicamente a:

- III. manutenção em geral;
- IV. pagamento de benefícios não classificados como despesa de pessoal;
- V. reequipamento da sede e das Unidades Regionais.

O Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, estabeleceu limites para Movimentação, Empenho e Pagamentos, referentes aos grupos “Outras Despesas Correntes e Investimentos” que estão demonstrados juntamente com as despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” no quadro abaixo:

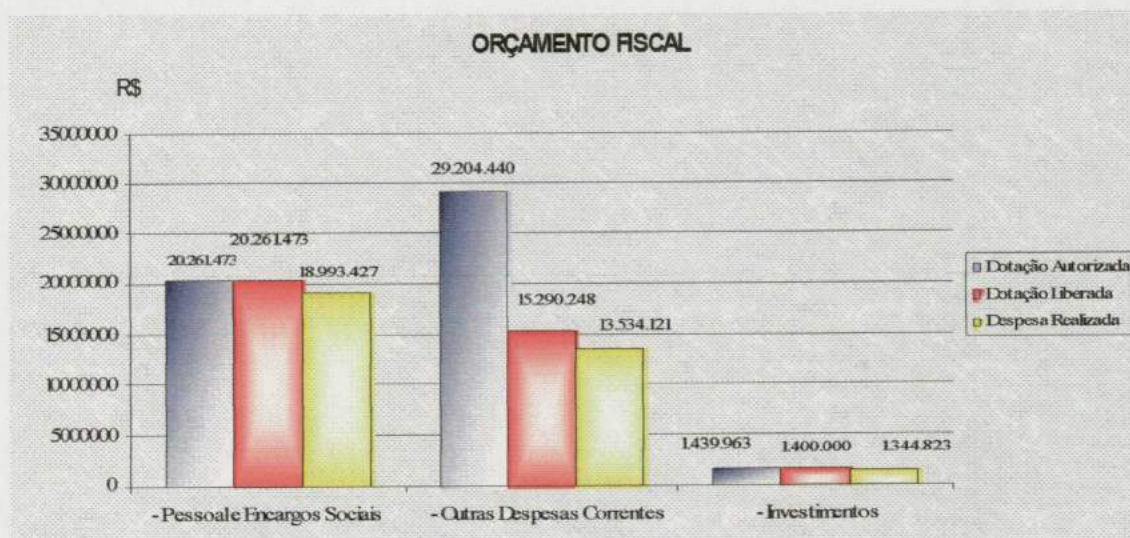
Recursos de Todas as Fontes - R\$ 1,00					
CATEGORIA / GRUPO	Descrição	DOTAÇÃO AUTORIZA-DA (Lei + Créditos)	DOTAÇÃO LIBERADA	DESPESA REALIZADA (*)	% de Execução
		(a)	(b)	(c)	d = (c/b)
ORÇAMENTO FISCAL		50.905.876	36.951.721	33.872.371	91,67
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	49.465.913	35.551.721	32.527.548	91,49
3.1.00.00.00	- Pessoal e Encargos Sociais	20.261.473	20.261.473	18.993.427	93,74

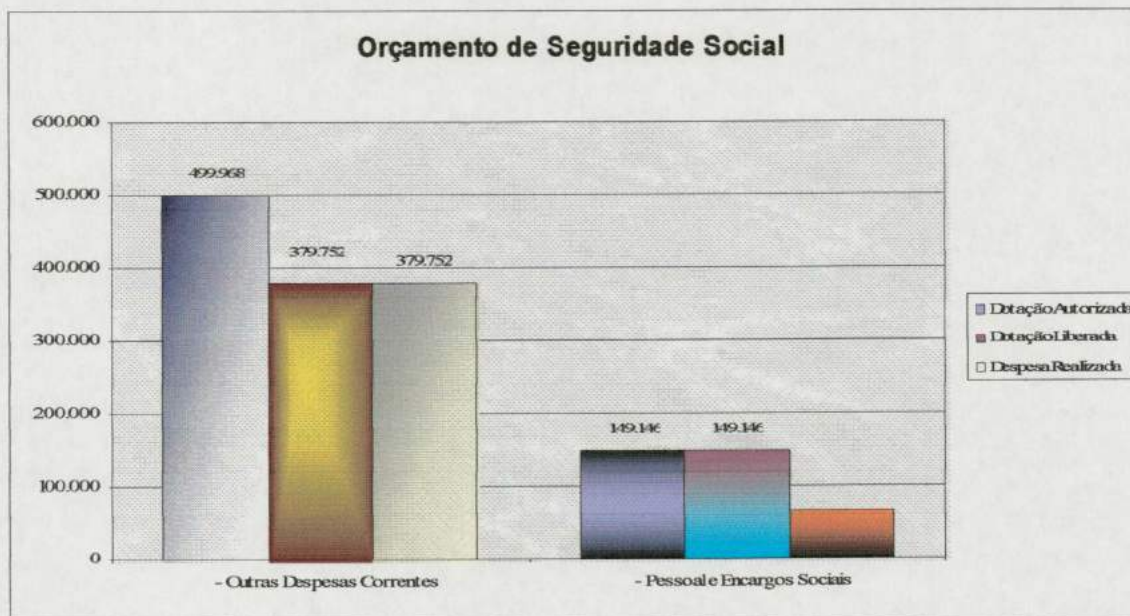
CATEGORIA / GRUPO	Descrição	DOTAÇÃO AUTORIZADA (Lei + Créditos)	DOTAÇÃO LIBERADA	DESPESA REALIZADA (*)	% de Execução
		(a)	(b)	(c)	d = (c/b)
3.3.00.00.00	- Outras Despesas Correntes	29.204.440	15.290.248	13.534.121	88,51
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.439.963	1.400.000	1.344.823	96,06
4.4.00.00.00	- Investimentos	1.439.963	1.400.000	1.344.823	96,06
ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL		649.114	528.898	445.321	84,20
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	649.114	528.898	445.321	84,20
3.1.00.00.00	- Pessoal e Encargos Sociais	149.146	149.146	65.569	43,96
3.3.00.00.00	- Outras Despesas Correntes	499.968	379.752	379.752	100,00
TOTAL		51.554.990	37.480.619	34.317.692	91,56

(*) Inclui restos a pagar

Na execução do Orçamento Fiscal, considerando-se a coluna "Despesa Realizada" comparativamente à "Dotação Liberada", observa-se um desempenho acima de 93% nos grupos de despesa "Pessoal e Encargos Sociais" e "Investimentos". A exceção a este desempenho significativo está no grupo "Outras Despesas Correntes" que alcançou índice ligeiramente inferior, ou seja, 88,51%, em decorrência do aporte de recursos em 27.12.06, por meio de Crédito Extraordinário, destinados à Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza.

Na execução do Orçamento da Seguridade Social, verificou-se um desempenho de (43,9%) no grupo de despesa "Pessoal e Encargos Sociais" em função da não concretização do volume de aposentadorias que estavam previstas para o exercício.





Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA E AÇÃO

Em R\$1,00

PROGRAMA / AÇÃO		Despesa Autorizada (a)	Dotação Liberada (b)	Despesa Realizada (c)	E% xecução d = c/b
0221	SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	49.766.798	36.092.427	34.117.373	94,53
0221.2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	1.894.047	129.493	129.493	100,00
0221.2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	8.188.367	707.185	702.174	99,29
221.2272	Gestão e Administração do Programa - Outras Despesas Correntes	17.257.383	13.262.542	12.933.325	97,52
0221.2272	Gestão e Administração do Programa - Pessoal e Encargos Sociais	18.369.019	18.369.019	17.100.973	93,1
0221.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.892.454	1.892.454	1.892.454	100,00
0221.4641	Publicidade de Utilidade Pública (*)	300.000	300.000	300.000	100,00
0221.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes	499.968	379.752	379.752	100,00
0221.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	57.000	43.422	43.422	100,00
0221.2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	242.000	242.000	129.895	53,68
0791.2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	466.560	466.560	435.881	93,42



CCT	
Nº da Folha	58
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	45

0221.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	600.000	300.000	70.004	23,33
0225	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES	1.639.046	1.239.046	134.750	10,88
0225.1K85	Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza	870.000	870.000	0	0
0225.2B98	Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo Sustentável - PACE	769.046	369.046	134.750	36,51
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	149.146	149.146	65.569	43,96
0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	149.146	149.146	65.569	43,96
TOTAL		51.554.990	37.480.619	34.317.692	91,56

(a) = Lei + Créditos;

(b) = Dotação liberada

(c) = Inclui Restos a Pagar

(*) = Crédito descentralizado ao Ministério dos Transportes nos termos do art. 8º § 1º da Lei nº 11.439 de 20.12.06

Com respeito à execução física das ações, são apresentados a seguir quadros com as informações conforme consta dos registros do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan:

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES			
	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	Var. %
0221 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS				
Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	Outorga Concedida (unidade)	40	56	140,0
Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	Empresa Fiscalizada (unidade)	100	170	170,0
Gestão e Administração do Programa	-	-	-	-
Publicidade de Utilidade Pública	-	-	-	-
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado (unidade)	300	62	20,7
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes	Pessoa Beneficiada (unidade)	992	465	46,9
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado (unidade)	240	291	121,3
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado (unidade)	200	97	48,5

100

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES			
	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	Var. %
0221 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS				
Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	Outorga Concedida (unidade)	40	56	140,0
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	50	51	102,0
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	-	-	-	-
0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES				
Implantação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza	-	-	-	-
Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo Sustentável - PACE	Agenda Implantada (% de execução física)	100	36,5 (*)	-
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	-	-	-	-

(*) % de execução relacionado ao valor liberado no exercício R\$ 369.046,00

Durante o exercício de 2006 foram repassados pelo Ministério dos Transportes à ANTAQ recursos no valor de R\$ 33.443.942,86, conforme discriminação a seguir:

Fonte	Descrição	Valor R\$ 1,00
0100	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente - Ordinários	5.369.086,10
0111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	28.038.856,76
0148	Operações de Crédito Externas - em Moeda - BIRD	21.000,00
1111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - Contrapartida - BIRD	15.000,00
TOTAL		33.443.942,86



3. GESTÃO PATRIMONIAL E LICITAÇÕES

Destaca-se no exercício a complementação da transferência da Sede da ANTAQ do Edifício Núcleo dos Transportes para o endereço atual, registrando-se que esta transferência ocorreu sob circunstâncias bastante adversas, requerendo adaptações emergenciais de rede de dados, voz e energia estabilizada e bem assim de espaços internos, em razão da impossibilidade de cumprimento da programação estabelecida decorrente das restrições orçamentárias impostas à Agência, conforme relatado anteriormente.

Ainda no exercício de 2006, além da montagem parcial dos equipamentos da Sede da Agência permitida pela disponibilidade orçamentária, foram concluídas as instalações físicas, compreendendo a adaptação das instalações, mobiliário etc., das Unidades Administrativas Regionais de Porto Velho-RO, Manaus-AM, Belém-PA, Recife-PE, e Florianópolis-SC.

Relativamente às contratações realizadas, apresenta-se nos quadros seguintes a relação das compras efetuadas no exercício, conforme a modalidade de aquisição:

PROCESSO	OBJETO	NÚMERO	VALOR
COMPRAS DIRETAS - INEXIGIBILIDADE			
00048/2006-13	Despesa com a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF	001/2006	80.000,00
000126/2006-71	Ressarcimento de condomínio das instalações da UARRJ - PREVI	002/2006	60.000,00
000127/2006-16	Consumo de energia elétrica na UARRJ	003-A/2006	70.000,00
000014/2005	Pagamento de condomínio da UARSP - VITACHEMIE	002-A/2006	35.000,00
000501/2006-83	Despesa referente ao pagamento do IPTU/TLP do edifício sede da ANTAQ	003/2006	70.908,19
000610/2006-09	Despesa referente a taxa de prevenção e extinção de incêndios devida pela UARRJ	004/2006	754,11
000666/2006-55	Pagamento de anuidade à Associação Brasileira de Agências de Regulação- ABAR	005/2006	10.000,00
000935/2006-83	Despesas com condomínio das instalações da UARFL	006/2006	4.050,00
000992/2006-62	Co-patrocínio pela ANTAQ, no IV Seminário Brasileiro sobre Água de Lastro - IEAPM	007/2006	10.000,00
001000/2006-14	Pagamento de inscrições de servidores no XXIV Curso sobre SIAFI (Operacional)	008/2006	4.650,00
001282/2006-50	Despesa com condomínio da UARFL	009/2006	6.000,00
001542/2006-97	Renovação das assinaturas dos boletins BDA e BLC - editora NDJ	010/2006	9.200,00

Age Group	Percentage
18-29	85%
30-49	80%
50-69	75%
70+	70%

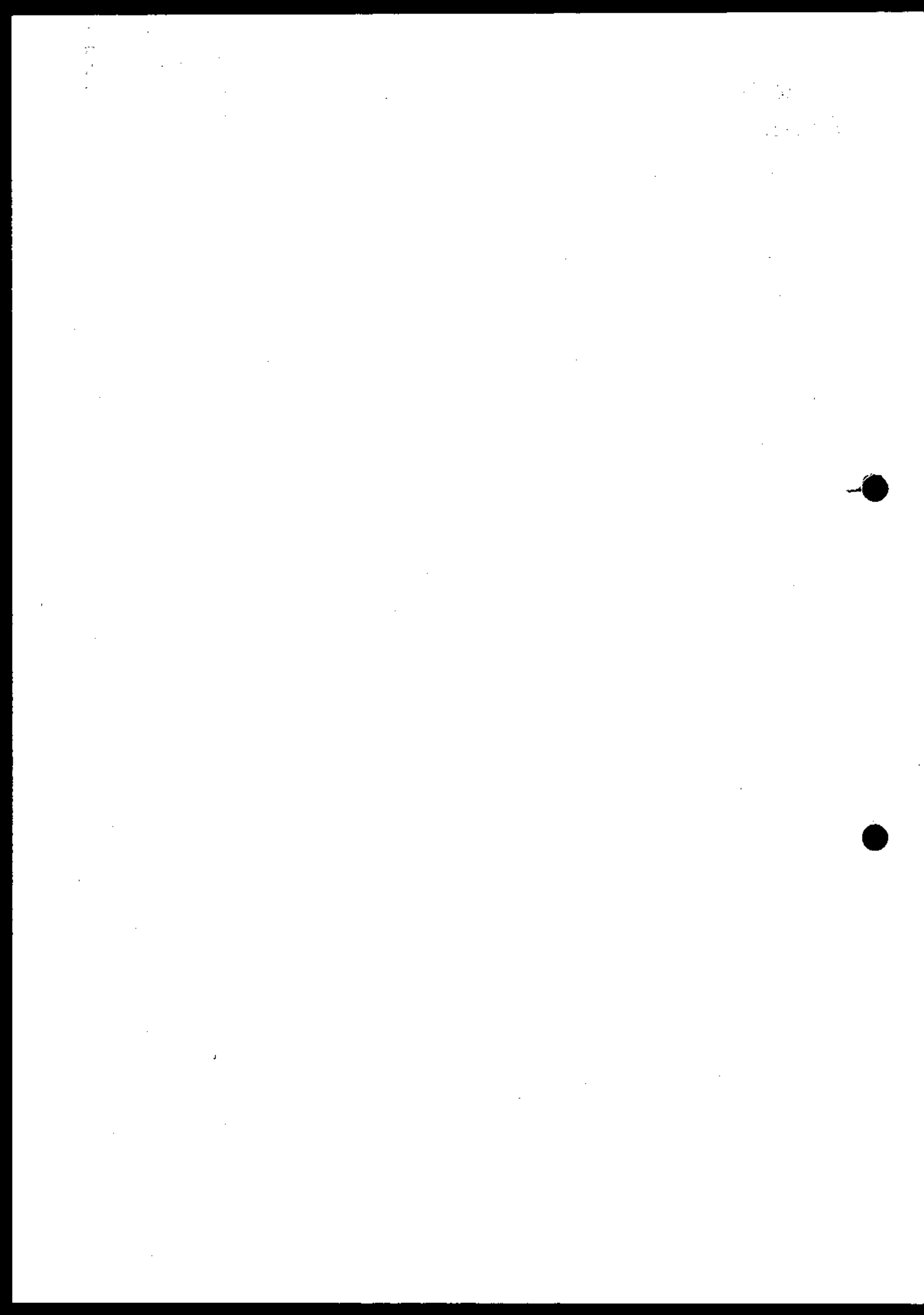
PREGÃO ELETRÔNICO			
000418/2006-12	Fornecimento de materiais de expediente para suprir o estoque do almoxarifado	001/2006	2.514,73
000497/2006-53	Fornecimento de mobiliário destinado a equipar a UARRE	002/2006	19.003,75
001237/2005-14	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos de informática	003/2006	29.998,00
000499/2006-42	Fornecimento de mobiliário destinado a equipar a UARBL	004/2006	30.907,00
000498/2006-06	Fornecimento de mobiliário destinado a equipar a UARPV	005/2006	25.925,00
000496/2006-17	Fornecimento de mobiliário destinado a equipar a UARMN	006/2006	24.097,00
000638/2006-38	Fornecimento e instalação de persianas verticais destinadas à Sede da ANTAQ	007/2006	24.376,06
000571/2006-31	Fornecimento de estabilizador de tensão para atender a demanda da rede de energia estabilizada da ANTAQ	008/2006	16.795,00
000475/2006-93	Serviços de impressão gráfica de exemplares do Anuário Estatístico/2004 e Relatório Técnico/2005	009/2006	11.870,00
000960/2006-67	Fornecimento de cartuchos para suprir o estoque do almoxarifado	010/2006	33.991,70
REVOGADO	Aquisição de refrigerador, bebedouro, etc p/UARFL	011/2006	---
000924/2006-01	Serviço de vigilância armada para a UARPV	012/2006	81.172,33
000839/2006-35	Aquisição de equipamentos e acessórios para infraestrutura de rede de informática para as UARs de Recife, Belém, Manaus, Porto Velho e Florianópolis e fornecimento de mobiliário para a UARSP	013/2006	46.397,98
001155/2006-51	Aquisição de Ar Condicionado para as UARs de Florianópolis, Belém, Manaus, Porto Velho e Recife	015/2006	57.130,00
000869/2006-41	Fornecimento de material permanente: gravador, câmera digital, retroprojeto, etc	016/2006	19.172,00
001396/2006-08	Aquisição de Ar Condicionado para a UARBL	017/2006	17.500,00
000568/2006-18	Aquisição material permanente: Bebedouro, Fogão Elétrico, Forno Microondas e Refrigerador p/UARFL	018/2006	4.209,69
000929/2006-26	Aquisição de material permanente: grampeador, perfurador, encadernadora e guilhotina	019/2006	800,56
001268/2006-56	Fornecimento de 6 computadores do tipo Notebook	020/2006	41.139,00
001504/2006-34	Serviços de engenharia/arquitetura visando executar o projeto arquitetônico do Auditório e Sala de Reuniões	021/2006	125.000,00
000934/2006-39	Fornecimento de 04 aparelhos Multifuncionais	022/2006	6.765,00
001441/2006-16	Fornecimento de material de consumo e insumo de informática para suprimento do almoxarifado	023/2006	9.380,33
001589/2006-51	Prestação de serviços de copeiragem com fornecimento de insumos e equipamentos para atender às necessidades da ANTAQ	024/2006	117.984,00





CCT	
Nº da Folha	62
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	45

001581/2006-94	Fornecimento e instalação de cortinas destinadas ao auditório e sala de reunião da Sede da ANTAQ	025/2006	12.300,00
001686/2006-43	Aquisição de 01(um) Sistema de arquivamento e armazenamento deslizante mecânico	026/2006	94.500,00
001585/2006-72	Aquisição de sistema integrado de áudio e vídeo para o auditório e sala de reuniões da ANTAQ	027/2006	42.550,00
001509/2006-67	Fornecimento de 120 pentes de memória	028/2006	17.460,00
PREGÃO PRESENCIAL			
000233/2006-08	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem, para a UARMN	002/2006	16.800,00
000234/2006-44	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem, para a UARRE	003/2006	22.800,00
000235/2006-99	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem, para a UARBL	004/2006	33.600,00
000392/2006-02	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem, para a UARPV	005/2006	15.716,04
CONVITE DE PREÇOS			
000422/2006-72	Serviços de engenharia/arquitetura, visando proceder a adaptação das instalações da UARMN	001/2006	39.242,60
000343/2006-61	Serviços de engenharia/arquitetura, visando proceder a adaptação das instalações da UARRE	002/2006	29.652,43
000410/2006-48	Serviços de engenharia/arquitetura, visando proceder a adaptação das instalações da UARBL	003/2006	31.091,28
COTAÇÃO ELETRÔNICA			
001389/2006-06	Aquisição de refrigerador para a UARBL	001/2006	1.301,68
REGISTRO DE PREÇOS			
000665/2006-19	Aquisição de 12 (doze) aparelhos de fax/copiadora	Pregão Nº 16/2005-AGU	17.400,00
001434/2006-14	Aquisição de estações de trabalho (mobiliário)	Pregão Nº 20/2005-MDS	540.653,19
001334/2006-98	Aquisição de 40 estações de trabalho - computadores PENTIUM IV	Pregão Nº 116/2005-TST	116.000,00
001506/2006-23	Aquisição de mobiliário para auditório e sala de reunião da Sede da ANTAQ.	Pregão Nº 062/2005-MJ e Pregão Nº 052/2005-TJ/SE	75.182,84
001582/2006-39	Aquisição de 03 (três) servidores de rede	Pregão Nº 115/2005-A-TST	92.091,00
001069/2006-48	Aquisição de softwares aplicativos	Pregão Nº 58/2006-MD	161.789,00



4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

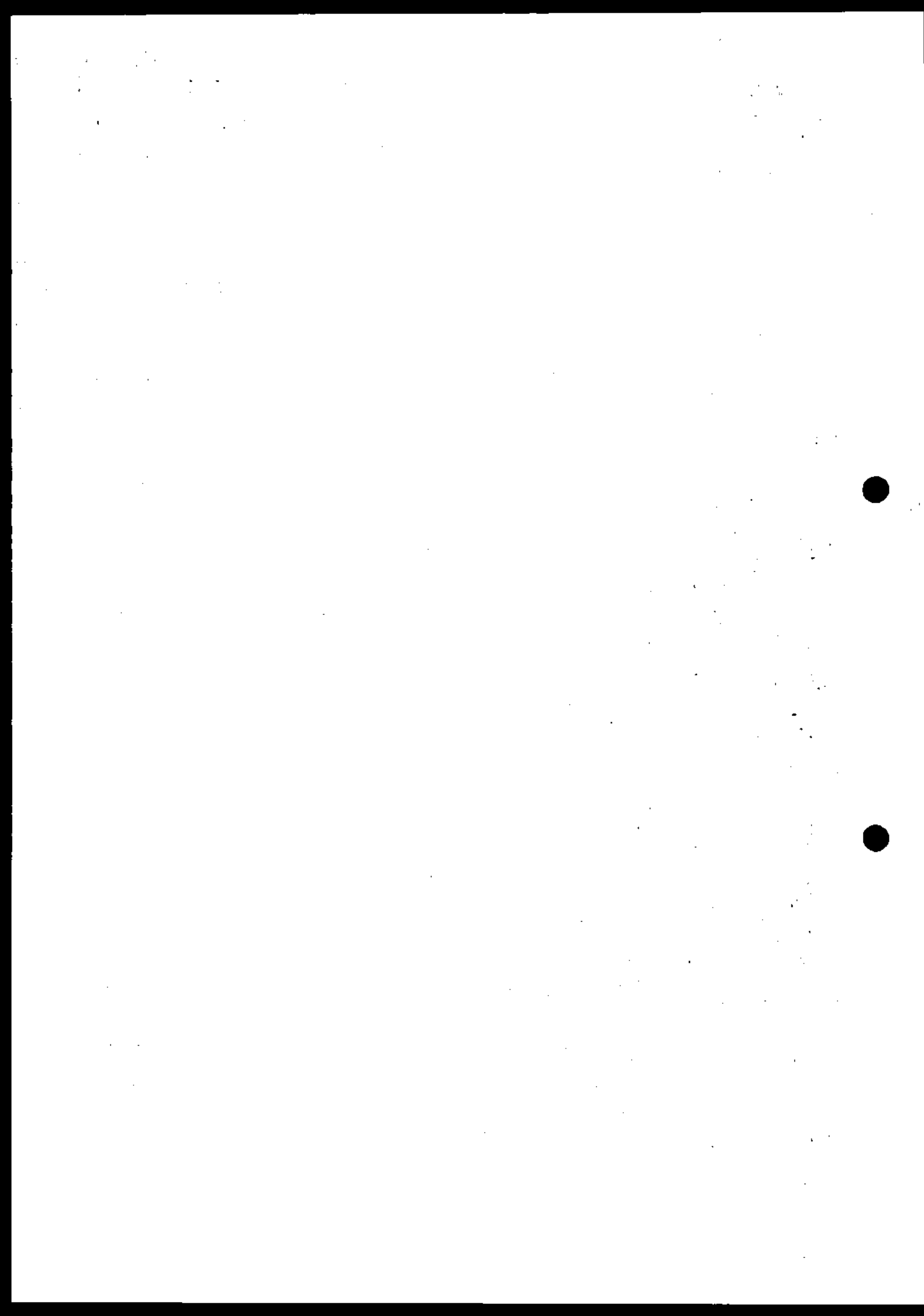
ELABORAÇÃO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

No exercício de 2006 o investimento em capacitação alcançou a importância de R\$ 62.079,00 (sessenta e dois mil e setenta e nove reais), com a participação de 372 servidores.

Merecem destaque os cursos de Regime Jurídico Único, realizado em regime de turma fechada para a ANTAQ, os Seminários "Água de Lastro: Controle e Monitoramento dos Portos Brasileiros" e Hidrovias do Sudeste/Sul, e o Programa de Capacitação para os Presidentes dos CAP's, com a 1ª Oficina sobre Legislação Portuária Básica.

O quadro seguinte destaca alguns eventos de capacitação realizados no exercício de 2006:

EVENTOS
LINUX
Open Office
Seminário "Avaliação de Desempenho"
Curso Extrator de Dados
Curso de Elaboração e Gerenciamento de Projetos
Curso de Cadastro e Pagamento
II Seminário de Modernização dos Portos
XXIV Curso sobre SIAFI
Curso de Auditoria na Gestão Pública
4º Congresso Nacional de Auditoria de Sistema, Segurança da Informação e Governança
Curso de Formação e Habilitação de Pregoeiros
IX Curso de Contabilidade Pública
Curso Regime Jurídico Único
XII Curso sobre SIAFI (Gerencial)
Seminário ECOBRASIL 2006
II Seminário e Workshop em Engenharia Oceânica
III Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas
II Seminário Nacional sobre Licitações e Contratos
IV Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos - SIPEC
Seminário Prático do Processo Administrativo Disciplinar Especial
Curso SIAPEcad
Seminário Nacional Aspectos Polêmicos das Licitações Públicas
Curso de Extrator de Dados
21º Congresso Nacional de Transporte Marítimo, Construção Naval e Offshore – SOBENA 2006
III Fórum Internacional de Direito Público da Economia
Seminário "Água de Lastro: Controle e Monitoramento dos Portos Brasileiros"
Seminário de Hidrovias do Sudeste/Sul
Oficina sobre Legislação Portuária Básica
Oficina sobre os Sistemas da ANTAQ
Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos



QUADRO RESUMO DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA ANTAQ EM 2006

UNIDADE ORGANIZACIONAL	PARTICIPAÇÃO POR UNIDADE (%)
ASP	0,61
CRG	0,61
ASI	1,22
AUD	1,22
SGE	1,22
SPO	46,95
SNA	23,17
SAF	25,00
TOTAL GERAL	100,00

MÊS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
JANEIRO	59
FEVEREIRO	4
MARÇO	36
ABRIL	30
MAIO	8
JUNHO	7
JULHO	5
AGOSTO	50
SETEMBRO	12
OUTUBRO	76
NOVEMBRO	42
DEZEMBRO	43
TOTAL GERAL	372

CONCURSO PÚBLICO

No exercício 2006 foi realizada a 2ª turma do curso de formação para o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, para os candidatos aprovados no Concurso Público da ANTAQ em 2005, completando-se o processo do concurso realizado que resultou no preenchimento de vagas conforme quadro abaixo:

Cargo	Vagas Autorizadas	Vagas Preenchidas	Vagas não Preenchidas
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	81	74	7
Analista Administrativo	45	45	0
Técnico em Regulação de Serviços de			

100



Cargo	Vagas Autorizadas	Vagas Preenchidas	Vagas não Preenchidas
Transportes Aquaviários	45	44	1
Técnico Administrativo	30	30	0
TOTAL GERAL	201	193	8

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

No exercício de 2006 foi implementado o sistema de Avaliação do Estágio Probatório, disponibilizado aos servidores via intranet, em conformidade com o disposto na Portaria nº 091-DG, de 16 de novembro de 2005.

O desempenho do servidor durante o estágio probatório e confirmatório é aferido, a partir dos resultados obtidos nas avaliações realizadas ao final dos 6º (sexto), 12º (décimo segundo), 18º (décimo oitavo), 24º (vigésimo quarto) e 30º (trigésimo) meses, a partir do início do exercício.

Foram realizadas 105 avaliações referentes à 1ª etapa e 50 avaliações referentes à 2ª etapa.

AVALIAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES:

- Gratificação de Atividade de Regulação – GDAR
- Gratificação de Atividade Técnico-Administrativo em Regulação – GDATR

A GDAR e GDATR foram regulamentadas pela Portaria nº 112/2006, sendo realizadas de seis em seis meses, nos ciclos avaliativos de outubro a março e de abril a setembro de cada ano.

O primeiro Ciclo Avaliativo, excepcionalmente, de 10 a 30 de setembro de 2006, apresentou o seguinte resultado:

Servidores avaliados com direito à GDAR – Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários e Técnico de Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários.	75
Servidores avaliados com direito à GDATR – Analista Administrativo e Técnico Administrativo.	118
TOTAL GERAL	193

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

No ano de 2006 observou-se um aumento considerável na demanda por benefícios, em decorrência do ingresso dos novos servidores concursados, como o aumento do número de servidores inscritos no PAS, e bem assim de requerimentos sobre direitos e

100-100000

100-100000



legislação de pessoal, averbações, concessão de horário especial, concessão de licenças para tratar de interesses particulares, licença prêmio, saúde, entre outros.

Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

Concessão de 03 (três) aposentadorias, sendo 02 (duas) por invalidez permanente e 01 (uma) compulsória;

Concessão de 01 (um) Auxílio Funeral;

Concessão 01 (uma) Pensão Vitalícia;

Concessão de Horário Especial a 7 (sete) servidores, sendo 2 (dois) lotados na Sede e os demais nas UAR's;

Concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares a servidores que foram redistribuídos do extinto DNER.

Acompanhamento da Legislação sobre pessoal, em especial a Portaria n.º 1.983/2006 – SRH/MPOG, de 05/12/2006, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo ou inativo e seus dependentes e pensionistas, e dá outras providências. Como desdobramento desta Portaria, estão sendo realizados estudos para atualização da Resolução Nº 103-ANTAQ, de 18 de julho de 2003, com encaminhamento para apreciação superior ainda no início de 2007.

PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - PAS

No Programa de Assistência à Saúde dos servidores da ANTAQ – PAS, durante o exercício de 2006 houve um aumento de 68% de inscritos no Plano de Assistência Médica e Hospitalar e 61% no Plano de Assistência Odontológica, conforme quadros a seguir:

RECADASTRAMENTO DE DEPENDENTES

Efetuada o recadastramento de dependentes dos servidores que apresentou o seguinte resultado:

TOTAL DE SERVIDORES COM DEPENDENTE	168
TOTAL DE DEPENDENTES	350
TOTAL DE AUXÍLIO PRÉ-ESCOLA	59
TOTAL DEDUÇÃO IMPOSTO DE RENDA	329
TOTAL DE SALÁRIO FAMÍLIA	52

PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO – GDAR/GDATR

Durante o mês de novembro/2006 foi realizado o pagamento da Gratificação GDAR para os servidores ocupantes dos Cargos de Especialista em Regulação de Serviços





CCT	
Nº da Folha	67
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	AB

de Transportes Aquaviários e Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários da GDATR para os servidores ocupantes dos cargos de Analista Administrativo e Técnico Administrativo.

IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ANTAQ

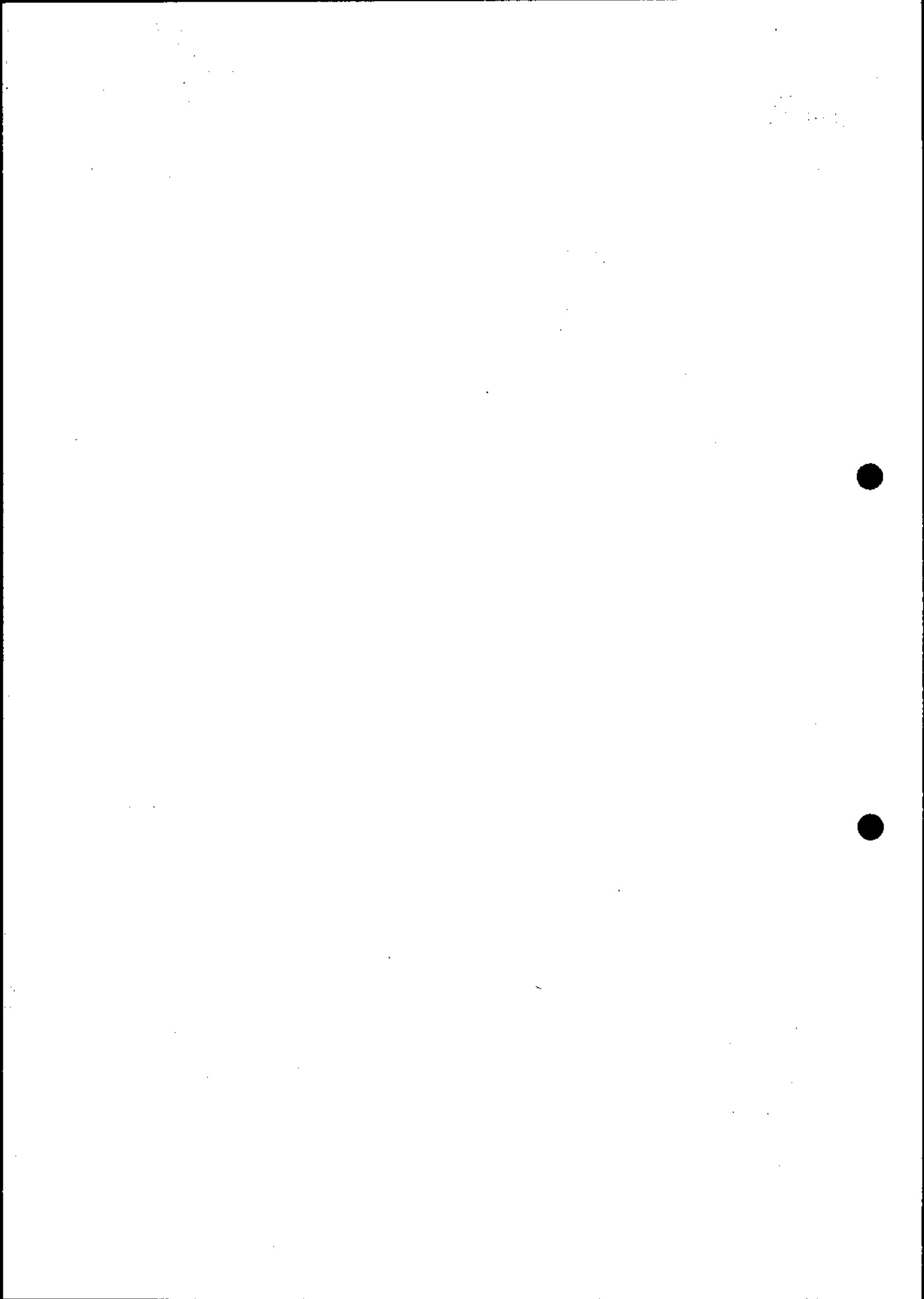
A reestruturação da ANTAQ aprovada pela Resolução nº 646 de 06/10/2006 e publicada no DOU em 19/10/2006 e alteração dos quantitativos e da distribuição dos cargos comissionados e dos cargos comissionados técnicos da Agência, gerou modificações significativas no SIAPE, tendo como consequência o aumento do fluxo de trabalho e a complexidade das atividades desenvolvidas pela CCP.

QUADROS DEMONSTRATIVOS DA REESTRUTURAÇÃO:

ALTERAÇÕES CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE
Nomeações	65
Exonerações	60
TOTAL	125

QUANTITATIVO DE PESSOAL

SITUAÇÃO FUNCIONAL	TOTAIS
EFETIVOS	242
a) Área Fim	149
SEDE	56
SNM/Rio de Janeiro	30
Unidade Regional Florianópolis	10
Unidade Regional Recife	07
Unidade Regional São Paulo	11
Unidade Regional Belém	16
Unidade Regional Manaus	11
Porto Velho	08
b) Área Meio - SEDE	66
Cedido	10
Licenciado	14
Aposentado	03
REQUISITADOS DE OUTROS ORGÃOS	79
a) Área Fim	34
b) Área Meio	45



SITUAÇÃO FUNCIONAL	TOTAIS
CONTRATO TEMPORÁRIO	9
EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRA	6
SEM VÍNCULO	31
TOTAIS	367

Obs: não existem pendências de ressarcimento das despesas com pessoal cedido ou requisitado.

ESTAGIÁRIO

Área Fim	02
Área Meio	09
TOTAL	11

TERCEIRIZADOS

Área Fim	00
Área Meio	96

QUADRO COMISSIONADO

UNIDADE	QUANTITATIVO
SEDE	113
a) Área Fim	53
b) Área Meio	60
Unidade Regional Florianópolis	02
Unidade Regional Recife	02
Unidade Regional São Paulo	02
Unidade Regional Belém	02
Unidade Regional Manaus	02
Porto Velho	02
SNM/Rio de Janeiro	22
TOTAL	147

ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, PENSÃO, ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

Encaminhamento de Informações ao TCU – SISAC		
Mês de referência	Admissões	Desligamentos
Janeiro/2006	-	-
Fevereiro/2006	31	2
Março/2006	6	2

100-100000
100-100000

100-100000
100-100000



Abril/2006	32	2
Maio/2006	38	2
Junho/2006	19	4
Julho/2006	-	-
Agosto/2006	-	4
Setembro/2006	28	-
Outubro/2006	18	-
Novembro/2006	8	1
Dezembro/2006	-	-

Aposentadorias e Pensões concedidas em 2006-encaminhadas ao Controle Interno.

Ato	Número SISAC	Data de Envio
Aposentadoria	10000917-04-2006-000002-7	19/10/2006
Aposentadoria	10000917-04-2006-000001-9	19/10/2006
Aposentadoria	10000917-04-2007-000001-1	07/02/2007
Pensão	10000917-05-2006-000001-8	24/11/2006

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O quadro seguinte apresenta os valores pagos relativos a diárias iniciadas em final de semana (incluindo a sexta-feira e excluindo o domingo) ou feriado, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos, motivação e resultados da viagem.

100



45

1954

5. GESTÃO NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Secretaria de Tecnologia da Informação da ANTAQ buscou atender às demandas de novas soluções através do levantamento de necessidades de melhoria do parque tecnológico, prospecção de soluções e desenvolvimento de sistemas.

Também se destacam como relevantes as atividades realizadas na manutenção dos serviços já oferecidos, como forma de assegurar a qualidade dos mesmos.

Em 2006, foram interligadas as redes de dados da UAR's de Florianópolis e São Paulo à rede de dados de Brasília, encontrando-se em processo de interligação as Unidades Regionais de Recife, Belém, Manaus e Porto Velho.

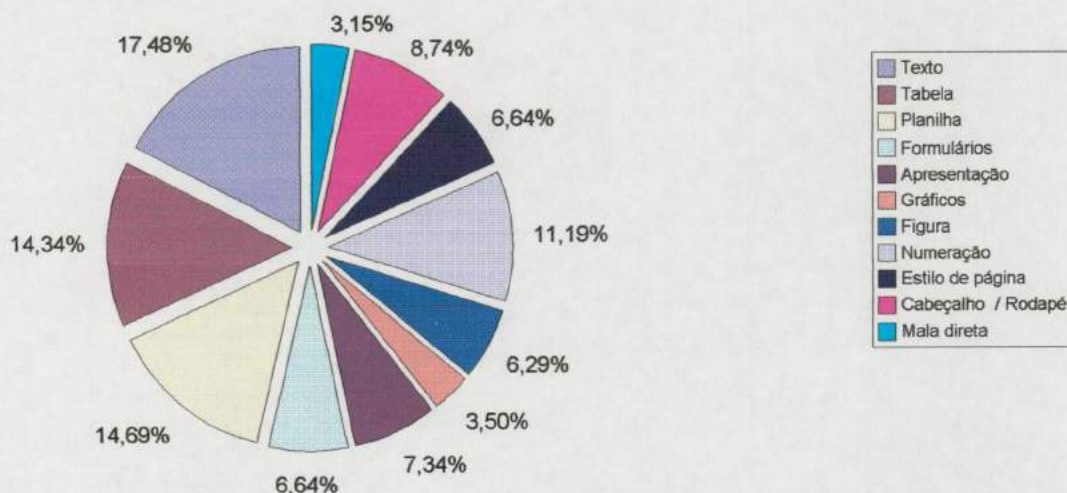
Foram adquiridas 87 (oitenta e sete) estações de trabalho no decorrer do ano, em virtude da contratação dos concursados e da implantação das Unidades Administrativas Regionais de Belém, Porto Velho, Recife e Manaus.

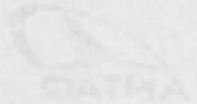
Além de 5 (cinco) empregados requisitados, a ANTAQ conta com o apoio de pessoal especializado, mediante terceirização, conforme o quadro abaixo:

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – CDO

No ano de 2006, a Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional – CDO se empenhou na realização de dois grandes projetos: CAP (Conselho de Autoridade Portuária) e UAR (Unidades Administrativas Regionais). Participou, ainda, de grupos de trabalho com outras unidades administrativas com a finalidade de organizar a tramitação de processos, normatizar procedimentos e estruturar o arquivo geral da Agência.

A par dos trabalhos de confecção/manutenção do portal da INTRANET/INTERNET, a CDO presta apoio na elaboração de documentos em *OpenOffice*, conforme demonstrado no quadro seguinte:





2. OBJETIVO DA APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A tecnologia da informação, ao ser aplicada, tem como objetivo principal a melhoria da eficiência e da produtividade das organizações, bem como a redução dos custos operacionais.

Para isso, é necessário que a tecnologia da informação seja aplicada de forma adequada, considerando as necessidades e as características de cada organização.

Assim, a tecnologia da informação pode ser aplicada de diversas formas, dependendo das necessidades e das características de cada organização.

Por exemplo, a tecnologia da informação pode ser aplicada para melhorar a comunicação entre os membros da organização, para melhorar a gestão dos recursos humanos, para melhorar a gestão dos recursos financeiros, etc.

Em resumo, a tecnologia da informação é uma ferramenta poderosa para melhorar a eficiência e a produtividade das organizações, desde que seja aplicada de forma adequada.

3. COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - CDD

O CDD é responsável por coordenar o desenvolvimento de software, desde a análise de requisitos até a implementação e a manutenção do sistema. Ele também é responsável por garantir que o software desenvolvido esteja em conformidade com os requisitos e com as normas técnicas.

Para isso, o CDD deve ter uma boa comunicação com os membros da equipe de desenvolvimento, bem como com os stakeholders da organização.



PROJETO CAP

Este projeto foi criado com o intuito de padronizar os procedimentos e de valorizar a atuação dos Presidentes do Conselho de Autoridade Portuária dentro de cada porto organizado.

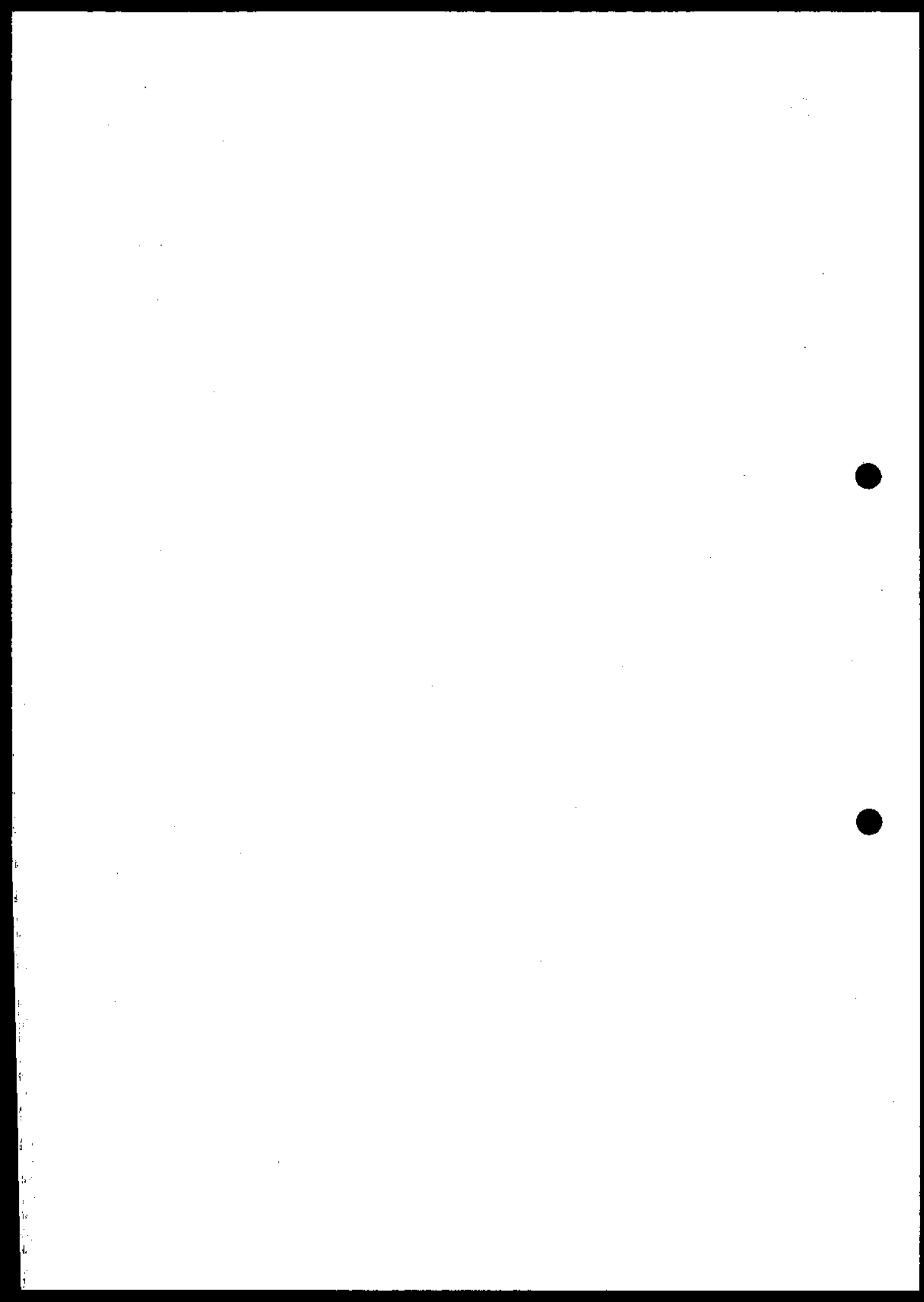
A Secretaria de Tecnologia da Informação - STI utilizou a Metodologia de Mapeamento da Informação - MMI que é conduzida em reuniões de no máximo 2 horas. Cada reunião faz parte de uma determinada sessão, que tem um objetivo específico.

Para a condução do projeto foram definidas as seguintes sessões:

1. **Definição dos termos** - Homogeneizar o entendimento dos termos utilizados no Art. 30 da lei 8.630/93.
2. **Atribuições** - Definir as atribuições do Presidente do CAP a partir do Art. 30 da lei 8.630/93 e dos regimentos internos.
3. **Perfil Básico** - Levantar o perfil básico do Presidente do CAP para que a ANTAQ possa escolher melhor os seus representantes. Como primeiro levantamento pode-se definir: conhecimento de oratória, técnicas de negociação, legislação básica, aspectos ambientais, segurança portuária, lei 8.666/93 (licitação), operação portuária.
4. **Atitudes éticas** - Descrever a postura e a conduta correta dos presidentes do CAP ao representar a ANTAQ no Conselho.
5. **Capacitação** - Levantar os cursos necessários, bem como os recursos materiais e financeiros, para o nivelamento de todos os presidentes do CAP e para a reciclagem anual dos mesmos. Dentre os cursos que poderiam ser oferecidos estão: oratória, legislação básica, licitação, técnicas de reunião e etc.
6. **Procedimentos** - Levantar as ações previstas no Art. 30 da lei 8630/93 a serem adotadas pelos presidentes dos CAP's, tais como: atualização do regulamento de exploração do porto, data da renovação de indicação de membros do conselho, atualização do regimento interno, atualização do PDZ, comunicar alteração na representação dos conselheiros, promover seminários ou debates, manifestar-se sobre o Plano Anual de Dragagem, opinar sobre a proposta orçamentária, definir o calendário anual de reuniões e etc.
7. **Classificação dos procedimentos** - Classificar os procedimentos quanto a periodicidade: anual, mensal, periódica e/ou eventual.
8. **Definição das rotinas** - Identificar e desenhar as rotinas a partir da análise de cada procedimento levantado no item 6.
9. **Confecção do Portal CAP** - Divulgar na *Intranet* todo o material levantado nas atividades anteriores. Para as informações sigilosas o acesso a esses dados será restrito.

PROJETO UAR

Com o objetivo de padronizar os procedimentos e definir a atuação das Unidades Administrativas Regionais, foi criado o Projeto UAR, cujo produto final definiu a



finalidade, subordinação, gestão administrativa, área de jurisdição, modalidade de fiscalização, atitudes éticas do agente de fiscalização, atribuições específicas do agente de fiscalização, processos de trabalho e definição de rotinas, conforme descrito abaixo :

- Finalidade das Unidades Administrativas Regionais – UAR - Fiscalização** da prestação de serviços de transporte aquaviário, de apoio marítimo e de apoio portuário e da exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária.
- Subordinação** - As Unidades Administrativas Regionais são subordinadas à diretoria da Agência. As Superintendências de Portos e de Navegação acompanharão e apoiarão os procedimentos de fiscalização, bem como consolidarão o Plano Anual de Fiscalização – PAF. A Superintendência de Administração e Finanças ficará responsável pela gestão financeira e de recursos humanos.
- Gestão Administrativa** – As UAR's são administradas pelo Chefe da Unidade que tem como atribuições planejar, dirigir, coordenar, orientar e gerenciar a execução das atividades da Unidade Administrativa, especialmente quanto à fiscalização, qualidade, custos, cronogramas, desempenho dos executores e condições de trabalho;
- Área de Jurisdição** - As Unidades Administrativas Regionais da ANTAQ têm a seguinte jurisdição:

Manaus – AM: Abrange as Hidrovias da Amazônia Ocidental, Portos de Manaus, Itacoatiara, Tabatinga, Coari e Parintins e Terminais de Uso Privativo da Amazônia Ocidental;

Belém – PA: Abrange as Hidrovias da Amazônia Oriental, inclusive Araguaia/Tocantins, Portos de Belém, Vila do Conde, Santana, Santarém, Óbidos, Itaituba, Altamira, São Francisco e Terminais de Uso Privativo da Amazônia Oriental;

São Paulo – SP: Abrange as Hidrovias Tietê-Paraná, Portos de Santos, São Sebastião e Terminais de Uso Privativo da Hidrovia e Estado de São Paulo;

Rio de Janeiro – RJ: Abrange os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói, Angra dos Reis, Forno, Vitória e Terminais de Uso Privativo dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo;

Florianópolis – SC: Abrange os Portos de São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba, Laguna e Terminais de Uso Privativo de Santa Catarina;

Recife – PE: Abrange os Portos do Recife, Suape, Maceió, Cabedelo, Natal, Areia Branca e Terminais de Uso Privativo dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte;

Porto Velho – RO: Abrange a Hidrovia do Rio Madeira, Porto de Porto Velho e Terminais de Uso Privativo da Hidrovia;
- Modalidade de Fiscalização** - O procedimento de fiscalização, que visa assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes de leis, de instrumentos de outorgas e das demais normas pertinentes, poderá ser executado em duas modalidades: Fiscalização Programada e Fiscalização Eventual.
- Atitudes Éticas do Agente de Fiscalização** - O servidor da ANTAQ regularmente autorizado a executar a fiscalização deverá agir de acordo com normas rígidas de conduta previstas no Código de Ética da Agência e na legislação que disciplina a função de Servidor Público Federal, mas,



principalmente, nas disposições do artigo 2º e seus incisos, da Lei Nº 9.784/99, obedecendo e dando cumprimento aos princípios da legalidade, da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica, do interesse público e da eficiência.

7. **Atribuições específicas do Agente de Fiscalização** - No contexto da definição de competências legais e normativa o servidor da ANTAQ regularmente autorizado a executar a fiscalização tem as seguintes atribuições: verificar o cumprimento da legislação referente à exploração da infra-estrutura portuária e aquaviária, expedidas pela ANTAQ; fiscalizar as atividades das Administrações Portuárias, entre outras.
8. **Processos de Trabalho** - Os processos foram estruturados em dois grupos: o primeiro está associado as atividades ligadas à essência do funcionamento da UAR e o segundo está associado as atividades administrativas que compreendem a requisição de material de consumo, material permanente, a requisição de diárias e passagens, entre outras.
9. **Definição das Rotinas** - Identificação e ilustração das rotinas a partir da análise de cada atividade desenvolvida pelas UAR's.

COORDENADORIA DE SISTEMAS – CSI

Na área de sistemas, buscou-se o atendimento às demandas das áreas técnicas e administrativas da Agência concentrando-se os trabalhos no desenvolvimento de 06 (seis) sistemas, na implantação de 05 (cinco) e na manutenção de 12 (doze).

Dentre as atividades de manutenção evolutiva executadas, destacam-se os Sistemas de Desempenho Portuário e Corporativo. O Sistema Corporativo compreende informações comuns das áreas de portos e navegação, incluindo os procedimentos para outorga de empresas de navegação marítima, de apoio, interior e terminais de uso privativo. O Sistema de Desempenho Portuário - SDP, que abrange 21 Autoridades Portuárias e 34 portos públicos está sendo ampliado para integrar, no decorrer de 2007, os 128 terminais de uso privativo.

Abaixo estão descritos os sistemas que foram desenvolvidos e assistidos:

Sistemas em Desenvolvimento

- SISGEMB (Sistema de Gerenciamento de Embarcação)
- SISDESP (Sistema de Despacho)
- SAT (Sistema de Atendimento)
- Sistema de Afretamento
- SDP (Sistema Desempenho Portuário – Módulo TUP)
- SIGA (Sistema Integrado de Gestão Ambiental)



Sistemas Implantados

- Sistema de Agenda
- ASP (nova versão)
- Sistema de Avaliação (Estágio probatório)
- GDAR – GDATR
- TUP (Terminais de Uso Privativo)

Sistemas em Manutenção

- APP (Acompanhamento de Preços Portuários)
- Arrendamento
- Auditoria
- Corporativo
- Ouvidor
- Publicação
- SAD (Sistema de Acompanhamento de Demandas)
- SARH (Sistema de Administração de Recursos Humanos)
- SDAC (Sistema de Divulgação de Aquisições e Contratos)
- SDP (Sistema de Desempenho Portuário)
- SICAP (Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos)
- SSA (Sistema de Segurança e Administração)

COORDENADORIA DE SUPORTE TÉCNICO – CST

A área de suporte técnico é responsável pelo controle das configurações de *hardware* e *softwares* instalados nas estações de trabalho; instalação, configuração e manutenção das estações de trabalho e dos equipamentos da rede de dados; gerência do atendimento técnico e elaboração da documentação de suporte e *help desk*; apoio aos usuários na operação dos softwares e hardwares disponibilizados pela Agência; adequação, do suporte e da manutenção dos diversos serviços da rede; administração da rede corporativa e gerenciamento dos conjuntos de contas de usuários; aplicação da política de segurança e manutenção das rotinas do *backup* permanente, referente às informações

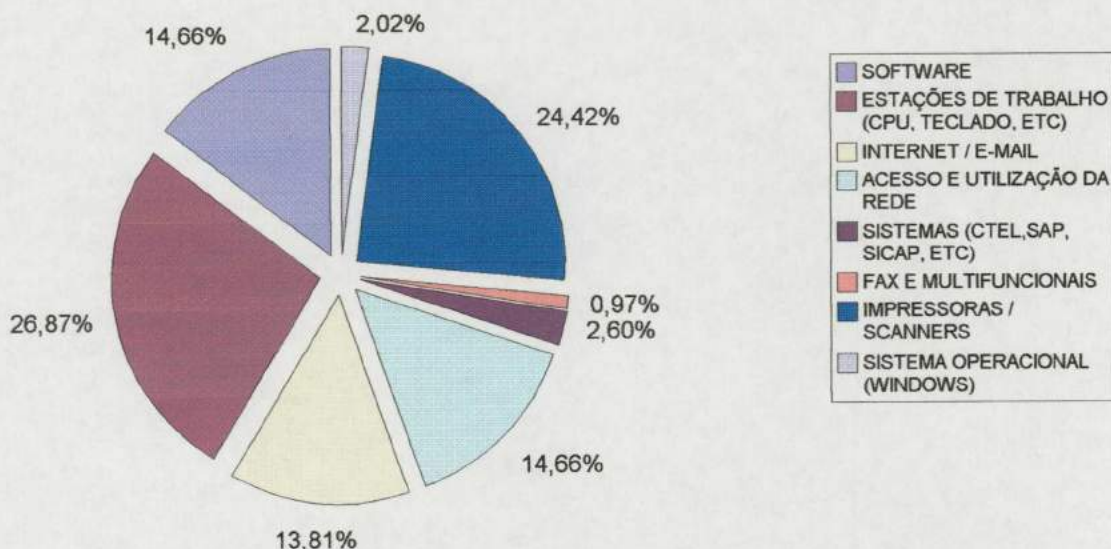


constantes de bancos de dados e pastas da rede, executando também os *backups* e as restaurações não-programadas.

No ano de 2006, foram realizados 3.304 atendimentos conforme consta na "**Tabela de atendimentos realizados em 2006 – Suporte Técnico**", sendo relevantes os que se referem ao hardware (*internet, e-mail, impressoras, scanners* e etc...).

TABELA DE ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2006 - SUPORTE TÉCNICO													
Tipos de atendimento	Meses												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
SOFTWARE	64	53	74	43	35	22	34	29	42	28	30	31	485
ESTAÇÕES (CPU, TECLADO, ETC)	132	77	99	47	59	53	86	79	61	69	65	61	888
INTERNET / E-MAIL	33	25	65	45	47	41	63	37	16	27	27	29	455
ACESSO E UTILIZAÇÃO DA REDE	109	57	54	15	29	21	45	56	30	35	18	16	485
SISTEMAS (CTEL,SAP, SICAP, ETC)	24	13	15	3	7	1	17	5	1	0	0	0	86
FAX E MULTIFUNCIONAIS	4	4	8	5	4	2	2	2	1	0	0	0	32
IMPRESSORAS / SCANNERS	138	68	61	52	51	47	74	78	67	63	45	63	807
SISTEMA OPERACIONAL (WINDOWS)	6	9	13	4	3	1	5	7	6	2	4	6	66
	510	306	389	214	235	188	326	293	224	224	189	206	3.304

Conforme se observa no gráfico abaixo, os atendimentos mais solicitados foram estações de trabalho (cpu, teclado etc), impressoras/scanners, e acesso e utilização da rede, e os menos solicitados foram fax e multifuncionais, sistema operacional (*windows*) e sistemas (CTEL, SAP, SICAP, etc).



IV

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- – **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
- **BALANÇO FINANCEIRO**
- **BALANÇO PATRIMONIAL**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA**
- – **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO**
- **NOTAS EXPLICATIVAS**

17

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ENTIDADE 393002 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO
2006

MÊS

DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA

001

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
				CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	50.684.980,00	33.872.941,80	16.812.038,20
				DESPESAS CORRENTES	49.265.027,00	32.520.119,16	16.744.907,84
				PESSOAL E ENCARGOS SOC.	20.410.618,00	19.058.588,85	1.351.029,15
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	28.854.409,00	13.461.522,31	15.392.886,69
				DESPESAS DE CAPITAL	1.429.983,00	1.344.822,64	85.160,36
				INVESTIMENTOS	1.429.983,00	1.344.822,64	85.160,36
				CREDITOS EXTRAORDINARIOS	870.000,00	0,00	870.000,00
				DESPESAS CORRENTES	870.000,00	0,00	870.000,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	870.000,00	0,00	870.000,00
SUBTOTAL (1)	0,00	0,00	0,00	SUBTOTAL (1)	51.554.960,00	33.872.941,80	17.682.018,20
MOVIMENTACAO FINANCEIRA				MOVIMENTACAO DE CREDITO			
REPASSE	51.244.810,00	32.745.028,83	18.499.781,17	CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	-1.078.048,00	0,00	-1.078.048,00
AUTORIZADO	51.554.810,00	0,00	51.554.810,00	DESPESAS CORRENTES	-1.078.048,00	0,00	-1.078.048,00
DESCENTRALIZADO	-510.000,00	0,00	-510.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENT	-1.078.048,00	0,00	-1.078.048,00
SUBREPASSE	-788.048,00	0,00	-788.048,00				
SUBTOTAL (2)	50.475.764,00	32.745.028,83	17.730.735,17	SUBTOTAL (2)	-1.078.048,00	0,00	-1.078.048,00
TOTAL (1+2)	50.475.764,00	32.745.028,83	17.730.735,17	TOTAL (1+2)	50.475.944,00	33.872.941,80	16.603.002,20
DEFICIT TOTAL		1.127.814,87	-1.127.814,87	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL GERAL	50.475.764,00	33.872.941,80	16.602.822,20	TOTAL GERAL	50.475.944,00	33.872.941,80	16.603.002,20

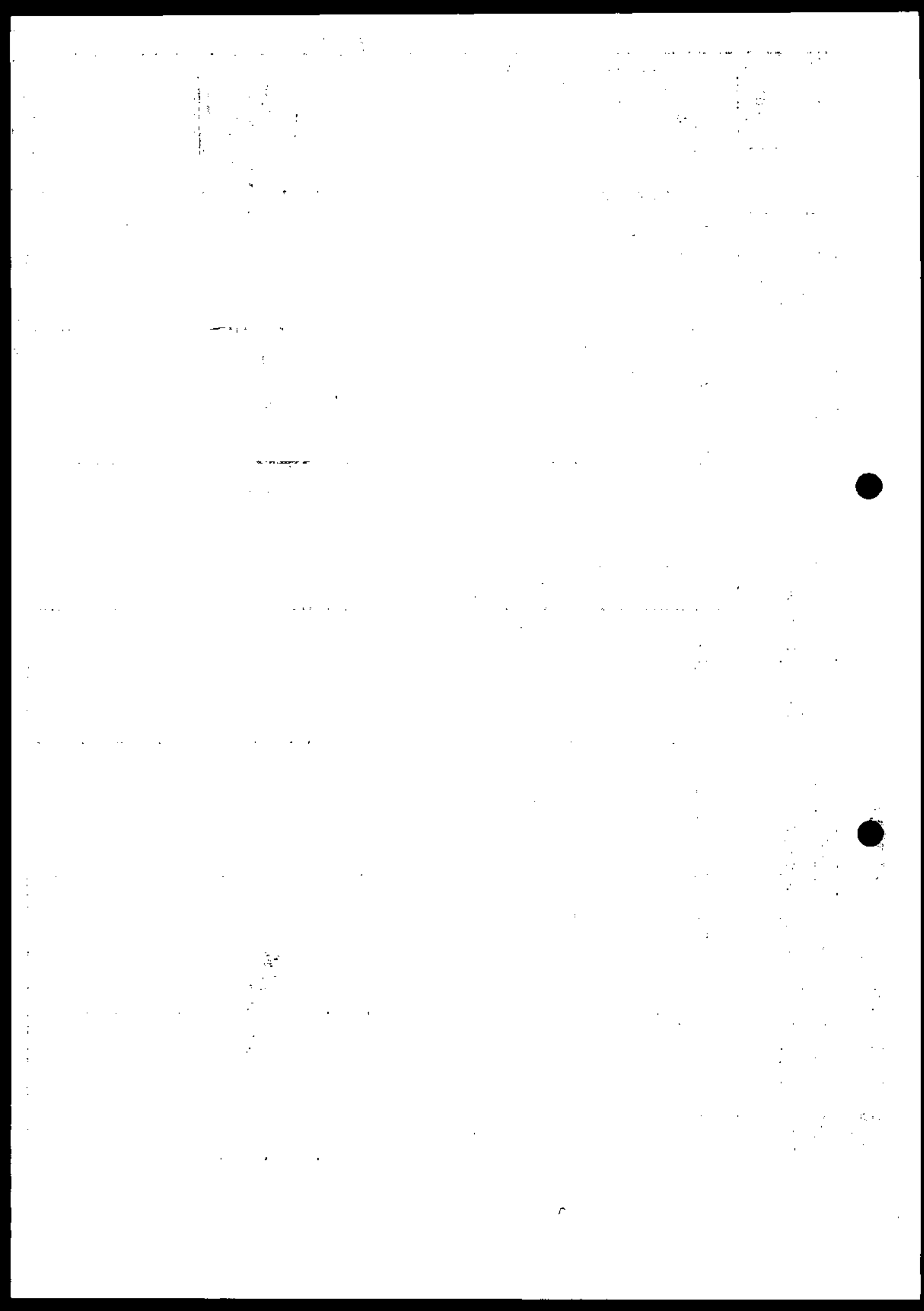
Fernando Antonio Brito Filho
Diretor-Geral

Wilson Aires de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

João Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade Siqueira
Coordenador de Contabilidade
Controlador CRC-CE 6.223

LOT
Nº de 78
Nº de 00000000
Data 27.02.07
Rel. 075



TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTARIO

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

ENTIDADE 39251 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	180,00	0,00	180,00	CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	50.684.980,00	34.007.691,80	16.677.288,20
RECEITA SERVIÇOS	180,00	0,00	180,00	DESPESAS CORRENTES	49.245.027,00	32.662.668,16	16.582.358,84
				PESSOAL E ENCARGOS SOC	20.410.616,00	19.058.986,86	1.351.629,14
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	28.834.408,00	13.603.672,31	15.230.735,69
				DESPESAS DE CAPITAL	1.438.983,00	1.344.822,84	94.160,16
				INVESTIMENTOS	1.438.983,00	1.344.822,84	94.160,16
				CREDITOS EXTRAORDINARIOS	970.000,00	0,00	970.000,00
				DESPESAS CORRENTES	970.000,00	0,00	970.000,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	970.000,00	0,00	970.000,00
SUBTOTAL (1)	180,00	0,00	180,00	SUBTOTAL (1)	51.554.980,00	34.007.691,80	17.547.288,20
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				MOVIMENTAÇÃO DE CREDITO			
REPASSE	51.244.980,00	32.745.028,83	18.499.951,17	CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	-310.000,00	0,00	-310.000,00
AUTORIZADO	51.554.980,00	33.443.942,86	18.111.037,14	DESPESAS CORRENTES	-310.000,00	0,00	-310.000,00
DESCENTRALIZADO	-310.000,00	-688.918,03	388.918,03	OUTRAS DESPESAS CORRENT	-310.000,00	0,00	-310.000,00
SUBTOTAL (2)	51.244.980,00	32.745.028,83	18.499.951,17	SUBTOTAL (2)	-310.000,00	0,00	-310.000,00
TOTAL (1 + 2)	51.244.980,00	32.745.028,83	18.499.951,17	TOTAL (1 + 2)	51.244.980,00	34.007.691,80	17.237.288,20
DEPÓSITO TOTAL		1.282.664,97	-1.282.664,97	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL GERAL	51.244.980,00	34.007.691,80	17.237.288,20	TOTAL GERAL	51.244.980,00	34.007.691,80	17.237.288,20

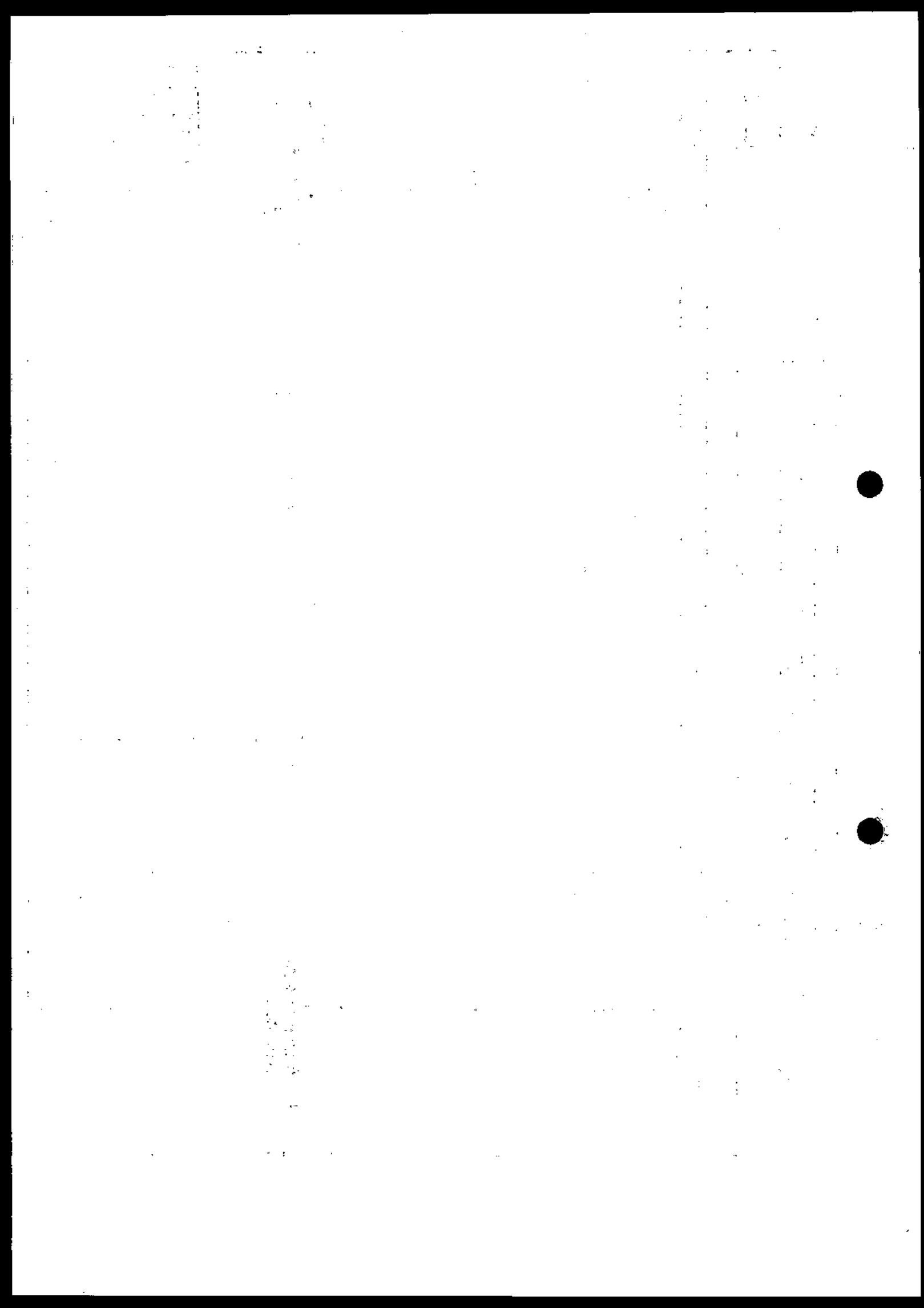
Fernando Antonio Silva Faria
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente da Administração e Finanças

José Roberto de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade-Silva
Coordenador de Contabilidade
Controlador CRC-CE 6.223

CT
Nº da Folha 79
Nº do Processo
Data 27/02/07
Rubrica



EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ENTIDADE 393046 - ANTAQ-ACORDO DE EMPRESTIMO COM O BIRD 7253-BR

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
				CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	0,00	134.750,00	-134.750,00
				DESPESAS CORRENTES	0,00	134.750,00	-134.750,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	0,00	134.750,00	-134.750,00
SUBTOTAL (1)	0,00	0,00	0,00	SUBTOTAL (1)	0,00	134.750,00	-134.750,00
MOVIMENTACAO FINANCEIRA SUBREPASSE	789.048,00	0,00	789.048,00	MOVIMENTACAO DE CREDITO	789.048,00	0,00	789.048,00
				CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	789.048,00	0,00	789.048,00
				DESPESAS CORRENTES	789.048,00	0,00	789.048,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	789.048,00	0,00	789.048,00
SUBTOTAL (2)	789.048,00	0,00	789.048,00	SUBTOTAL (2)	789.048,00	0,00	789.048,00
TOTAL (1+2)	789.048,00	0,00	789.048,00	TOTAL (1+2)	789.048,00	134.750,00	654.298,00
DEFICIT TOTAL		134.750,00	-134.750,00	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL GERAL	789.048,00	134.750,00	654.298,00	TOTAL GERAL	789.048,00	134.750,00	654.298,00

Fernando Antonio Brito Filho
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente da Administração e Finanças

Jose Soares de Sousa
Gerente de Planejamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade Sáes
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 5.273

CCT
Nº da Folha 80
Nº do Processo
Data 27/02/07
Rubrica 846

18
22
16

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO

ENTIDADE 393002 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO
2006

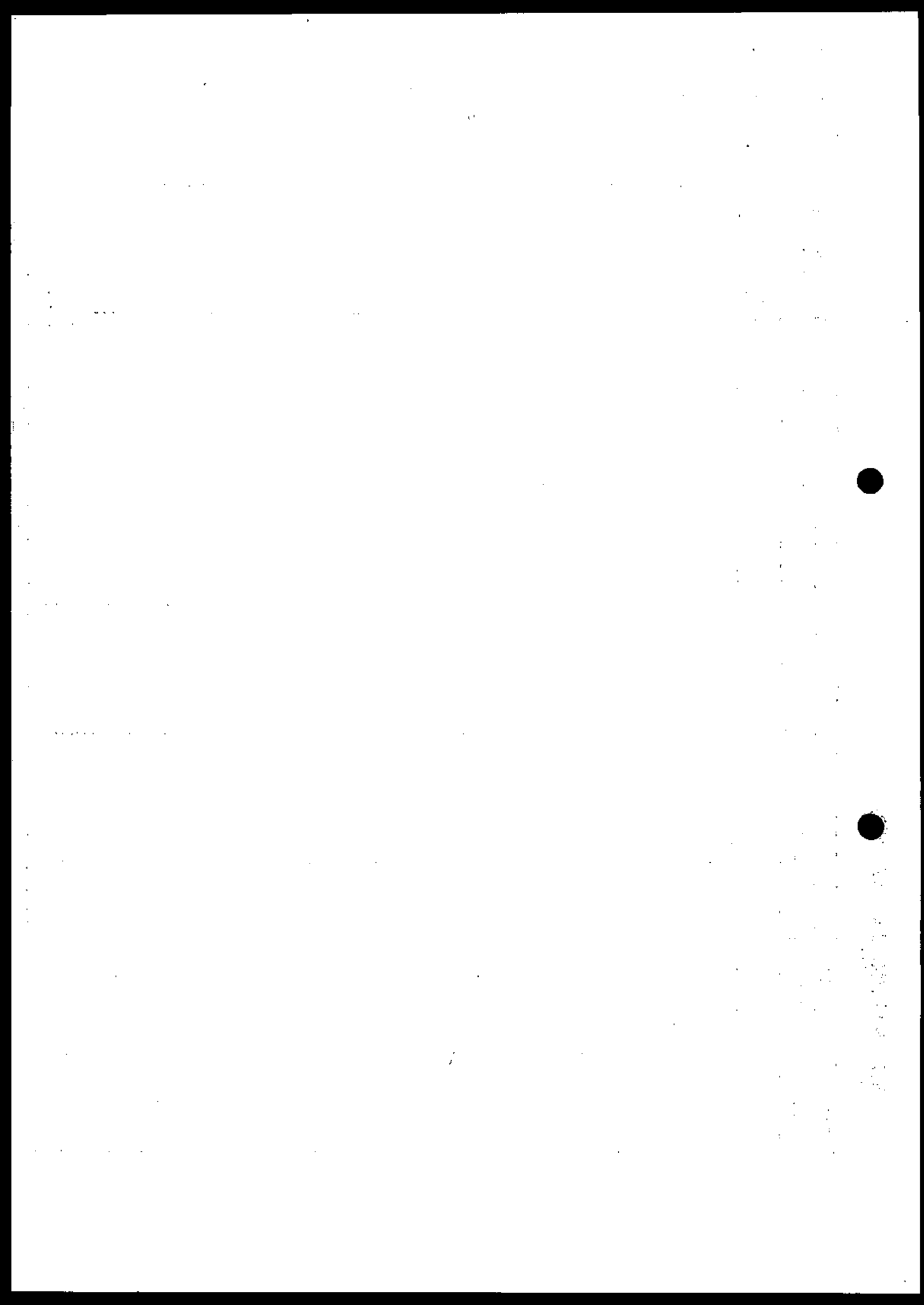
MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

INGRESSOS		TÍTULOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	2005	TÍTULOS	2006	2005
RECEITAS CORRENTES	0,00	685,30	DESPESAS CORRENTES	32.528.116,16	28.883.510,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	685,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.300.054,29	17.455.401,83
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	33.443.942,86	27.253.883,21	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.883.487,67	11.428.108,54
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	33.443.942,86	27.253.883,21	OUTRAS DESPESAS	12.883.487,67	11.428.108,54
REPASSE RECEBIDO	33.443.942,86	28.607.817,21	DESPESA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	3.254.597,20	0,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	645.678,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.686.942,36	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	11.001.580,23	8.488.615,54	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	595.054,84	0,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.588.334,26	1.442.080,54	DESPESAS DE CAPITAL	1.344.822,64	575.680,10
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	4.513.384,80	1.441.028,41	INVESTIMENTOS	1.344.822,64	575.680,10
RECURSOS DA UNIAO	72.946,46	1.024,13	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	688.916,03	328.035,11
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	688.916,03	0,00	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	688.916,03	327.040,69
VALORES DIFERIDOS	688.916,03	0,00	REPASSE CONCEDIDO	10.000,00	0,00
DEPÓSITOS	16,00	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	688.916,03	0,00
CONSIGNAÇÕES	16,00	0,00	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS - RPPS	0,00	327.040,69
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.033.084,63	4.775.252,80	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	684,42
FORNECEDORES	501.125,41	1.630,73	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	0,00	684,42
DO EXERCÍCIO	487.407,41	1.630,73	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	8.873.875,28	5.883.728,47
CONVENIÇOS A PAGAR	3.716,00	0,00	VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.580.888,45	4.513.384,80
RESTOS A PAGAR	4.391.558,15	4.773.480,07	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.578.945,32	4.513.384,80
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.175.403,11	4.508.228,80	RECURSOS DA UNIAO	1.024,13	0,00
CANCELADO	2.216.488,04	284.250,17	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	645.678,00
VALORES EM TRANSITO	1.711,27	132,00	VALORES DIFERIDOS	0,00	645.678,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	194.790,00	0,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.510.882,63	804.487,67
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.800,00	0,00	FORNECEDORES	1.630,73	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	684,42	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.630,73	0,00
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	0,00	684,42	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	4.508.228,80	804.487,67
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	688.238,11	2.278.317,76	VALORES EM TRANSITO	132,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	688.107,11	2.278.317,76	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	1.781.613,16	0,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	688.107,11	2.278.317,76	BAIXA DE DIREITOS	1.647.033,18	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	132,00	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.647.033,18	0,00
EXERCÍCIOS ANTERIORES	132,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	194.750,00	0,00

CCT
Nº da Folha 81
Nº do Processo
Data 27/02/07
Rubrica



TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO

ENTIDADE 393002 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
002

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2006
TOTAL INGRESSOS	44.446.583,09	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	35.750.894,05
		TOTAL DISPÊNDIOS	44.446.583,09
			35.750.894,05

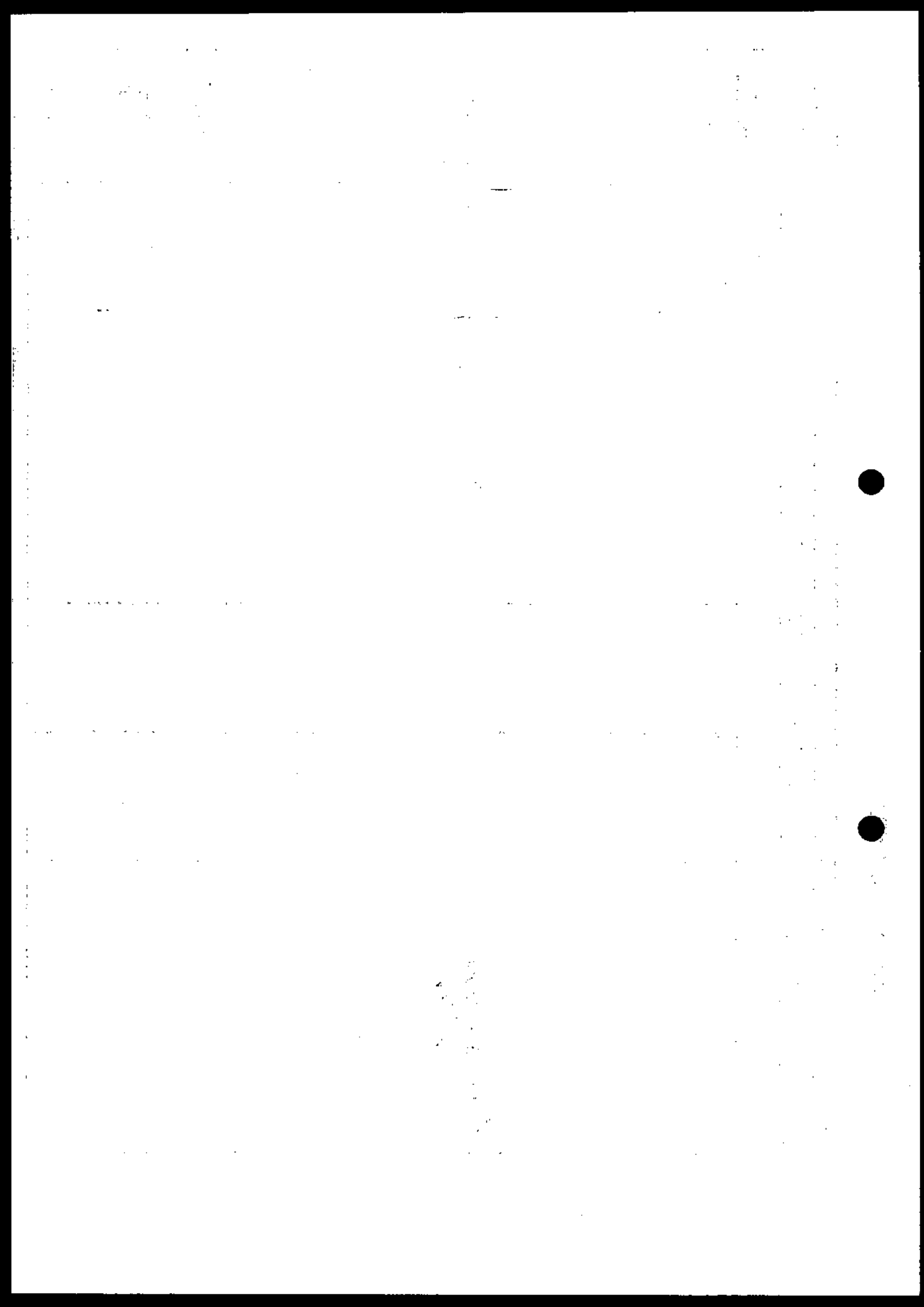
Fernando Antonio Brito Fialho
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

Jose Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223

CCT	
Nº da Folha	821
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	76



[illegible]

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL

ENTIDADE 393002 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO

2006

MÊS

DEZEMBRO

EMIÇÃO

31/12/2006

PÁGINA

001

INGRESSOS		2006	2005	TÍTULOS	2006	2005
TÍTULOS						
ATIVO FINANCEIRO		3.516.545,37	3.513.384,80	PASSIVO FINANCEIRO	3.578.477,28	4.512.016,78
CREDITOS EM CIRCULACAO		3.578.846,32	4.513.384,80	DEPOSITOS	72.886,48	1.024,13
LIMITE DE SAQUE CAVINC DE PAGAMENTO		2.688.733,21	2.235.037,02	CONSIGNACOES	16,00	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		683.107,11	2.278.317,78	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	72.848,46	1.024,13
ATIVO NAO FINANCEIRO		4.488.888,35	3.457.263,02	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.816.586,79	4.510.882,63
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		141.537,07	247.316,02	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	504.725,41	1.650,73
CREDITOS EM CIRCULACAO		0,00	28.115,80	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	487.437,41	1.630,73
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	28.115,80	CONVENIOS A PAGAR	3.718,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		141.537,07	248.202,12	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.690,00	0,00
ESTOQUES		141.537,07	248.202,12	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.175.408,11	4.508.238,90
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		385.683,27	504.378,78	A LIQUIDAR	2.175.408,11	4.508.238,90
BENS/DIREITOS A INCORP. POR INSC. RP		385.683,27	504.378,78	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.711,27	132,00
PERMANENTE		3.688.546,01	2.705.966,22	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	134.750,00	0,00
IMOBILIZADO		3.688.546,01	2.705.966,22	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	688.916,03	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS		3.688.546,01	2.705.966,22	REPASSE RECEBIDO DIFERIDO	688.916,03	0,00
ATIVO REAL		6.076.511,87	7.970.647,82	PASSIVO REAL	3.578.477,28	4.512.016,78
ATIVO COMPENSADO		20.480.681,64	6.371.784,03	PATRIMONIO LIQUIDO	4.488.034,39	3.458.631,06
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		20.480.681,64	6.371.784,03	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	4.488.034,39	3.458.631,06
GARANTIAS DE VALORES		481.428,09	445.318,16	PASSIVO COMPENSADO	20.480.681,64	6.371.784,03
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		1.080.845,35	1.080.845,35	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	20.480.681,64	6.371.784,03
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS		18.918.300,40	4.807.810,76	VALORES EM GARANTIA	481.428,09	445.318,16
OUTRAS COMPENSACOES		0,00	38.008,76	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.080.845,35	1.080.845,35
TOTAL ATIVO		28.597.173,51	14.342.431,65	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	18.918.300,40	4.807.810,76
				COMPENSACOES DIVERSAS	0,00	38.008,76
				TOTAL PASSIVO	28.597.173,51	14.342.431,65

NOTA: ESTE BALANÇO ESTÁ ESTRUTURADO DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP 01

Fernando Antonio Brito Fialho
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

Jose Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Almeida Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223

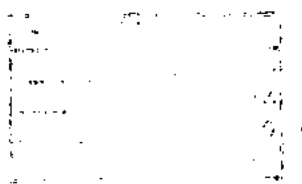
COT

Nº da Folha 89

Nº do Processo

Data 27/02/07

Rubrica



TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL

ENTIDADE 393046 - ANTAQ-ACORDO DE EMPRESTIMO COM O BIRD 7253-BR

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMISSION
31/12/2006

PÁGINA
001

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2006
ATIVO FINANCEIRO	134.750,00	PASSIVO FINANCEIRO	134.750,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	134.750,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	134.750,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	134.750,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	134.750,00
ATIVO REAL	134.750,00	A LIQUIDAR	134.750,00
		PASSIVO REAL	134.750,00
TOTAL ATIVO	134.750,00	TOTAL PASSIVO	134.750,00
	0,00		0,00

NOTA: ESTE BALANÇO ESTÁ ESTRUTURADO DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP 01

Fernando Antonio Brito Fialho
Diretor-Geral

Wilson Aires de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

Carlos Augusto Andrade Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223

CCT	
Nº da Folha	85
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	075

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the transparency and accountability of the organization. This section also outlines the various methods used to collect and analyze data, ensuring that the information is reliable and up-to-date.

2. The second part of the document focuses on the implementation of these practices. It provides a detailed overview of the systems and procedures in place, highlighting the roles and responsibilities of the staff involved. This section also addresses the challenges faced during the implementation process and the strategies used to overcome them.

3. The third part of the document discusses the results of the implementation. It presents a comprehensive analysis of the data collected, showing the progress made and the areas that still need improvement. This section also includes a comparison of the current state with the initial goals, providing a clear picture of the organization's performance.

4. The fourth part of the document provides a summary of the findings and conclusions. It highlights the key takeaways from the study and offers recommendations for future actions. This section also includes a final statement on the importance of continuous improvement and the commitment to maintaining high standards of transparency and accountability.

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ENTIDADE 393002 - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

MÊS

DEZEMBRO

EXERCÍCIO

2006

PÁGINA

001

EMIÇÃO

31/12/2006

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2006
ORÇAMENTÁRIAS	34.880.771,42	ORÇAMENTÁRIAS	34.571.857,83
RECEITAS CORRENTES	0,00	DESPESAS CORRENTES	32.528.119,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.380.084,29
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	33.443.842,88	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.983.487,87
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	33.443.842,88	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	3.254.587,20
REPASSE RECEBIDO	33.443.842,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.888.842,38
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	565.654,94
MUTUAÇÕES ATIVAS	1.448.638,58	DESPESAS DE CAPITAL	1.344.522,84
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.448.638,58	INVESTIMENTOS	1.344.522,84
AQUISICÕES DE BENS	1.029.448,63	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	888.918,03
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	1.422,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	888.918,03
BENEFÍCIOS - A INCORP. PELA INSC. RP	418.238,93	REPASSE CONCEDIDO	10.000,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.420.559,17	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	888.918,03
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.703.353,43
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.420.559,17	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.204.237,13	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	511.130,02	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.703.353,43
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	683.107,11	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.585.618,43
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.216.821,04	BAIXA DE BENS MÓVEIS	0,00
		BAIXA DE BENS MÓVEIS	374.578,80
		BAIXA DE DIREITOS	1.877.321,08
		BENS/DIREITOS A INCORP. PELA INSCRIÇÃO DE	613.718,53
		INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	134.750,00
		RESULTADO PATRIMONIAL	1.038.403,33
		SUPERÁVIT	1.038.403,33
TOTAL VARIAÇÕES ATIVAS	38.311.629,59	TOTAL VARIAÇÕES PASSIVAS	38.311.629,59

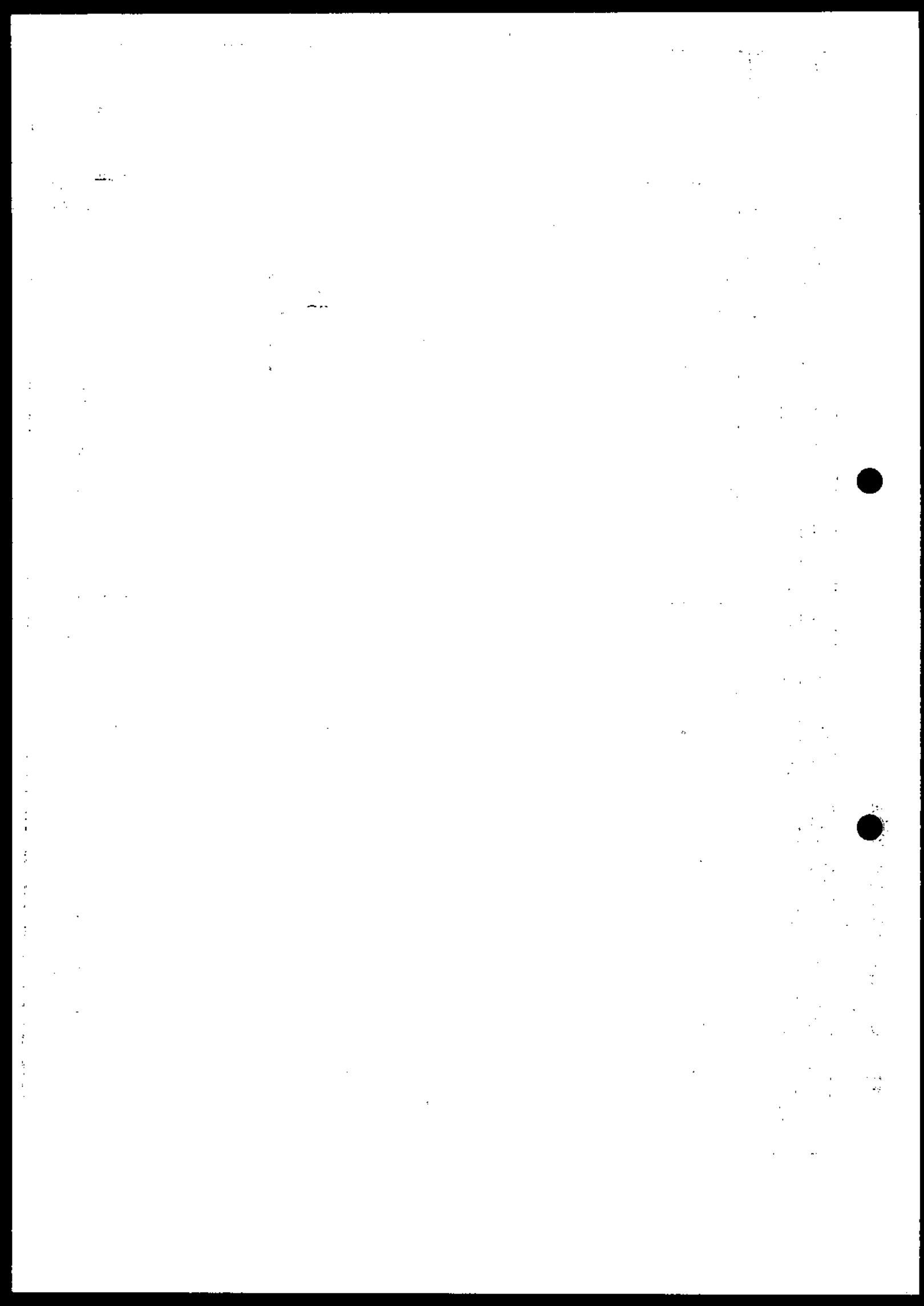
CCT
Nº de Folha 86
Nº do Processo 27.021.07
Data 27/02/07
Rubrica FF

Wilson Rios de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

João Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Almeida Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223

Fernando Antonio Brito Galvão
Diretor-Geral



INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2006
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	134.750,00	ORÇAMENTÁRIAS	134.750,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	134.750,00	DESPESAS CORRENTES	134.750,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	134.750,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	134.750,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	134.750,00	TOTAL VARIAÇÕES PASSIVAS	134.750,00
TOTAL VARIAÇÕES ATIVAS	134.750,00		0,00

Fernando Antonio Brito Fialho
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

Jose Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRCCE 6.223

CCT	
Nº da Folha	87
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	CAF

Carlos Augusto Andrade Silva
Coordinador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223

Jose Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Wilson Afonso de Carvalho
Superintendente de Administração
e Finanças

Fernando Antonio Brito Filho
Diretor-Geral

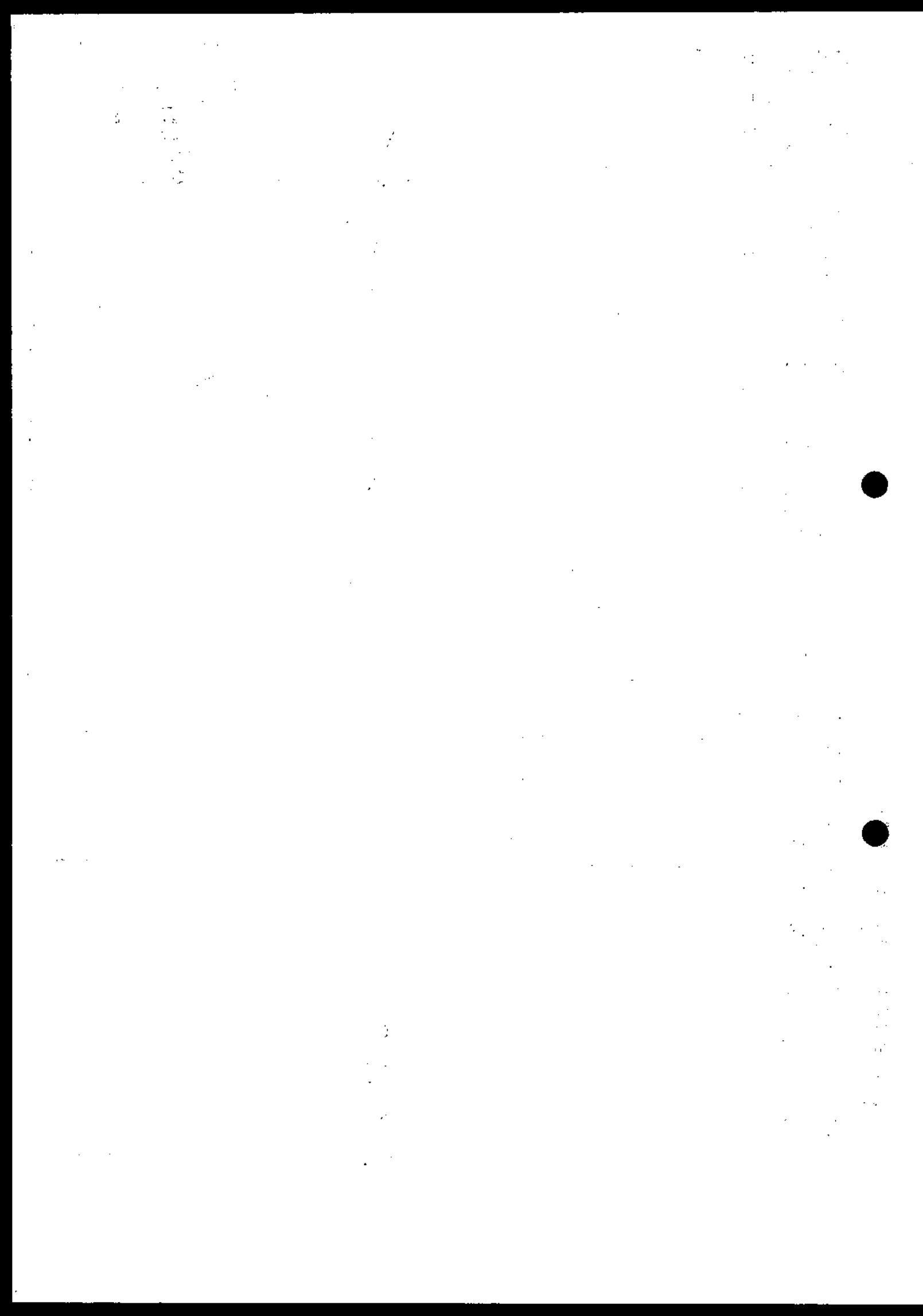
CCT

Nº 34 Folha

Nº do Processo

Date 27-02-07

Ruника



TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA

ENTIDADE 393002 - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

EXERCÍCIO

2006

MÊS

DEZEMBRO

EMIÇÃO

31/12/2006

PÁGINA

001

TÍTULOS

2006

2005

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS CORRENTES

RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

INVESTIMENTOS

(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

MUTUACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERMUTUAÇÕES

RESULTADO APÓS REC/DISP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS

(-) DECRÉSCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Q.00

Q.00

Q.00

32.528.119,16

18.038.638,65

13.488.122,51

1.344.822,64

1.344.822,64

33.872.941,80

33.872.941,80

33.443.942,89

33.443.942,89

1.448.823,59

1.448.823,59

683.916,03

683.916,03

318.913,59

318.913,59

Q.00

Q.00

3.420.886,17

1.204.237,19

2.216.621,04

Q.00

Q.00

2.700.368,43

2.565.618,43

134.750,00

885,30

885,30

885,30

28.883.570,37

17.455.401,83

11.428.168,54

575.690,10

575.690,10

28.459.230,47

28.458.545,17

27.233.883,21

27.253.883,21

822.787,69

822.787,69

327.040,69

327.040,69

1.708.105,02

1.708.105,02

894,42

894,42

2.587.785,55

2.303.535,38

284.250,17

894,42

894,42

281.416,47

281.416,47

Q.00

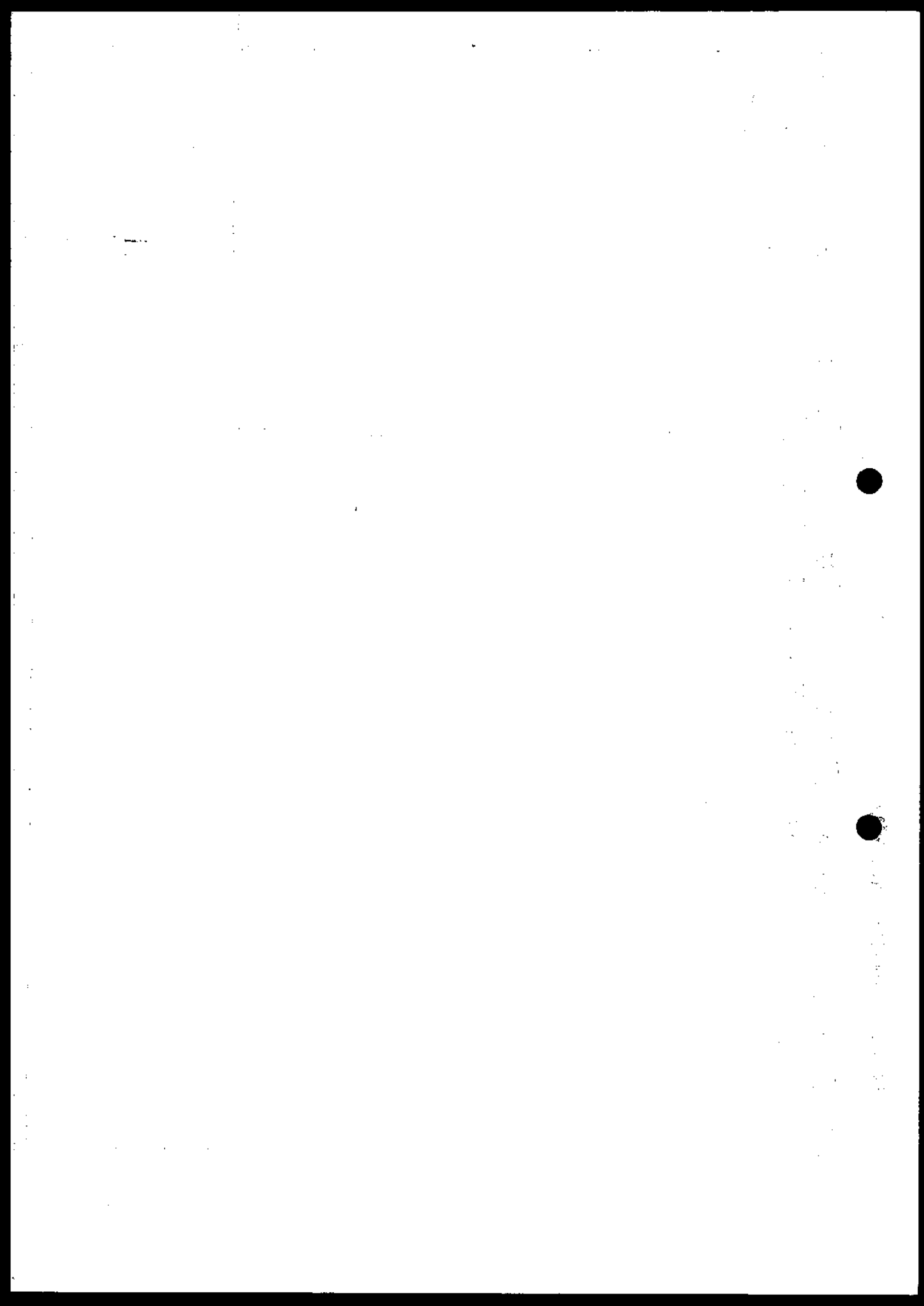
CCT

Nº da Folha 88

Nº do Processo

Data 27/02/07

Rubrica 497



TÍTULO DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA

ENTIDADE 393002 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO
2006

EMIÇÃO
31/12/2006

MÊS
DEZEMBRO

PÁGINA
002

TÍTULOS

RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT

NOTA: ESTA DEMONSTRACAO ESTA ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PUBLICO - NICSP D

2006

1.039.403,33

2005

577.274,09

Fernando Antonio Brito Fialho
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

Jose Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade Silva
Controlador de Contabilidade
Contador CRC RJ 6.223

CCT
Nº da Folha 89
Nº do Processo
Data 27/02/07
Rubrica *CF*

100-100000
100-100000
100-100000
100-100000
100-100000

100-100000
100-100000
100-100000
100-100000
100-100000



TÍTULO DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA

ENTIDADE 393046 - ANTAQ-ACORDO DE EMPRESTIMO COM O BIRD 7253-BR

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

MISSÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

TÍTULOS	2006	2005
DESPESAS ORÇAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	134.750,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	134.750,00	0,00
(3) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	134.750,00	0,00
RESULTADO ORÇAMENTARIO	134.750,00	0,00
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERMUTACOES	134.750,00	0,00
RESULTADO APOS RECDESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	134.750,00	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	134.750,00	0,00
INCORPORACAO DE ATIVOS	134.750,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	0,00	0,00
NOTA: ESTA DEMONSTRACAO ESTA ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PUBLICO - NICSP 0		

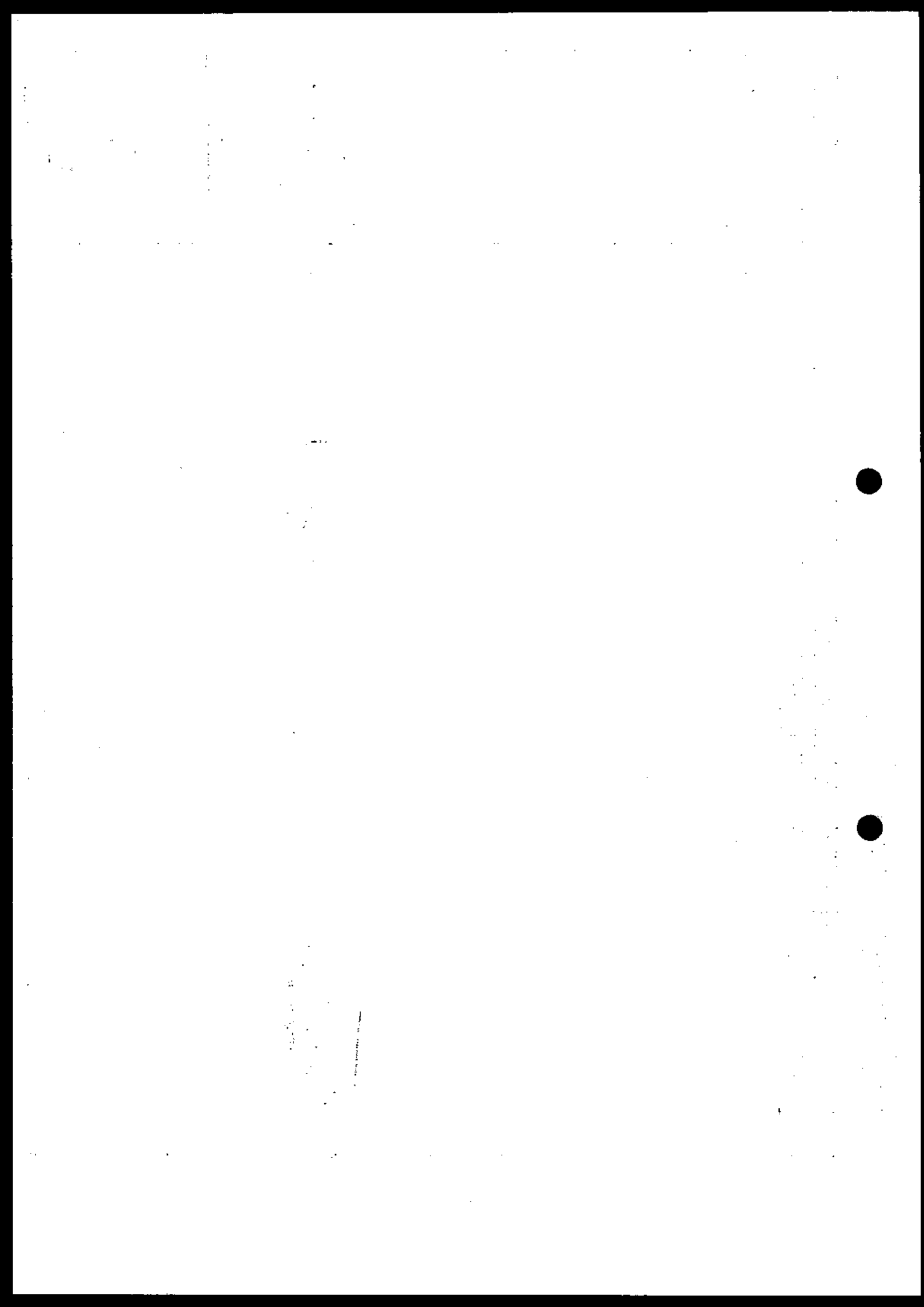
Fernando Antonio Brito Filho
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

Jose Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade Sáez
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223

CCT	
Nº da Folha	90
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	98



TÍTULOS

2006

2005

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS CORRENTES	0,00	665,30
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	0,00	665,30
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	665,30
(+) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	33.672.841,80	28.458.230,47
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	33.672.841,80	28.458.545,17
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	33.443.940,89	27.253.063,21
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	33.443.940,89	27.253.063,21
MUTUAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	1.448.828,99	622.787,83
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.448.828,99	622.787,83
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	665.916,03	327.040,89
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	665.916,03	327.040,89
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERFERÊNCIAS	319.913,99	1.709.105,02
RESULTADO APÓS RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	319.913,99	1.709.105,02
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	694,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	694,42
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.420.658,17	2.597.795,55
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.204.237,13	2.303.535,35
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.216.621,04	264.200,17
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	694,42
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	694,42
(+) DECRÉSCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.700.393,43	281.416,47
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.565.818,43	281.416,47
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	134.750,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	1.038.403,33	577.274,06

NOTA: ESTA DEMONSTRAÇÃO ESTÁ ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NBC SP 0

Fernando Antônio Silva Fialho
Diretor-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administração e Finanças

João Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças

Carlos Augusto Andrade Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-0E 6.223

CCT	
Nº da Folha	91
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	08

3
2
1



TÍTULOS

(j) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS

RESULTADO ORÇAMENTARIO

RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERMUTACOES

RESULTADO APOS RECDESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS

ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS

INCORPORACAO DE ATIVOS

RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT

NOTA: ESTA DEMONSTRACAO ESTA ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PUBLICO - NIDSP 0

2006

134.750,00

134.750,00

134.750,00

134.750,00

134.750,00

134.750,00

134.750,00

0,00

2005

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

Fernando Antonio Brito Gallo
Director-Geral

Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administracao e Financas

Jose Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Financas

Carlos Augusto Andrade Sáes
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.723

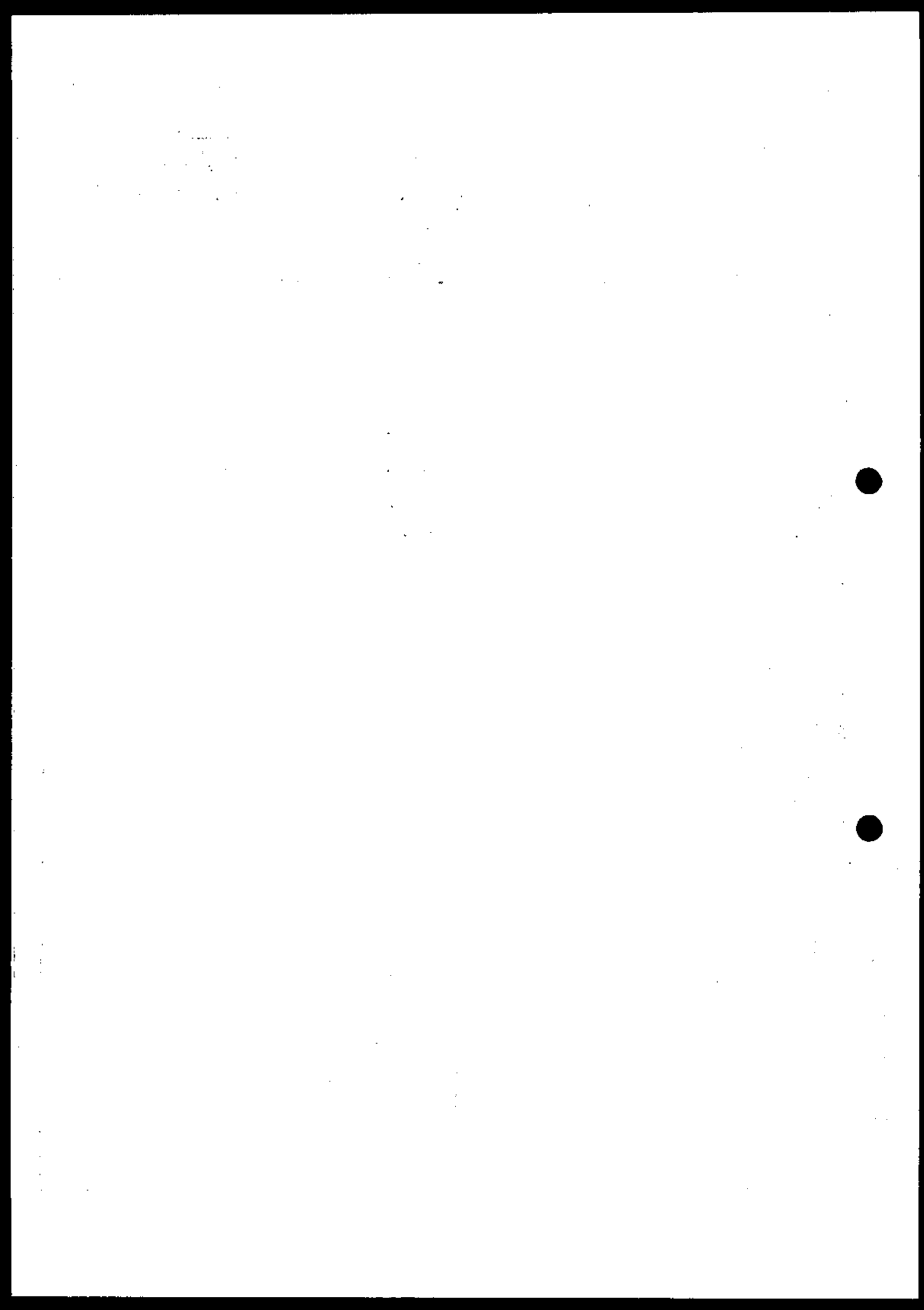
CCT

Nº da Folha **921**

Nº do Processo

Data **27/02/07**

Rubrica **af**



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às normas emanadas do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de acordo com o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

No Balanço Orçamentário constou uma previsão de receitas para o exercício de 2006 no valor de R\$ 50.475.764,00 tendo sido executado R\$ 33.872.941,80, ou seja, 67,10%, do orçamento previsto. A despesa para o exercício constou uma fixação de R\$ 51.554.990,00 tendo sido executado R\$ 33.872.941,80 ou seja, 65,70% do orçamento.

A diferença apresentada entre a receita prevista e a despesa fixada no valor de R\$ 1.079.046,00 é referente a créditos orçamentários suplementares para atender descentralizações a seguir especificadas:

- a) Execução do Programa - Estudos Para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE, conforme determina o Decreto nº 5.780 de 19/05/2006, no valor de R\$ 769.046,00;
- b) Desenvolvimento das Ações de Publicidade de Utilidade Pública, em atendimento ao Memorando 060/2006/ASSC-ANTAQ, de acordo com o Ofício 2859/ASCOM/GM/MT, em cumprimento ao artigo 9º do Decreto nº 4.799 de 04/08/2003, no valor de R\$ 300.000,00 e;
- c) Realização do IV Seminário Sobre Água de Lastro, através de convênio celebrado com o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira - IEAPM e Parecer -PRG-ANTAQ/Nº 061/2002-RCB, no valor de R\$ 10.000,00.

3. BALANÇO FINANCEIRO

No Balanço Financeiro constou Transferências Orçamentárias Recebidas no valor total de R\$ 33.443.942,86 sendo: R\$ 30.493.781,70 de fontes de recursos repassados pelo Ministério dos Transportes e R\$ 2.950.161,16 referente repasses de consignações da folha de pagamento, Decreto 3297 de 17/12/1999 e recolhimentos de PSS(Plano de Seguridade Social).

2000



4. BALANÇO PATRIMONIAL

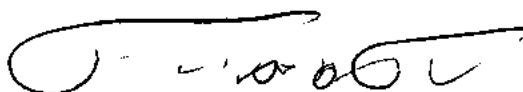
- a) O Balanço Patrimonial apresentou no Passivo Financeiro o valor de R\$ 1.711,27 classificado como Valores em Trânsito Exigíveis, trata-se de suprimentos de fundos a detentores de cartão corporativo para pagamento de faturas à Administradora de Cartões de Crédito – BB S/A, com vencimento para pagamento em 10/01/2007, dividido nos seguintes valores especificados: R\$ 4,95 em nome do servidor Geraldo José Barreto, R\$ 1.677,42 em nome do servidor Hailton Ferreira de Andrade e R\$ 28,90 em nome da servidora Valny Aparecida Alves.
- b) No Ativo Não Financeiro não constou Créditos em Circulação no valor total de R\$ 146.327,08 referente a Adiantamentos Concedidos a Pessoal, sendo: R\$ 113.919,26 de Gratificação Natalina Pessoal Ativo e R\$ 32.407,82 de Férias Antecipadas – Pessoal Permanente, entretanto, no exercício de 2007, os valores citados serão regularizados.

5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou um superávit de de R\$ 1.039.403,33 no Resultado Patrimonial de 2006 resultante da diferença das Variações Ativas e a Variações Passivas.

6. DEMAIS CONTAS

As demais contas representativas das Demonstrações Contábeis não sofreram modificações, nem apresentaram fatos relevantes que merecessem comentários ou justificativas.



Fernando Antonio Brito Filho
Diretor-Geral



Wilson Alves de Carvalho
Superintendente de Administração
e Finanças



José Soares de Sousa
Gerente de Orçamento e Finanças



Carlos Augusto Andrade Silva
Coordenador de Contabilidade
Contador CRC-CE 6.223

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1033-1036.



CCT	
Nº da Folha	95
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	CA

V

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Number of hauls	<i>P. setiferus</i> (%)	<i>P. setiferus</i> + <i>P. setiferus</i> + <i>P. setiferus</i> (%)
1	100	0
2	80	20
3	60	40
4	40	60
5	20	80
6	10	90
7	10	90
8	10	90
9	10	90
10	10	90



04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários

SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 13/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	96
Nº do Processo	
Data	27/01/07
Rubrica	AB

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável CARLOS ALBERTO WANDERLEY NOBREGA, CPF nº 256.509.397-72 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000



04 903 587/0001-08
ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários
SEPN Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRASILIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 24/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	92
Nº do Processo	
Data	27/01/07
Rubrica	LB

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO, CPF nº 214.178.143.49 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919





04 903 587/0001-08
ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários
SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRÁSILIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 26/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	98
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	efe

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável MURILLO DE MORAES R. C. BARBOSA, CPF 033.168.317.20 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos



DECLARAÇÃO Nº 25/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	99
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável DECIO MAURO RODRIGUES DA CUNHA, CPF nº 012.302.637.72 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.

[assinatura]
LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

1. The first part of the document is a list of names and addresses of the members of the committee. The names are listed in alphabetical order, and the addresses are listed below each name. The list includes names such as Mr. J. H. Smith, Mr. J. H. Jones, and Mr. J. H. Brown.

2. The second part of the document is a list of names and addresses of the members of the committee. The names are listed in alphabetical order, and the addresses are listed below each name. The list includes names such as Mr. J. H. Smith, Mr. J. H. Jones, and Mr. J. H. Brown.





04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários

SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 16/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	100
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	LE

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável WILSON ALVES DE CARVALHO, CPF nº 103.503.226-00 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

1. 100 100 100

2. 100 100 100
3. 100 100 100





04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários

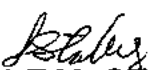
SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545

DECLARAÇÃO Nº 17/2007 - GRH - BRASÍLIA - DF

CCT	
Nº da Folha	101
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	CA

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável JOSÉ SOARES DE SOUSA, CPF nº 067.664.631-04 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos





04 903 587/0001-08
ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários
SEP-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 18/2007 LGRH

CCT	
Nº da Folha	1021
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	EL

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável SÉRGIO ANTONIO GARCIA ALVES, CPF nº 087.527.536-20 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

10/10/10

10/10/10
10/10/10
10/10/10

10/10/10
10/10/10
10/10/10





04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários

SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRÁSÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 14/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	103
Nº do Processo	
Data	27.02.07
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável, NELSON ELIAS CHAIBEN, CPF nº 330.599.427-49 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000

100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000
100-100000-100000



04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes AquaviáriosSEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 19/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	104
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	efb

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável PAULO RAINERI, CPF nº 376.670.338-20 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

121
+ 2.50 + 1.00
~~3.50~~



04 903 587/0001-08
ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários
SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 15/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	105
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	LE

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável CARLOS AUGUSTO ANDRADE SILVA, CPF nº 139.619.853-91 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

1. The first part of the document is a list of names and addresses. The names are written in a cursive hand, and the addresses are written in a more formal, printed hand. The list is organized into two columns, with names on the left and addresses on the right.

2. The second part of the document is a list of names and addresses. The names are written in a cursive hand, and the addresses are written in a more formal, printed hand. The list is organized into two columns, with names on the left and addresses on the right.



04 903 587/0001-08
ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários
SEPNI-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 20/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	106
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	EEB

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável WILTON ANTUNES FRANCA, CPF nº 249.470.915-68 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

100-44388-1



04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes AquaviáriosSEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 22/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	107
Nº do Processo	
Data	27/01/07
Rubrica	ELB

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável EDIR JOSÉ DE SÁ LEITÃO, CPF nº 097.688.237-04 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

17. 10. 1950

18. 10. 1950

19. 10. 1950

20. 10. 1950



04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes AquaviáriosSEP-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 21/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	108
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	08

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável JOSÉ FRANCISCO MATOS CARVALHO, CPF nº 066.607.111-04 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

10-10-10

10-10-10

10-10-10

10-10-10

10-10-10

10-10-10

10-10-10

10-10-10



04 903 587/0001-08
ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários
SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545
BRÁSILIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 23/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	109
Nº do Processo	
Data	27/01/07
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável ALEXANDRE DUTRA MAIA, CPF nº 768.523.691.53 a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de janeiro de 2007.

[assinatura]
LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)
 2. *Chlorophyll b* (Chl *b*)
 3. *Chlorophyll c* (Chl *c*)
 4. *Chlorophyll d* (Chl *d*)
 5. *Chlorophyll e* (Chl *e*)
 6. *Chlorophyll f* (Chl *f*)
 7. *Chlorophyll g* (Chl *g*)
 8. *Chlorophyll h* (Chl *h*)
 9. *Chlorophyll i* (Chl *i*)
 10. *Chlorophyll j* (Chl *j*)
 11. *Chlorophyll k* (Chl *k*)
 12. *Chlorophyll l* (Chl *l*)
 13. *Chlorophyll m* (Chl *m*)
 14. *Chlorophyll n* (Chl *n*)
 15. *Chlorophyll o* (Chl *o*)
 16. *Chlorophyll p* (Chl *p*)
 17. *Chlorophyll q* (Chl *q*)
 18. *Chlorophyll r* (Chl *r*)
 19. *Chlorophyll s* (Chl *s*)
 20. *Chlorophyll t* (Chl *t*)
 21. *Chlorophyll u* (Chl *u*)
 22. *Chlorophyll v* (Chl *v*)
 23. *Chlorophyll w* (Chl *w*)
 24. *Chlorophyll x* (Chl *x*)
 25. *Chlorophyll y* (Chl *y*)
 26. *Chlorophyll z* (Chl *z*)
 27. *Chlorophyll aa* (Chl *aa*)
 28. *Chlorophyll ab* (Chl *ab*)
 29. *Chlorophyll ac* (Chl *ac*)
 30. *Chlorophyll ad* (Chl *ad*)
 31. *Chlorophyll ae* (Chl *ae*)
 32. *Chlorophyll af* (Chl *af*)
 33. *Chlorophyll ag* (Chl *ag*)
 34. *Chlorophyll ah* (Chl *ah*)
 35. *Chlorophyll ai* (Chl *ai*)
 36. *Chlorophyll aj* (Chl *aj*)
 37. *Chlorophyll ak* (Chl *ak*)
 38. *Chlorophyll al* (Chl *al*)
 39. *Chlorophyll am* (Chl *am*)
 40. *Chlorophyll an* (Chl *an*)
 41. *Chlorophyll ao* (Chl *ao*)
 42. *Chlorophyll ap* (Chl *ap*)
 43. *Chlorophyll aq* (Chl *aq*)
 44. *Chlorophyll ar* (Chl *ar*)
 45. *Chlorophyll as* (Chl *as*)
 46. *Chlorophyll at* (Chl *at*)
 47. *Chlorophyll au* (Chl *au*)
 48. *Chlorophyll av* (Chl *av*)
 49. *Chlorophyll aw* (Chl *aw*)
 50. *Chlorophyll ax* (Chl *ax*)
 51. *Chlorophyll ay* (Chl *ay*)
 52. *Chlorophyll az* (Chl *az*)
 53. *Chlorophyll aza* (Chl *aza*)
 54. *Chlorophyll abz* (Chl *abz*)
 55. *Chlorophyll acz* (Chl *acz*)
 56. *Chlorophyll adz* (Chl *adz*)
 57. *Chlorophyll aez* (Chl *aez*)
 58. *Chlorophyll afz* (Chl *afz*)
 59. *Chlorophyll agz* (Chl *agz*)
 60. *Chlorophyll ahz* (Chl *ahz*)
 61. *Chlorophyll aiz* (Chl *aiz*)
 62. *Chlorophyll ajz* (Chl *ajz*)
 63. *Chlorophyll akz* (Chl *akz*)
 64. *Chlorophyll alz* (Chl *alz*)
 65. *Chlorophyll amz* (Chl *amz*)
 66. *Chlorophyll anz* (Chl *anz*)
 67. *Chlorophyll aoz* (Chl *aoz*)
 68. *Chlorophyll apz* (Chl *apz*)
 69. *Chlorophyll aqz* (Chl *aqz*)
 70. *Chlorophyll arz* (Chl *arz*)
 71. *Chlorophyll asz* (Chl *asz*)
 72. *Chlorophyll atz* (Chl *atz*)
 73. *Chlorophyll auz* (Chl *auz*)
 74. *Chlorophyll avz* (Chl *avz*)
 75. *Chlorophyll awz* (Chl *awz*)
 76. *Chlorophyll axz* (Chl *axz*)
 77. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 78. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 79. *Chlorophyll azz* (Chl *azz*)
 80. *Chlorophyll azaa* (Chl *aza*)
 81. *Chlorophyll abz* (Chl *abz*)
 82. *Chlorophyll acz* (Chl *acz*)
 83. *Chlorophyll adz* (Chl *adz*)
 84. *Chlorophyll aez* (Chl *aez*)
 85. *Chlorophyll afz* (Chl *afz*)
 86. *Chlorophyll agz* (Chl *agz*)
 87. *Chlorophyll ahz* (Chl *ahz*)
 88. *Chlorophyll aiz* (Chl *aiz*)
 89. *Chlorophyll ajz* (Chl *ajz*)
 90. *Chlorophyll akz* (Chl *akz*)
 91. *Chlorophyll alz* (Chl *alz*)
 92. *Chlorophyll amz* (Chl *amz*)
 93. *Chlorophyll anz* (Chl *anz*)
 94. *Chlorophyll aoz* (Chl *aoz*)
 95. *Chlorophyll apz* (Chl *apz*)
 96. *Chlorophyll aqz* (Chl *aqz*)
 97. *Chlorophyll arz* (Chl *arz*)
 98. *Chlorophyll asz* (Chl *asz*)
 99. *Chlorophyll atz* (Chl *atz*)
 100. *Chlorophyll auz* (Chl *auz*)
 101. *Chlorophyll avz* (Chl *avz*)
 102. *Chlorophyll awz* (Chl *awz*)
 103. *Chlorophyll axz* (Chl *axz*)
 104. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 105. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 106. *Chlorophyll azz* (Chl *azz*)
 107. *Chlorophyll azaa* (Chl *aza*)
 108. *Chlorophyll abz* (Chl *abz*)
 109. *Chlorophyll acz* (Chl *acz*)
 110. *Chlorophyll adz* (Chl *adz*)
 111. *Chlorophyll aez* (Chl *aez*)
 112. *Chlorophyll afz* (Chl *afz*)
 113. *Chlorophyll agz* (Chl *agz*)
 114. *Chlorophyll ahz* (Chl *ahz*)
 115. *Chlorophyll aiz* (Chl *aiz*)
 116. *Chlorophyll ajz* (Chl *ajz*)
 117. *Chlorophyll akz* (Chl *akz*)
 118. *Chlorophyll alz* (Chl *alz*)
 119. *Chlorophyll amz* (Chl *amz*)
 120. *Chlorophyll anz* (Chl *anz*)
 121. *Chlorophyll aoz* (Chl *aoz*)
 122. *Chlorophyll apz* (Chl *apz*)
 123. *Chlorophyll aqz* (Chl *aqz*)
 124. *Chlorophyll arz* (Chl *arz*)
 125. *Chlorophyll asz* (Chl *asz*)
 126. *Chlorophyll atz* (Chl *atz*)
 127. *Chlorophyll auz* (Chl *auz*)
 128. *Chlorophyll avz* (Chl *avz*)
 129. *Chlorophyll awz* (Chl *awz*)
 130. *Chlorophyll axz* (Chl *axz*)
 131. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 132. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 133.

121
40-60-72
73



04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários

SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545

BRÁSÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 32/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	110
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	045

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável JOSE NIVALDO DE OLIVEIRA, CPF nº 066.413.341-04, a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 26 de fevereiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

OM

to US-FS

off



04 903 587/0001-08

ANTAQ - Agência Nacional
de Transportes Aquaviários

SEPN-Quadra 514 Conjunto E
ASA NORTE - CEP 70760-545

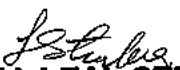
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO Nº 33/2007 - GRH

CCT	
Nº da Folha	111
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	CLB

Declaramos em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº81, de 06 de dezembro de 2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, que o responsável HAILTON FERREIRA DE ANDRADE, CPF nº 112.592.561-20, a que se refere o anexo IV da citada Decisão Normativa, está em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 26 de fevereiro de 2007.


LEOLINA LEAL STERNBERG
Gerente de Recursos Humanos

100-100000
100-100000
100-100000



CCT	
Nº da Folha	1121
Nº do Processo	
Data	27 02 07
Rubrica	RE

VI

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

1811
to do it
by

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

O presente processo de Prestação de Contas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referente ao exercício de 2006, conforme determina a Instrução Normativa nº 47 e suas alterações; Decisão Normativa nº 62, ambas datada de 27/10/2004 e Decisão Normativa nº 81 de 06/12/2006, todas do Tribunal de Contas da União – TCU; e a Norma de Execução nº 3, em seu anexo I, de 28/12/2006, da Controladoria Geral da União – CGU - está composto pelas seguintes peças:

- I. Roteiro de verificação de peças
- II. Rol de Responsáveis
- III. Relatório de Gestão
- IV. Demonstrativos contábeis:
 - a) Balanço Orçamentário
 - b) Balanço Financeiro
 - c) Balanço Patrimonial
 - d) Demonstração das Variações Patrimoniais
- V. Declaração da Unidade de Pessoal
- VI. Relatório de Correição

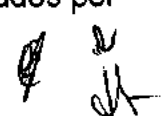
1 - CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE

No que se refere aos controles internos cabe destacar que a Agência praticamente informatizou todos os sistemas, tais como as requisições de passagens, diárias, estoque de materiais do Almoxarifado, plano de assistência à saúde, controle de ligações telefônicas, sistema de controle de processos, bens do ativo imobilizado e outros, que vem funcionando satisfatoriamente e facilitando sobremaneira a ação da Auditoria Interna.

Com a nomeação dos concursados do concurso público realizado em 2005 procurou-se de imediato treiná-los no conhecimento da aplicação do sistema de software livre utilizado pela Unidade, e posteriormente, em muitos casos, realizar treinamentos específicos de acordo com a necessidade de cada área. De qualquer forma, no período 372 servidores participaram pelo menos de algum tipo de treinamento.

A ANTAQ regulamentou pela Portaria DG – 112 de 11 de setembro de 2006, a concessão de Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação – GDAR e a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativo em Regulação – GDATR, instituídas pela lei nº 10871/04 e regulamentada pelo Decreto nº 5827 de 29 de junho de 2006. Estas gratificações tem a finalidade de incentivar o aprimoramento das ações desenvolvidas pela Agência Reguladora.

No que diz respeito a delegação de competência e definição de responsabilidade, a Agência encontra-se bem instrumentalizada, com a existência de estatuto, regimento interno e demais instrumentos administrativos que definem a competência de cada unidade/chefia da Agência, tendo todos os atos sido praticados por autoridades legitimamente constituídas.



811
10 16 12
24



CCT	
Nº da Folha	114
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	EA

Dentre as Resoluções aprovadas em 2006, destacamos a de nº 635, de 20/9/2006 que determinou a instalação das Unidades Administrativas Regionais de Manaus, Porto Velho, Belém, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife; e a de nº 646, de 06/10/2006, que aprovou o novo Regimento Interno, inclusive alterando o organograma da entidade, com a criação de uma nova Superintendência para atender especificamente o setor de Navegação Interior.

Com relação ao Relatório de Gestão, destacamos que para o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, foi destinado a ANTAQ no ano de 2006 um montante de R\$ 51.554.990. Do valor total 39,59% destinou-se a "pessoal e encargos sociais", 57,62% para "outras despesas correntes" e o restante (2,79%) para "investimento". Em média esta autarquia realizou a despesa fixada, ficando aquém do esperado apenas no grupo de despesa "Pessoal e Encargos Sociais". Isso ocorreu em função do volume de aposentadorias ser inferior ao previsto para o período. Ainda, com relação ao valor da despesa realizada para o programa 0221, ação nº 4572 – "Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação", dos R\$ 300.000 da Dotação Liberada somente foi realizada 23,33%. Esse fato ocorreu, em grande parte, pela inexistência de Diretoria Colegiada durante o primeiro semestre de 2006.

Cabe lembrar , também, que esta Autarquia, no que tange ao orçamento realizado, obedeceu aos limites para Movimentação, Empenho e Pagamentos estabelecidos no Decreto nº 5.780 de 19 de maio de 2006.

2 - REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Em todos os procedimentos licitatórios, no que se refere a dispensa ou inexigibilidade, bem como nos de licitação, a Procuradoria-Geral foi instada a se manifestar sobre a legalidade das contratações, elaboração dos editais e demais procedimentos, com a emissão do respectivo parecer, na forma prevista na legislação.

Todos os processos acima referidos estão relacionados no Relatório de Gestão desta Prestação de Contas. Esclarecemos que esta Unidade de Auditoria Interna analisou aproximadamente 70% desses processos, considerando os mesmos regulares.

3 - O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A ANTAQ mantém apenas 07 convênios, sendo que o último datado de 11 de outubro de 2006, realizado com a IEAPM, foi destinado para a realização do 4º Seminário Brasileiro sobre água de lastro.

Vale lembrar que a situação dos convênios apresentam regularidade e estão fundamentados em lei, não havendo portanto nenhum fato que tenha prejudicado o desempenho dos mesmos e que mereça destaque nesse relatório.

Ressaltamos que os convênios celebrados com o COMCONTRAM e DPC são de suma importância para consecução dos objetivos da Agência.

Handwritten marks and scribbles in the top left corner.



Small handwritten mark or signature at the bottom left.



CCT	
Nº da Folha	115
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	EF

No que tange ao Convênio PGR- nº 005/02 – COMCONTRAM, o mesmo não implicou repasse de nenhum recurso financeiro entre os partícipes, tendo a ANTAQ, com o intuito de possibilitar a concretização da avença, fornecido "hardwares e softwares", mantido e desenvolvido sistemas afetos à transferência de informações, colocando-os em locais indicados pela Marinha em condições de pleno funcionamento.

Quanto aos Convênios números 002/02 e 005/03, IEL e CIEE, respectivamente, a ANTAQ é responsável pelas obrigações financeiras correspondentes ao pagamento das Bolsas de Complementação Educacional e Taxa de Serviço equivalente a 10% (dez por cento), do valor nominal das referidas Bolsas, correndo tais despesas à conta de verba própria constante do orçamento da ANTAQ, sendo que os pagamentos mensais foram feitos corretamente, tendo havido algumas alterações em seus valores mensais em decorrência da constante alteração do número de estagiários durante o período de 2006. Destacamos que esses convênios são convenientes e importantes para a Agência, pois no caso dos estágios, a Entidade não pode deixar de propiciar aos estudantes a oportunidade de aperfeiçoamento da formação profissional.

No Convênio nº 001/04, celebrado com o DNIT, a ANTAQ colocou à disposição do Serviço Médico Social do DNIT – Sede, 02 (dois) computadores, 01 (uma) impressora, cartuchos, papel para impressora e 01 (um) arquivo de aço, bem como seu logotipo, que constará em todos os documentos médicos relativos aos atendimentos dos servidores da ANTAQ.

Quanto ao Convênio nº 001/05 – DPC a ANTAQ deverá arcar com as despesas decorrentes da organização e execução das reuniões de trabalho, exceto aquelas relativas aos deslocamentos e estadias de representantes indicados pelos partícipes, e também deverá custear as despesas para a edição das publicações básicas sobre navegação e o meio ambiente marítimo. A MARINHA deverá arcar com as despesas decorrentes de deslocamentos e estadias de seus representantes indicados para participar das reuniões de trabalho e prover a infra-estrutura necessária (redes, servidores, microcomputadores, etc.) para desenvolvimento e implantação dos sistemas produzidos em decorrência dos projetos.

No caso do Convênio nº 002/05 com o GEIPOT, que é órgão do próprio poder executivo, sua celebração veio solucionar um problema, que por força legal cedeu o pessoal e bens para a ANTAQ. Esclarecemos que tal Convênio não implicou repasse de nenhum recurso financeiro entre os partícipes.

A seguir estão relacionados os referidos convênios com os seus respectivos objetos:

Fig 30 F2
FD

ll



Convênios da ANTAQ em vigor

Nº CONVÊNIO		EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VALOR	DATA BASE	PRAZO DE VIGÊNCIA	MODALIDADE
CONV-PRG- Nº 002/02	1º TADI	IEL - DF	Possibilitar, por meio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional do corpo discente de diversas instituições de ensino superior e de ensino profissionalizante em nível de 2º grau no DF e em localidades em que a ANTAQ tenha unidades descentralizadas	151.392,00	15.5.2002	14.5.2003	DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 24 INCISO XIII, LEI 8.666/93
	2º TADI			134.000,00	14.5.2003	13.5.2004	
	3º TADI			152.363,28	15.5.2004	14.5.2005	
	4º TADI			152.363,28	15.5.2004	14.5.2005	
	5º TADI			152.363,28	15.5.2005	14.5.2006	
CONV-PRG- Nº 005/02	1º TADI	COMANDO DO CONTROLE NAVAL DO TRÁFEGO MARÍTIMO - COMCONTRAM	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	80.000,00	15.5.2006	14.5.2007	LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NO DECRETO 93.872/86..
	2º TADI		MODIFICAÇÃO DA REDAÇÃO (CLAUSULA 5ª)	152.363,28	15.5.2004	14.5.2005	
	3º TADI		ALTERAÇÃO DA CLAUSULA 6ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO	152.363,28	15.5.2005	14.5.2006	
CONV-PRG- Nº 005/03	1º TADI	CIEE	Cooperação Técnica entre a ANTAQ e a Marinha, visando o intercâmbio de informações que contribuam para o aperfeiçoamento da segurança da navegação e o acompanhamento das atividades de tráfego aquaviário.	129.000,00	1º 6.2003	31.5.2004	Dispensa de Licitação do Art. 24, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93
	2º TADI			152.363,28	2.6.2004	1.6.2005	
	3º TADI			80.000,00	1.6.2005	31.5.2006	

CCT	
Nº da Folha	116
Nº do Processo	27.102/07
Data	27.10.2007
Rubrica	AB

7-19-54



Nº CONVÊNIO	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VALOR	DATA BASE	PRAZO DE VIGÊNCIA	MODALIDADE
CONV-PRG- Nº 001/04	DNIT	Executar através do Serviço Médico Social do DNIT - Sede, o atendimento relativo à emissão de laudos periciais, avaliações, inspeções e outros procedimentos médicos periciais dos servidores da ANTAQ.	***	12.5.2004	11.5.2009	Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.
CONV-PRG- Nº 001/05	DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS - DPC	Cooperação entre a ANTAQ e a Marinha, visando ao desenvolvimento de esforços conjuntos para efeito de propiciar e incentivar a troca de informações, realização de estudos, pesquisas, edição de publicações básicas sobre a navegação e meio ambiente marítimo, dentre outras atividades de interesse comum na área de transporte aquaviário.	***	15.4.2005	14.4.2010	Lei nº 8.666/93, IN nº 1/1997 da STN e na Legislação aplicável à matéria.
CONV-PRG- Nº 002/05	GEIPOP	Cooperação entre a ANTAQ e o GEIPOP para prestação de serviços de armazenamento de arquivos, impressão de documentos, comunicação para tráfego de dados (rede local), acesso à internet e manutenção dos sistemas legados.	***	08.11.2005	07.11.2010	Art. 116 da Lei Nº 8666/93
CONV-PRG- Nº 001/06	TEAPM	Realização do 4º seminário Brasileiro sobre água de lastro	10.000,00	11.10.2006	26.10.2006	Art. 116 da Lei Nº 8666/93, IN nº 1/1997 da STN e na Legislação aplicável à matéria.

CCT	
Nº da Folha	117
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	eb

e
A

FIN
FO 40 FS
28

4 - O CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE

As atividades desenvolvidas pela Unidade de Auditoria Interna durante o exercício de 2006 foram direcionadas para o cumprimento do PAAAI/2006 e para o atendimento das solicitações feitas pela Secretaria Federal de Controle – SFC-CGU incluindo, também o Tribunal de Contas da União.

O PAAAI/2006 foi elaborado por esta Unidade de Auditoria e aprovado pela Diretoria, sendo, posteriormente, encaminhado à Secretaria Federal de Controle – SFC. Os trabalhos de auditoria seguiram a orientação dos órgãos técnicos e se revestiram de um caráter de assessoramento às unidades internas da ANTAQ. As prioridades para execução das auditorias foram estabelecidas segundo as áreas de maior ou menor risco, conforme indicado no PAAAI/2006.

A Auditoria Interna, para realização de suas atividades, procurou seguir o Cronograma de Execução constante do PAAAI/2006 da melhor forma possível, tendo ocorrido algumas pequenas alterações com relação ao início e término das auditorias.

A Auditoria Interna realizou 21 das 22 (vinte e duas) auditorias previstas no PAAAI/2006, mais 02 (duas) auditorias extras, perfazendo um total de 23 (vinte e três) auditorias durante o ano de 2006, além da elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAAAI referente ao ano de 2005. Esclarecemos que, a auditoria de número 16 prevista no PAAAI de 2006, referente a Cadastro de Pessoal não foi realizada em virtude de reestruturação do setor de Recursos Humanos e da elevada rotatividade dos servidores, impossibilitando, assim, a coleta de relatórios necessários à época para a execução dos trabalhos dessa auditoria. Cabe destacar que as auditorias extras nºs 5 e 6, foram realizadas em virtude da nomeação dos novos servidores aprovados no concurso público realizado em 2005, além dos redistribuídos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No que se refere às recomendações formuladas pela auditoria interna no ano de 2006, as mesmas foram examinadas pelas unidades auditadas que informaram as providências adotadas, acataram-nas ou apresentaram justificativas.

5 - O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Com relação às recomendações oriundas da CGU e TCU, detalhamos abaixo os números do itens do Relatório e Acórdãos, descrição da determinação e as providências adotadas pelos gestores desta Agência.



3.11
FO 450 FS
88

16

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU – Relatório nº 175459 referente ao período de 01/01 a 31/12/2005.

ITEM DO RELATÓRIO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIA
7.1.1.1	Atualizar os dados informados no sistema SIAPE, com os enviados pela ANTAQ – Relatório Geral/Relação de Pessoal. Disponibilizar informações atualizadas referente a situação dos servidores cedidos e em exercício provisório.	Atendida. Atendida.
7.2.1.1	Recomendamos que a Agência atualize o Cadastro e Pastas Pessoais, compatibilizando os pagamentos com os endereços, no SIAPE, observando, também, o Ofício Circular 03/2003-SRH/MPO.	Atendida.
7.3.2.1	Em cumprimento ao item I do Art. 7º do Decreto nº 4.004, de 08/11/2001, recomendamos a GRH adotar providências no sentido de que seja ressarcida a quantia recebida indevidamente, mantendo informada esta CGU, sobre o resultado alcançado. Alertamos, ainda, sobre a necessidade de se instruir o processo com os elementos necessários, conforme o caso.	Adoção de providência para desconto de uma remuneração paga a maior.(REALIZADO) Anexos, correspondência da servidora e comprovantes de conclusão de cursos dos dependentes que justificam o não deslocamento dos mesmos na época da concessão da ajuda de custo. Foi solicitada reconsideração.
7.5.1.1	Recomendamos seja urgenciadas ações efetivas no sentido de que seja ressarcido ao erário o valor correspondente aos bens de informática subtraídos das dependências da ANTAQ.	A Superintendência de Administração e Finanças – SAF (gestor responsabilizado) adotou todas as medidas ao seu alcance relativamente ao desaparecimento de um microcomputador, conforme se constata no processo 50300.000093/2005. Anexo manifestação da Procuradoria Geral da ANTAQ, solicitada quando da presença da equipe de auditoria. Foi solicitada reconsideração.

PAE

1111
fo 450 FS
000

12.

ITEM DO RELATÓRIO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIA
8.1.1.1	Que a entidade faça constar nos processos licitatórios todos os elementos necessários que venham permitir aos Órgãos de Controle Interno a avaliação dos atos do gestor, evitando omitir dados, como os registrados nas análises dos processos administrativos referentes às contratações de consultoria, quais sejam memória de cálculos para definição de valores estimados a serem contratados. Que a Agência leve em consideração no planejamento de seus estoques de material os prazos de reabastecimento, bem como os riscos de atraso, inerentes aos processos licitatórios.	A área responsável foi instruída a observar o máximo rigor na formação dos processos licitatórios, inclusive quanto à inclusão no processo de fórmulas e cálculos de valores resultantes de consultas de preços. (Atendido) O procedimento vem sendo adotado na Agência. (Atendido)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ACÓRDÃO Nº	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIA
2059/2006 - PLENÁRIO	Acolher as razões de justificativas do Sr. Carlos Wanderley Nóbrega, Diretor-Geral da ANTAQ, ouvido em audiência em razão do não-cumprimento dos demais itens do acórdão, tendo em vista a iniciativa do responsável em sugerir à autoridade competente, o Ministro de Estado dos Transportes, a decretação de intervenção nos Portos de Paranaguá e Antonina, nos termos da Cláusula Oitava do Convênio de Delegação nº 037/2001.	Justificativa acolhida.
504/2006 - PRIMEIRA CÂMARA	À ANTAQ que, igualmente exija da Administradora dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a execução das obras e serviços que garantam segurança e infraestrutura compatíveis com as necessidades do mercado usuário.	A Agência vem estudando o assunto e realizará inspeção na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina a partir de 05/02/2007, para avaliação das condições atuais do porto.

6 - ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O exame foi procedido de acordo com as normas de auditoria aplicável ao Serviço Público Federal, representando as demonstrações acima referidas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

Cabe destacar, entretanto, os seguintes pontos :



22
FO 450 FO
22

12



ATIVO FINANCEIRO

CCT	
Nº da Folha	1211
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	65

a) Créditos em Circulação/Adiantamentos Concedidos

No balanço patrimonial o saldo desta conta está zerado. Entretanto, por tratar-se de adiantamentos de gratificação natalina e de férias a Coordenadoria de Contabilidade (CCT) nos informou que, por lapso, deixou de contabilizar os referidos valores.

A Coordenadoria de Cadastro e Pagamento (CCP) forneceu listagem analítica datada de 31/12/2006, no valor de R\$ 113.919,26 para "adiantamento de gratificação natalina", e de R\$ 32.407,82 para "adiantamento de férias. O coordenador da CCT se comprometeu com esta Auditoria a efetuar a regularização no início de 2007 já que o SIAFI não teria como retroagir para 31/12/2006, pois as contas já estavam encerradas.

Desta forma o saldo real da conta Adiantamentos Concedidos em 31/12/2006 seria de R\$ 146.327,08.

b) Bens e Valores em Circulação/Estoques

O saldo de R\$ 141.537,07 está composto de duas sub-contas:

b.1 – Material de Consumo	110.880,41
b.2 – Estoque a Incorporar de Restos a Pagar	30.656,66

Com relação a conta Material de Consumo a Comissão Inventariante ao proceder a contagem física no almoxarifado constatou divergências em alguns itens de estoque entre a quantidade física e a quantidade registrada no sistema SIAFI. Na maioria desses itens há sobra de materiais, tendo aquela Comissão proposto que a Coordenadoria do Almoxarifado e Patrimônio regularize tal situação.

Com relação a conta Estoque a Incorporar trata-se da inscrição em Restos a Pagar com base no saldo de empenho a liquidar.

c) Permanente/Imobilizado

O valor encontrado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 3.969.546,01 está de acordo com o nosso Sistema Automatizado do Inventário – ASI. Este valor está composto pela Unidade Gestora e os demais escritório regionais:

Localização	Valor no sistema ASI
Brasília	2.914.579,99
Geipot / Dnit / Comcontran	183.286,17
Belém	92.052,22
Florianópolis	98.627,66
São Paulo	90.941,32
Rio de Janeiro	41.297,14
Recife	45.830,31

11/11
to 100 + 12
20



CCT	
Nº da Folha	122
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	CA

Localização	Valor no sistema ASI
Porto Velho	68.322,00
Manaus	74.304,00
Rio de Janeiro - SNM	360.305,19
Total	3.969.546,00

Entretanto, continua a fazer parte da conta o valor de R\$ 2.894,78, correspondente ao desaparecimento de um microcomputador Pentium IV e um estabilizador de voltagem, objetos do processo nº 50.300.000093/2005, onde não foi apurada responsabilidade de nenhum funcionário da Agência, estando no aguardo de decisão e pronunciamento do Departamento de Polícia Federal, bem como do julgamento do Processo de Prestação de Contas referente ao ano de 2005 pelo Tribunal de Contas da União.

PASSIVO FINANCEIRO

d) Consignações

O saldo de R\$ 16,00 refere-se a ISS retido dia 29/12/06 a ser recolhido no início de 2007.

e) Recursos do Tesouro Nacional

O saldo de R\$ 72.949,46 está sub-dividido em três contas:

e.1-Recursos Fiscais	46.966,54
e.2-Recursos Previdenciários-GPS	17.750,41
e.3-Recursos Fiscais Estadual/Municipais	8.232,51

Os valores descritos acima refere-se a IR/Cofins, INSS e ISS, respectivamente, retidos dia 29/12/06 a serem recolhidos no início de 2007.

f) Restos a Pagar Processados

O saldo de R\$ 504.725,41 está sub-dividido em três contas:

f.1-Fornecedores- do exercício	497.407,41
--------------------------------	------------

Refere-se a inscrições de compras de material e serviços prestados, em 29/12/2006 a ser pago no exercício de 2007.

f.2-Convênios a pagar	3.718,00
-----------------------	----------

Refere-se ao convênio 05/2003 CIEE - DF que propicia bolsa auxílio à estagiários;

f.3-Débitos diversos a pagar	3.600,00
------------------------------	----------

Refere-se a auxílio moradia de dois servidores, que serão pagos no exercício de 2007.

10-10-71





CCT	
Nº da Folha	123
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	RF

g) Valores em Trânsito Exigíveis

O saldo de R\$ 1.711,27 refere-se a fatura de cartão do Governo Federal – Suprimento de fundos que serão pagos no início de 2007.

h) Recursos a liberar para pagamento de RP

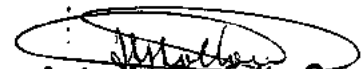
O valor de R\$ 134.750,00 refere-se a contrato de consultoria com Sr. Gesner de Oliveira, CPF 013784028-47, para realizar estudo sobre "Diretrizes para a promoção e defesa da concorrência do sub setor portuário".

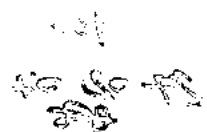
Assim, considerando que o Processo de Prestação de Contas encontra-se em conformidade com o que determina a legislação do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União – CGU, citadas na introdução deste Parecer, e que as Demonstrações apresentadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, o mesmo poderá ser submetido à apreciação da Diretoria Executiva para encaminhamento à Secretaria Federal de Controle-SFC da Controladoria Geral da União.

Brasília, 22 de fevereiro de 2007.


Amaury Carvalho de Oliveira
Contador
CRC-SP 71093-T-DF


Geneci Maria Fachinello Bonetti
Contadora
CRC- DF – 017540/0-8


Tadeu Antonio Scarfatto Scotton
Chefe da Auditoria





CCT	
Nº da Folha	124
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	EFB

VII

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

MSS
FOUO
700

CCT	
Nº da Folha	123
Nº do Processo	27102107
Data	27/02/07
Rubrica	488

1.

Número do Processo:	50300.000890/2006-47		
Tipo do processo:	☐ Sindicância Investigativa	☐ Sindicância Acusatória	
	☐ Sindicância Patrimonial	☒ Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	☒ Portaria	☐ Ordem de serviço	☐ Outros (especificar)
Número data do Ato:	Nº: 079-DG		Data: 1º de agosto de 2006
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Possível transgressão disciplinar		
Situação do Processo:	☐ Instrução	☐ Indiciamento/Defesa	☐ Relatório
	☐ Processo encaminhado para julgamento em _____	☒ Processo Julgado	
Julgamento:	☐ Absolvição	☐ Apenação	☐ Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐ Penalidade prescrita	☒ Arquivamento	
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	☐ MPF	☐ AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	☐ Valor do dano causado ou estimado (R\$): _____ X _____		

2.

Número do Processo:	50300.001023/2006-29		
Tipo do processo:	☐ Sindicância Investigativa	☐ Sindicância Acusatória	
	☐ Sindicância Patrimonial	☒ Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	☒ Portaria	☐ Ordem de serviço	☐ Outros (especificar)
Número data do Ato:	Nº: 082-DG		Data: 14 de agosto de 2006
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abandono de Cargo		
Situação do Processo:	☐ Instrução	☐ Indiciamento/Defesa	☐ Relatório
	☒ Processo encaminhado para julgamento em 12 / 12 / 2006	☐ Processo Julgado	
Julgamento:	☐ Absolvição	☐ Apenação	☐ Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐ Penalidade prescrita	☐ Arquivamento	
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	☐ MPF	☐ AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	☐ Valor do dano causado ou estimado (R\$): _____ X _____		
Obs.: Em 27.12.06, Parecer PRG para declarar nulo o PAD e proceder pedido de exoneração da servidora.			

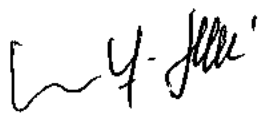
5050 5050

CCT	
Nº da Folha	126
Nº do Processo	
Data	27/02/07
Rubrica	CFE

5.

Número do Processo:	50300.001036/2006-06			
Tipo do processo:	☐	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☒	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de serviço
	☐	Outros (especificar)		
Número data do Ato:	Nº: 080-DG		Data: 1º de agosto de 2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abandono de Cargo			
Situação do Processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☒	Processo encaminhado para julgamento em 12 / 12 / 2006		☐
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade prescrita		☐
	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	☐	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$): _____ X _____		

Brasília-DF, 19 de janeiro de 2007.


Marliane Fuck Salte
 Corregedora

1

100 100 100
100 100 100

100 100 100



CCT	
Nº da Folha	127
Nº do Processo	27.021.07
Data	27/02/07
Rubrica	45

3.

Número do Processo:	50300.001026/2006-62			
Tipo do processo:	☐	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☒	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de serviço
	☐	Outros (especificar)		
Número data do Ato:	Nº: 083-DG		Data: 14 de agosto de 2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abandono de Cargo			
Situação do Processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☒	Processo encaminhado para julgamento em 12/12/2006		☐
	☐	Processo Julgado		
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade prescrita		☐
	☐	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$): _____ X _____		

4.

Número do Processo:	50300.001029/2006-04			
Tipo do processo:	☐	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☒	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de serviço
	☐	Outros (especificar)		
Número data do Ato:	Nº: 084-DG		Data: 14 de agosto de 2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abandono de Cargo			
Situação do Processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☒	Processo encaminhado para julgamento em 12/12/2006		☐
	☐	Processo Julgado		
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade prescrita		☐
	☐	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$): _____ X _____		

f

to 140 42